DEO 2013

Panorama da eficácia no desenvolvimento

desenvolvimento **eficaz**

AVALIAÇÕES DE **IMPACTO**

Medindo os resultados

APRENDER

SEM MEDO DE ENFRENTAR O FRACASSO

MUITO ALÉM DA POLÍTICA

Supere o teste do tempo

Nem todas as estradas geram desmatamento UMA SOLUÇÃO

BID.✓
Eficácia no Desenvolvimento

UM NOVO PARADIGMA

O estado e as comunidades indígenas

PANORAMA DA EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO 2013

DESENVOLVIMENTO **EFICAZ**

PANORAMA DA EFICÁCIA NO DESENVOLVEMENTO 2013

CONTEÚDO

4 MENSAGEM DO PRESIDENTE

6 MEDINDO A EFICÁCIA DE NOSSO TRABALHO

18 GERENCIANDO AS AVALIAÇÕES DE IMPACTO ESTRATEGICAMENTE

26 FRACASSO — POR QUE NECESSITAMOS ABRAÇÁ-LO

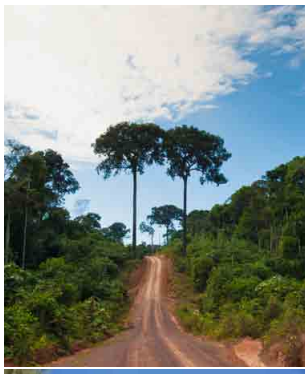
38 PROGRESSO EM NOSSAS PRIORIDADES INSTITUCIONAIS ATÉ O MOMENTO

49 MOSTRE COMO SE FAZ, EM VEZ DE APENAS FALAR
Veja com seus próprios olhos o que está acontecendo em campo

50 HISTÓRIAS DE CONQUISTAS E DESAFIOS

52 **POLÍTICA SOCIALPARA EQUIDADE E PRODUTIVIDADE**

54 DE VOLTA ÀS ORIGENS Chile cria uma nova relação com suas comunidades indígenass - *CHILE*. **59** TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS MAIS EFICAZES República Dominicana ajusta seu programa Solidaridad para ajudar os mais pobres - *REPÚBLICA DOMINICANA*. **60** PARA CERRAR A BRECHA Os laptops nas escolas públicas melhoram o acesso às TIC - *URUGUAI*. **62** UM BOM PROFESSOR FAZ TODA A DIFERENÇA Redução das lacunas de aprendizado no Equador - *EQUADOR*. **64** O FUTURO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Informação para uma nova onda de reformas - *REGIONAL*. **65** O PARADOXO DE SAÚDE Como combater a obesidade e a desnutrição simultaneamente - *GUATEMALA*. **66** INVESTINDO MAIS, MAIS CEDO E MELHOR Como aprimorar os programas para a primeira infância na América Latina e o Caribe - *REGIONAL*. **68** NA LINHA DE CHEGADA Panamá melhora suas escolas e o ensino em áreas indígenas remotas - *PANAMÁ*. **70** PRECISA DE EMPREGO? Bolívia expande programa de serviços de busca de emprego - *BOLÍVIA*. **71** ASSISTÊNCIA UNIVERSAL Sistema de saúde pública universal, integrado e acessível em El Salvador - *EL SALVADOR*. **73** EM OUTRO NÍVEL Trinidad e Tobago reestrutura seu sistema educacional - *TRINIDAD E TOBAGO*. **75** MELHORES EMPREGOS 4 Lições do México - *MÉXICO*. **78** AUTO-DETECÇÃO E CURA Recife combate doenças tropicais negligenciadas com detecção precoce e tratamento - *BRASIL*. **80** O BOM NEGÓCIO PARA A EDUCAÇÃO Financiamento estudantil para os mais pobres - *MÉXICO*. **82** O USO DA TECNOLOGIA NA SALA DE AULA Barbados moderniza sistema educacional - *BARBADOS*.



84 **INFRAESTRUTURA PARA A COMPETITIVIDADE E O BEM-ESTAR SOCIAL**

86 PARA ALÉM DOS CICLOS POLÍTICOS Projeto de saneamento de longo prazo implantado em Montevidéu resiste ao teste do tempo - *URUGUAI*. **88** CONCEDA CRÉDITO Cooperativa de crédito equatoriana se adentra nas zonas rurais - *EQUADOR*. **89** ENERGIA SUSTENTÁVEL Linhas de transmissão para promover o desenvolvimento do Norte Grande argentino - *ARGENTINA*. **90** UM NOVO PADRÃO Projeto hidrelétrico atende as necessidades energéticas e protege a biodiversidade - *COSTA RICA*. **91** A ÚLTIMA FRONTEIRA Guatemala leva eletricidade a comunidades distantes - *GUATEMALA*. **92** MAIS QUE UM TERRENO Programa de habitação popular de Guiana - *GUIANA*. **94** PITORESCAS, MAS DESAFIADORAS Estradas rurais de Antioquia - *COLÔMBIA*. **96** ONDE O SOL BRILHA Geração de energia solar no deserto chileno - *CHILE*. **97** ABRINDO CAMINHO Costa Rica reforma estradas para melhorar sua competitividade - *COSTA RICA*. **98** ENERGIA PARA CRESCER Empresa equatoriana de jeans investe em fontes renováveis - *EQUADOR*. **99** FEITO À MEDIDA Fundo de investimento apoia a construção de infraestrutura - *REGIONAL*. **100** A UNIÃO FAZ A FORÇA Como integrar comunidades marginais à vida urbana - *HONDURAS*.

102 **INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO E O BEM-ESTAR SOCIALL**

104 FAZENDO A DIFERENÇA Uma nova experiência para romper o círculo vicioso da violência na Jamaica - *JAMAICA*. **108** CRÉDITO VERDE DE SEGUNDA LINHA Empréstimos e financiamentos para MPMEs na Colômbia - *COLÔMBIA*. **110** INVESTIMENTO SEMENTE PÚBLICO Uma fórmula para a inovação - *PERU*. **113** ÁGUA PARA O HAITI Reorganização da operadora de água de Port-au-Prince - *HAITI*. **116** PODER FEMININO Mibanco ajuda microempresárias a expandir seus negócios - *PERU*. **118** MELHLHORES DADOS Venezuela fortalece instituto de estatísticas - *VENEZUELA*. **120** PIONEIRO DO CRÉDITO VERDE Uma oportunidade promissora no maior banco do Panamá - *PANAMÁ*. **121** SALTO TECNOLÓGICO Programa de Inovação do Paraguai incentiva a competitividade - *PARAGUAI*.

122 **INTEGRAÇÃO COMPETITIVA INTERNACIONAL A NÍVEL REGIONAL E MUNDIAL**

124 NO CORAÇÃO DA OPORTUNIDADE Nicarágua melhora a integração centro-americana - *NICARÁGUA*. **126** SE A COISA FUNCIONA, APRIMORE AINDA MAIS Chile dá mais um passo para facilitar o comércio exterior - *CHILE*. **127** PERCURSO SEGURO Suriname melhora uma via crítica - *SURINAME*. **128** NOVAS FRONTEIRAS Exportadores latino-americanos expandem seus mercados - *REGIONAL*.

130 **PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, RESPOSTA À MUDANÇA CLIMÁTICA, PROMOÇÃO DA ENERGIA RENOVÁVEL E AUMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR**

132 A FLORESTA É O MEU CAIXA ELETRÔNICO Acre demonstra que manter a selva intacta é bom negócio - *BRASIL*. **136** UM PAÍS PRECAVIDO VALE POR DOIS Para combater a mudança climática, países têm que pensar grande - *EL SALVADOR*. **138** PEQUENAS SOLUÇÕES GRANDE IMPACTO Mélhores tecnologias para agricultores pobres na Bolívia - *BOLÍVIA*. **142** NA VANGUARDA Belize melhora sua gestão de resíduos sólidos - *BELIZE*. **144** ILHAS ADAPTADAS À MUDANÇA CLIMÁTICA O Caribe como um destino turístico neutro em termos de emissões de carbono - *REGIONAL*. **145** VIRANDO O JOGO Ecoturismo para ajudar a proteger a Mata Atlântica - *BRASIL*.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

COMPARTILHAR O QUE FUNCIONA e o que não funciona no âmbito da promoção do desenvolvimento é uma parte crucial de nosso trabalho. Para conseguirmos proporcionar um impacto positivo, precisamos compreender os resultados de nossos projetos e sermos capazes de aprender com eles. A América Latina e o Caribe dispõem de um enorme acervo de conhecimento sobre o desenvolvimento, mas esse recurso ainda é em grade parte não aproveitado. No papel de instituição de fomento ao desenvolvimento, o BID precisa ajudar a região a concretizar esse potencial, não só por meio de estudos rigorosos como também pela melhoria das intervenções e do compartilhamento de tudo o que aprendemos nesses processos. Isso é crucial para descobrir aspectos que podem ter um efeito transformador sobre economias e sociedades, não apenas por meio da geração de um crescimento econômico mais acelerado, mas também pela promoção de um desenvolvimento social mais equitativo.

No BID, nós geramos esse conhecimento por meio de nosso Quadro de Eficácia no Desenvolvimento, que utilizamos para aperfeiçoar nossos projetos de maneira constante. O Panorama da Eficácia no Desenvolvimento, atualmente em sua 5ª edição, é o nosso principal veículo para comunicar o que aprendemos no transcurso do ano anterior.

Eu tenho orgulho em relatar que 2013 foi um ano de grandes realizações em nossos esforços voltados a melhoria da contribuição ao desenvolvimento dos projetos que realizamos em parceria com os 26 países membros mutuários da América Latina e no Caribe.

Em primeiro lugar, graças à modernização de nossas ferramentas e de nossos métodos de monitoramento, atualmente estamos mais bem equipados não apenas para executar nossos projetos de forma mais eficaz, como também para aprender e adaptar as nossas intervenções por meio do desenho de projetos mais inteligentes. Essas ferramentas têm nos preparado para enfrentar desafios institucionais de curto prazo, entre eles a reforma de nossas operações com o setor privado e a atualização de nossa estratégia institucional, que irá definir as áreas prioritárias e a maneira como o BID trabalhará com seus países membros em um futuro próximo.

Em segundo lugar, nossos esforços para medir o impacto de nossos projetos estão dando frutos. Atualmente nós somos capazes de começar a informar os resultados de diversas avaliações de impacto, conforme detalhado nesta publicação. Incorporar essas avaliações em nossos projetos também contribuiu para a criação de uma cultura voltada à análise regular das lições aprendidas a partir dos nossos fracassos e dos nossos sucessos. Tudo isso também está documentado nas páginas deste relatório, que este ano transformamos em sítio virtual para que as informações pudessem ficar mais acessíveis a todos.

E em terceiro lugar, construímos uma nova plataforma de fácil utilização que o BID está desenvolvendo para gerenciar suas operações que integrará nossas ferramentas para medir e avaliar o desempenho de nossos projetos, e entrará em funcionamento em 2014.

Em uma época de crescentes incertezas globais, os povos da América Latina e do Caribe continuam buscando novas maneiras para garantir um futuro próspero e sustentável. O BID se orgulha de ser um parceiro capaz na tarefa de fazer com que cada dólar investido no desenvolvimento seja o mais eficaz possível. Medir nossos impactos, monitorar nossas atividades, avaliar nosso próprio trabalho e compartilhar conhecimentos acumulados constituem a melhor forma de trabalhar com líderes, doadores e parceiros de nossa região para ajudar a melhorar as vidas de milhões de pessoas.

Luis Alberto Moreno
Presidente
Banco Interamericano de Desenvolvimento
Washington, D.C., março de 2014

MEDINDO A EFICÁCIA DE NOSSO TRABALHO

Medimos a eficácia de nosso trabalho quando garantimos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está fazendo as coisas certas da maneira correta. Fazer as coisas certas implica que o Banco precisa concentrar os seus recursos nas necessidades de desenvolvimento mais importantes de cada um dos seus países membros mutuários, bem como nas prioridades do próprio BID, conforme estabelecido em seu Quadro de Resultados Corporativos (ou Corporate Results Framework – CRF) em nosso web site. As priorizações mais específicas, relacionadas a cada país, são definidas por meio de diálogos estratégicos realizados com os países. Uma vez seja posto em marcha o processo de implantação do quadro estratégico baseado em resultados, a ênfase de nosso trabalho migra para a tarefa de fazer as coisas da maneira correta. Em essência, isso envolve a gestão, o monitoramento e a avaliação dos projetos para garantir que se alcancem os resultados esperados – e para assegurar que as lições aprendidas durante sua execução informem esforços futuros.

EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES COM GARANTIA SOBERANA

Durante 2013, o BID reformulou as ferramentas que compõem o seu Quadro de Eficácia no Desenvolvimento (ou Development Effectiveness Framework – DEF) para suas operações com garantia soberana. O DEF representa uma abordagem integral dessas operações e é acompanhado por um sistema de ferramentas que permite ao BID desenhar melhores intervenções, fazer um monitoramento pormenorizado dos projetos, e garantir que eles alcancem os resultados previstos e gerem desenvolvimento e conhecimento nos setores prioritários de nossos países membros mutuários da América Latina e do Caribe.

OPERAÇÕES PARA O SETOR PÚBLICO EM 2013

Em 2013, o BID aprovou 110 projetos para o setor público, totalizando US$ 11,9 bilhões. Desse total, os projetos de investimento responderam por US$ 7,8 bilhões, e mais da metade destes foram implantados nos setores de transportes e de proteção social e saúde. O Banco também aprovou projetos que apoiam o desenho e a execução de políticas públicas ou de reformas específicas. Vinte e dois empréstimos baseados em políticas públicas – que responderam por US$ 4 bilhões – foram aprovados em 2013, com pelo menos uma operação em cada setor. Adicionalmente se aprovou um projeto no valor de US$ 100 milhões no âmbito de uma linha de crédito contingencial para garantir o desenvolvimento sustentável como mostra a figura 1.

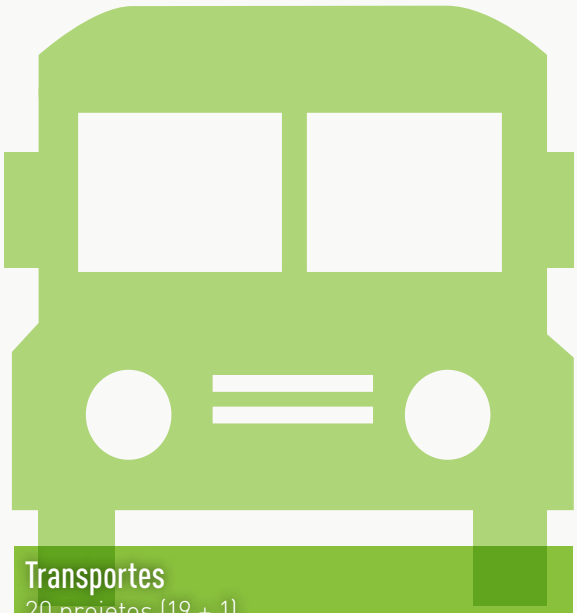
Nos últimos anos, o BID vem adotando uma abordagem cada vez mais multissetorial para suas intervenções devido à maior complexidade dos problemas de desenvolvimento da região. Essa abordagem permite que o Banco aproveite as sinergias e externalidades positivas geradas pelo trabalho de equipes multidisciplinares.

Para saber mais sobre 2013, leia o Relatório Anual

PROJETOS APROVADOS: **110**
VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES: **$11.881**

PROJETOS DE INVESTIMENTO: 87
VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES: $7.793

EMPRÉSTIMOS BASEADOS EM POLÍTICAS: 22
VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES: $3.989



Transportes
20 projetos (19 + 1)
$2.953 ($2703 + $250)

Proteção Social e Saúde
10 projetos (8 + 2)
$1.641 ($1.361 + $280)

Mercado de Capitais e Instituições Financeiras*
7 projetos (4 + 3)
$1.360 ($260 + $1.100)

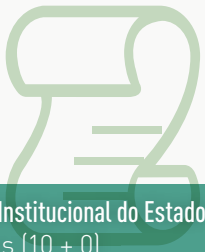
Água e Saneamento
7 projetos (6 + 1)
$975 ($775 + $200)

Comércio Exterior e Investimentos
3 projetos (2 + 1)
$578 ($28 + $550)

Mercados de Trabalho
2 projetos (1 + 1)
$570 ($170 + $400)

Gestão Fiscal e Municipal
21 projetos (16 + 5)
$1.778 ($718 + $1.060)

Educação
4 projetos (4 + 0)
$691 ($691 + $0)



Capacidade Institucional do Estado
10 projetos (10 + 0)
$471 ($471 + $0)

Mudanças Climáticas e Sustentabilidade
1 projeto (0 + 1)
$25 ($0+ $25)

Competitividade e Inovação
3 projetos (3 + 0)
$109 ($109 + $0)

Energia
6 projetos (3 + 3)
$160 ($83 + $77)

Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Gestão de Riscos contra Desastres Naturais
15 projetos (11 + 4)
$471 ($399 + $72)

Gráfico 1: Aprovações de projetos de investimento para o setor público por divisão em 2013 (em milhões de dólares) • Total por divisão (Investimentos + Empréstimos Baseados em Políticas)

*Um projeto da Linha de Crédito Contingente para o Desenvolvimento de Sustentabilidade no valor de US$100 milhões

Como resultado, o volume de empréstimos informados por divisões específicas do Banco oferecem uma visão parcial de como o BID está alocando seus recursos. Com relação a essa questão, é importante ressaltar que o gráfico 1 apresenta o volume de empréstimos da divisão do Banco que gerenciou o projeto, sem levar em consideração as possíveis contribuições dessa divisão para lidar com outros desafios de desenvolvimento que são de responsabilidade de outras divisões do Banco.

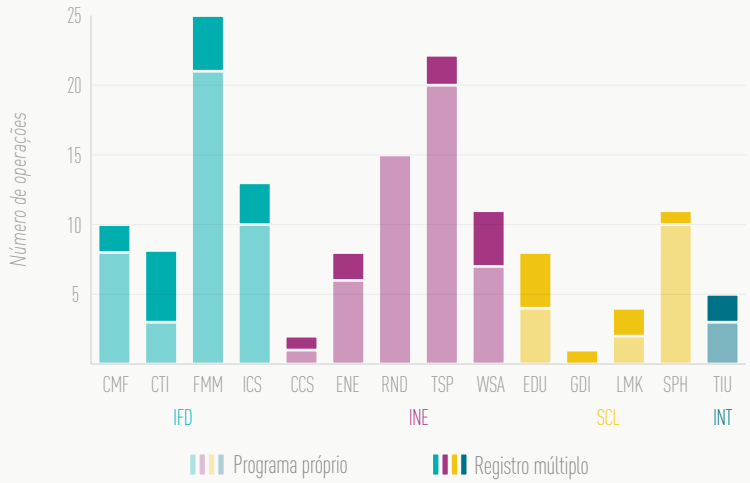
Em 2013, 34 operações – 29 delas com garantia soberana (20% do total aprovado) e cinco sem garantia soberana – foram resultado de um trabalho conjunto entre diferentes divisões do banco. No jargão do BID, esse tipo de operação se chama "registro múltiplo". Essa colaboração permite que o BID combine conhecimentos setoriais para criar projetos melhores, aperfeiçoando a qualidade e a eficiência geral das operações do Banco.

FERRAMENTAS DE EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO EM 2013

As Ferramentas de Eficácia no Desenvolvimento estão permitindo que o Banco programe suas operações com base em resultados mensuráveis e concretos, melhore o monitoramento de seus projetos durante sua implantação e garanta uma melhor transparência e a prestação de contas.

O nosso padrão de eficácia no desenvolvimento se inicia ao assegurarmos que possuímos Estratégias de País bem definidas que identifiquem com claridade os desafios de desenvolvimento dos países e nos quais o Banco deverá concentrar seus esforços. Nosso programa de empréstimos se baseia nessas estratégias e ambos possuem indicadores de resultados mensuráveis. Nas Estratégias de País se definem uma ampla serie de indicadores de resultados, aos quais se alinham os resultados específicos dos projetos individuais. Estes indicadores se baseiam em notas setoriais especificas a cada país, os quais são um produto da base conhecimento que fortalece o diálogo de políticas entre o Banco e os países membros mutuários. A contribuição e a atribuição do progresso do Banco para os indicadores das Estratégias de País são medidas por meio do progresso observado nos indicadores dos projetos. Essa ferramenta nos ajuda a garantir que estamos nos concentrando em projetos que contribuirão de fato para alcançar nossas metas. Outra característica importante dessa ferramenta é que ela ajuda a garantir que o nosso trabalho com os países membros esteja alinhado às prioridades institucionais definidas por nossos acionistas.

Dos 110 projetos com garantia soberana aprovados, 90 estavam alinhados tanto às prioridades institucionais



Departamentos - IFD: Instituições para o desenvolvimento, INE: Infra-estrutura & meio-ambiente, SCL: Social, INT: Integração & comércio.
Divisões - CMF: Mercados de capital e instituições financeiras, CTI: Competitividade e Inovação, CMM: Gestão fiscal e municipal, ICS: Capacidade institucional do Estado, CCS: Mudança climático e sustentabilidade, ENE: Energia, RND: Meio ambiente, desenvolvimento rural e administração de risos por desastres, TSP: Transporte, WSA: Água e saneamento, EDU: Educação, GDI: Gênero y diversidade, LMK: Mercados de trabalho , SPH: Proteção social e saúde, TIU: Integração e comércio.

Gráfico 2: Operações de registro múltiplo com garantia soberana

do Banco quanto à Estratégia de País. Sete projetos só estavam alinhados com a Estratégia País. Dois projetos não estavam alinhados a nenhuma das duas variáveis, mas como abordavam importantes lacunas de desenvolvimento, eles foram aprovados pelo Banco.

Em 2013, o BID aprovou Estratégias de País baseadas em resultados para Bahamas, Belize, México e Jamaica. Com isso, todos os 26 países membros mutuários do BID dispõem de Estratégias de País com indicadores de resultados bem definidos.

Cinco anos desenhando Estratégias de País baseadas em resultados tem fornecido lições valiosas sobre como usá-las melhor como um verdadeiro veículo estratégico. Durante esse período, vários desafios relacionados à sua concepção e utilização eficaz foram identificados. Entre eles se destacam primeiro as dificuldades ainda existentes em focalizar nos desafios de desenvolvimento mais prementes, em vez de dispersar esforços numa gama bastante ampla de objetivos. E segundo, o longo tempo que leva para prepará-las. Para abordar essas e outras questões, em 2014 a Diretoria Executiva irá liderar uma iniciativa para melhorar esta ferramenta.

Ao nível de projeto, o Quadro de Eficácia no Desenvolvimento (ou Development Effectiveness Framework – DEF) conta com três ferramentas para garantir que as metas de desenvolvimento desejadas sejam alcançadas. São elas: a Matriz de Eficácia no Desenvolvimento (ou Development Effectiveness Matrix – DEM), o Relatório de Monitoramento de Progresso (ou Progress Monitoring Report – PMR) e o Relatório de Conclusão de Projeto (ou Project Completion Report – PCR).

Cada projeto que o Banco realiza com um país precisa seguir uma análise baseada em evidências que justifiquem a operação. Essa análise define um grupo de impactos, resultados e produtos que devem se relacionar com

o motivo da intervenção proposta e seus objetivos. Os projetos devem demonstrar sua viabilidade econômica e especificar como serão monitorados e como seu impacto será avaliado.

A Matriz de Eficácia no Desenvolvimento do BID é a principal ferramenta do Quadro de Eficácia no Desenvolvimento para avaliar como um projeto em fase de elaboração satisfaz estes requisitos. A matriz nos permite avaliar todos os projetos antes de sua aprovação pela Diretoria Executiva do BID para nos assegurar que eles estejam bem elaborados e contenham resultados mensuráveis.

As pontuações da Matriz de Eficácia no Desenvolvimento variam de 0 a 10. A pontuação total é uma média simples das pontuações obtidas pelo projeto em três dimensões: lógica do programa, análise econômica ex-ante e monitoramento e avaliação. O gráfico 3 mostra o percentual de projetos de acordo com sua pontuação total na Matriz de Eficácia no Desenvolvimento desde 2009. A tabela mostra que os níveis gerais relacionados à capacidade de avaliação aumentaram consideravelmente, a tal ponto que todos os projetos registraram uma pontuação de superior a sete em 2013.

É importante destacar que as pontuações não são estritamente comparáveis de ano para ano porque o BID tem elevado as normas para conseguir alcançar determinadas pontuações desde o lançamento da Matriz de Eficácia no Desenvolvimento, em 2008. Como resultado, os números do gráfico 3 indicam simplesmente uma tendência relacionada às melhorias contínuas na maneira como os nossos projetos podem ser avaliados. Se levássemos em consideração o fato de que nós também elevamos o rigor das avaliações de nossos projetos, essa tendência teria se mostrado muito mais acentuada.

A fim de entender melhor o que está por trás dessa pontuação total, é importante analisar cada dimensão com mais detalhe. O gráfico 4 mostra a evolução das pontuações médias em cada uma das três dimensões entre 2009 e 2013. Mais uma vez, o número revela uma melhora sustentada, com a categoria de análise econômica atingindo a maior pontuação média em 2013, seguida pela lógica do programa e pelas dimensões de monitoramento e avaliação.

É interessante observar no gráfico 5 as melhorias em todas as três subcategorias de lógica do programa, que avalia a qualidade do diagnóstico dos problemas relacionados ao desenvolvimento e suas possíveis soluções. As subcategorias relacionadas ao diagnóstico dos programas e à qualidade da matriz de resultados alcançaram, em média, mais de 90% da pontuação máxima possível, enquanto a subcategoria relacionada às intervenções ou soluções propostas alcançou mais de 85%.

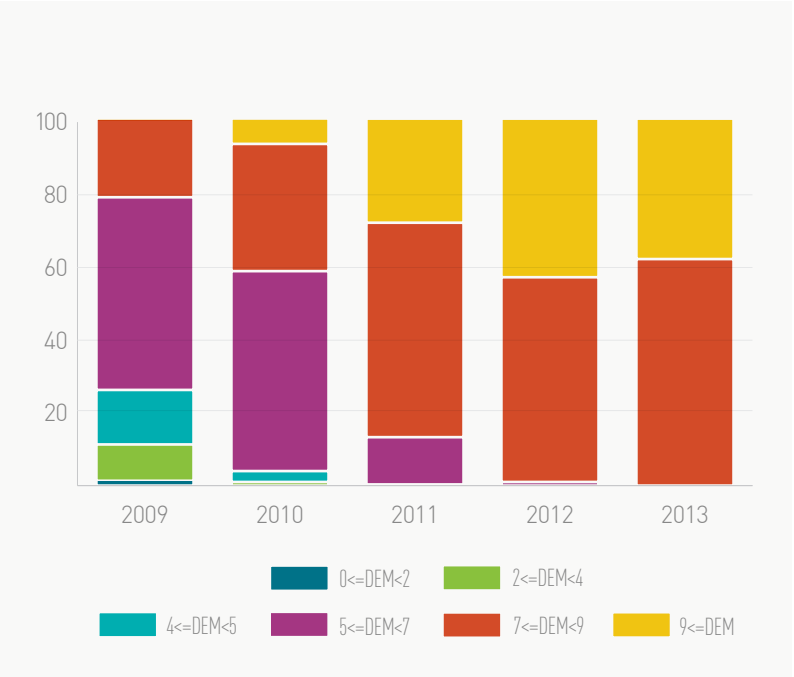


Gráfico 3: Percentual de projetos classificados de acordo com a pontuação da DEM

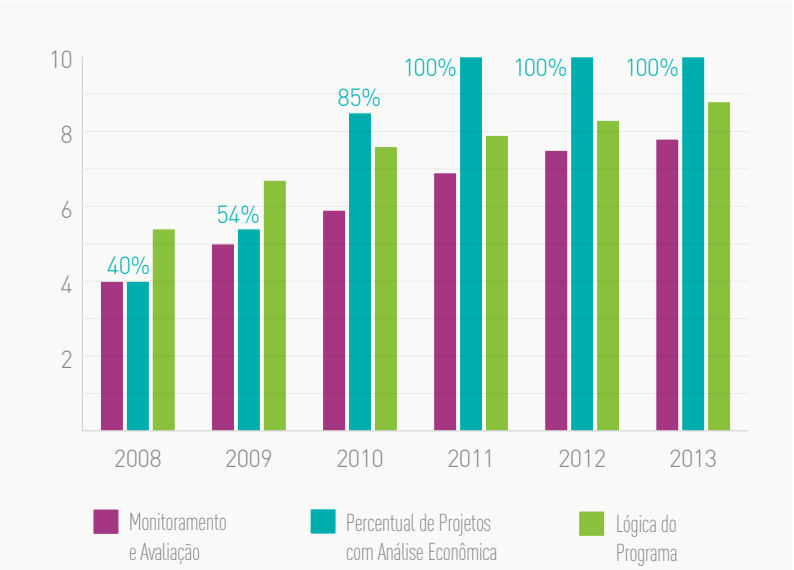


Gráfico 4: Pontuações médias da DEM por dimensão, 2009-2013
Nota: desde 2013, a dimensão de gestão de risco não faz mais parte do índice de capacidade de avaliação.

A dimensão de análise econômica avalia os resultados dos estudos de viabilidade econômica a fim de estabelecer se o projeto fornece informações confiáveis relacionadas à solidez dos investimentos. É importante ressaltar que as intervenções relacionadas a todos os projetos aprovados pelo Banco em 2013 se basearam em análises de custo-benefício ou de custo-eficácia, ou em análises econômicas gerais como mostra a página 12.

Ao avaliar os projetos durante a fase de elaboração, nós criamos fortes incentivos para que as equipes de projeto adotem metodologias de avaliação rigorosas para analisar a eficácia das intervenções do BID. Metade dos

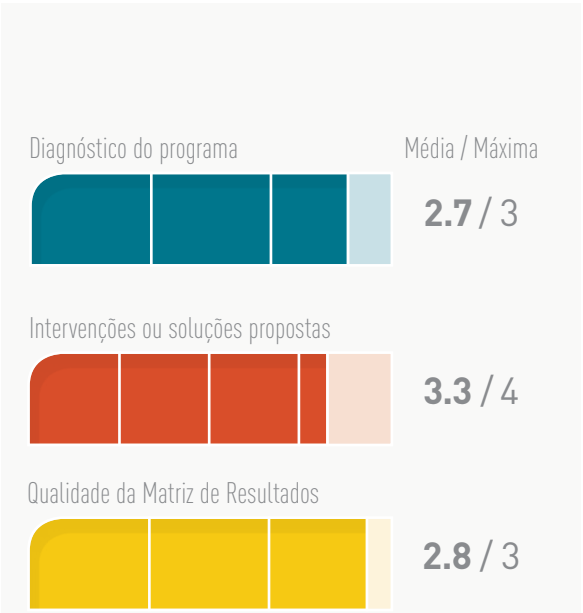


Gráfico 5: Pontuações da Lógica dos Programas

Gráfico 6: Metodologias utilizadas para avaliar o impacto das intervenções

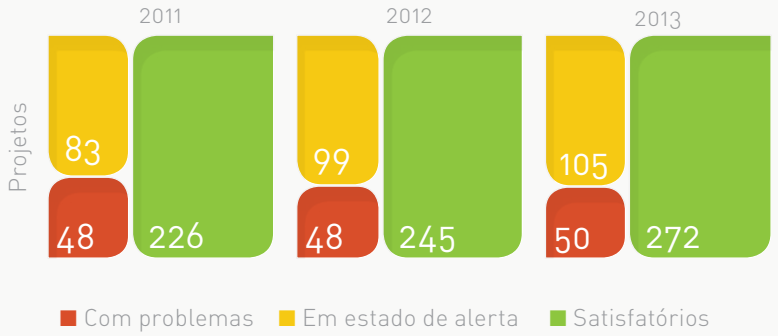


Gráfico 7: Desempenho dos projetos de investimento com garantia soberana

projetos aprovados em 2013 propuseram a utilização de metodologias experimentais ou semiexperimentais para mensurar os efeitos de suas principais intervenções. Entre os projetos restantes, 42% utilizarão algum tipo de análise posterior de custo-benefício e 7% usarão comparações retrospectivas, conforme a figura 6.

Uma vez desenhados os projetos, é fundamental ser capaz de monitorar sua execução a fim de garantir que eles realmente atinjam os objetivos propostos. Isso é feito por meio do Relatório de Monitoramento de Progresso – a segunda ferramenta do Quadro de Eficácia no Desenvolvimento –, que monitora a entrega de produtos, a obtenção de efeitos diretos e resultados, além dos custos incorridos ao longo do tempo. No relatório se utiliza indicadores agregados para avaliar o desempenho do projeto. O principal indicador dessa ferramenta é o Índice de Desempenho , que avalia o quanto os custos e os cronogramas estão se desviando do planejamento inicial e classifica os projetos como "satisfatórios", "em estado de alerta", ou "com problemas".

Entre o ciclo de 2012 e o ciclo de 2013, a classificação geral dos projetos de investimento com garantia soberana melhorou ligeiramente. Aproximadamente 63% dos projetos em execução foram classificados como satisfatórios, o que representa um aumento de 1,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esse avanço levou a uma pequena redução no numero de projetos que estavam em estado de alerta ou que apresentavam problemas, que em 2013 representaram, respectivamente, por 24% e 12% do total de projetos.

O gráfico 7 oferece um breve instantâneo do desempenho dos projetos. Também é importante analisar o número de projetos que melhoraram seus índices de desempenho de um ano para outro. Trinta e dois por cento dos projetos que estavam "com problemas" em 2012 melhoraram sua classificação, passando à categoria "em estado de alerta", enquanto outros 11% melhoraram e avançaram para a categoria "satisfatórios". Melhorias também foram observadas em projetos que em 2012 eram classificados como "em estado de alerta", com quase 35% deles tendo migrado para a categoria "satisfatórios" em 2013.

No entanto, a classificação de um total significativo de projetos se manteve inalterada, pois 53%o dos proje-

[1] O Índice de Desempenho capta os resultados de dois subíndices: o Índice de Desempenho de Custos, que mede os desvios de custos, e o Índice de Desempenho dos Cronogramas, que quantifica os desvios de tempo.

POR QUE NOS IMPORTAMOS COM A ANÁLISE ECONÔMICA?

Nenhuma empresa bem administrada faria um investimento se não esperasse obter um bom retorno. O mesmo pode ser dito sobre qualquer instituição de fomento ao desenvolvimento. Precisamos garantir que nossos projetos contribuirão para o bem-estar econômico e social de nossos países membros mutuários. Para cumprirmos esse objetivo, antes de decidirmos investir em algum projeto temos que ser capazes de avaliar se o investimento valerá a pena em termos de desenvolvimento. Essa é a razão pela qual todos os nossos projetos devem ser acompanhados por uma análise econômica para que possam ser aprovados por nossa Diretoria Executiva.

Quando os benefícios podem ser facilmente quantificáveis em termos monetários, exige-se a realização de uma análise de custo-benefício para os projetos, que nos permite determinar se os benefícios ultrapassam os custos, indicativo de que a intervenção proposta á contribuirá para o bem-estar da população. Quando for difícil medir os benefícios em termos monetários, os projetos devem ser acompanhados de uma análise de custo-eficácia, que compara os custos das diferentes maneiras para produzir o mesmo resultado em termos de desenvolvimento. O método escolhido para avaliar cada projeto deve ser aquele que for capaz de gerar o maior impacto sobre o desenvolvimento em relação a seu custo.

Em 2013, 83% de todos os projetos aprovados utilizaram análises de custo-benefício. Os resultados dessas análises são normalmente apresentados como taxas de retorno econômico (TRE) e valores presentes líquidos (VPL) – a diferença entre os custos econômicos descontados e os benefícios econômicos descontados de um projeto.

Um projeto é considerado economicamente viável para o BID se sua taxa de retorno econômico (TRE) for superior a 12%. Os resultados mostram uma ampla variação de valor para as taxas de retorno econômico, que variam de 17% até 32%.

Considerando-se o reduzido tamanho da amostra para cada setor, é difícil tirar conclusões amplas sobre as possíveis tendências contidas nesses números. No entanto, é importante observar que a análise de custo-benefício pode ser tendenciosa devido a sua natureza prospectiva, o que pode levar à superestimação dos benefícios e à subestimação dos custos. Para solucionar esse problema, o BID revisa cuidadosamente as análises de custo-benefício realizadas pelas equipes de projeto como parte do processo de atribuição de pontuações para a Matriz de Eficácia no Desenvolvimento, analisando cuidadosamente as hipóteses apresentadas e a realização de diversas análises de sensibilidade.

A análise de custo-eficácia é mais apropriada para projetos cujos benefícios são mais difíceis de quantificar em termos monetários, pois isso exigiria o uso de hipóteses questionáveis sobre os benefícios futuros. Dessa maneira, os resultados das análises de custo-benefício de alguns projetos podem não oferecer fundamentos suficientes para determinar a viabilidade dos projetos. Em 2013, os únicos setores que utilizaram análises de custo-eficácia foram os setores sociais (principalmente das áreas de saúde e proteção social), que responderam por 7% dos projetos aprovados em 2013. Isso representa uma mudança drástica em relação a 2012, quando vários setores não sociais contavam com esse tipo de análise, embora fosse possível mensurar vários dos benefícios em termos monetários (o que tornaria a análise de custo-benefício mais apropriada). Essa mudança reflete os esforços do Banco para aumentar o rigor de suas análises econômicas por meio do apoio ao uso das análises de custo-benefício quando forem mais apropriados.

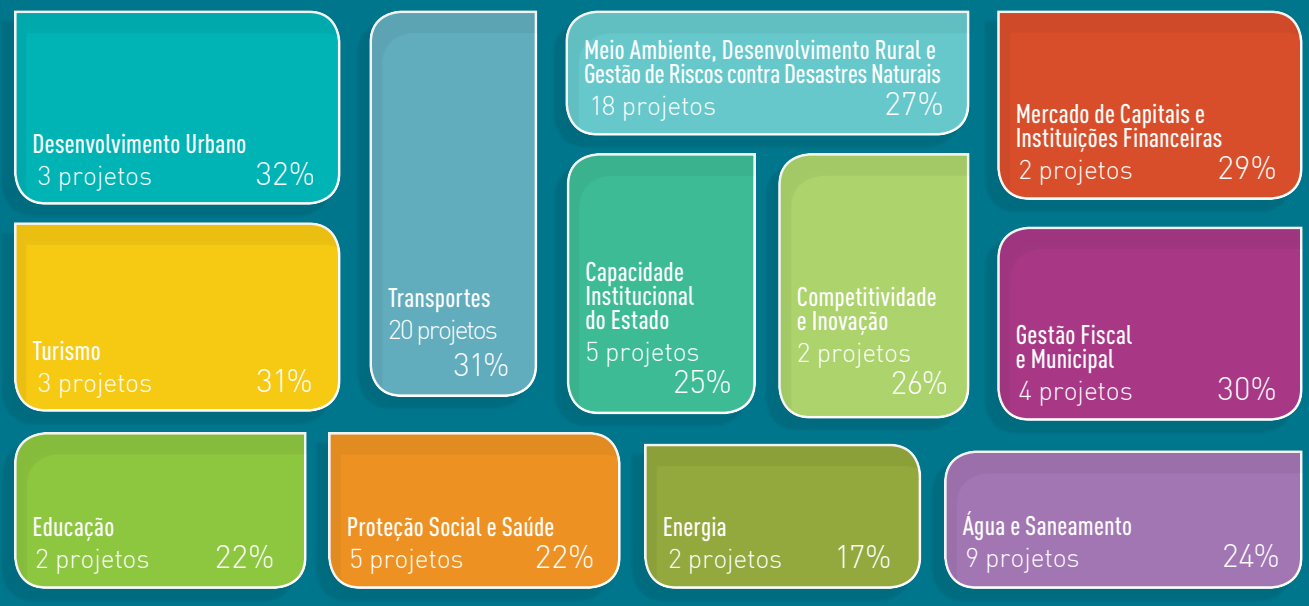


Gráfico 8: TIR para os projetos do BID aprovados em 2013

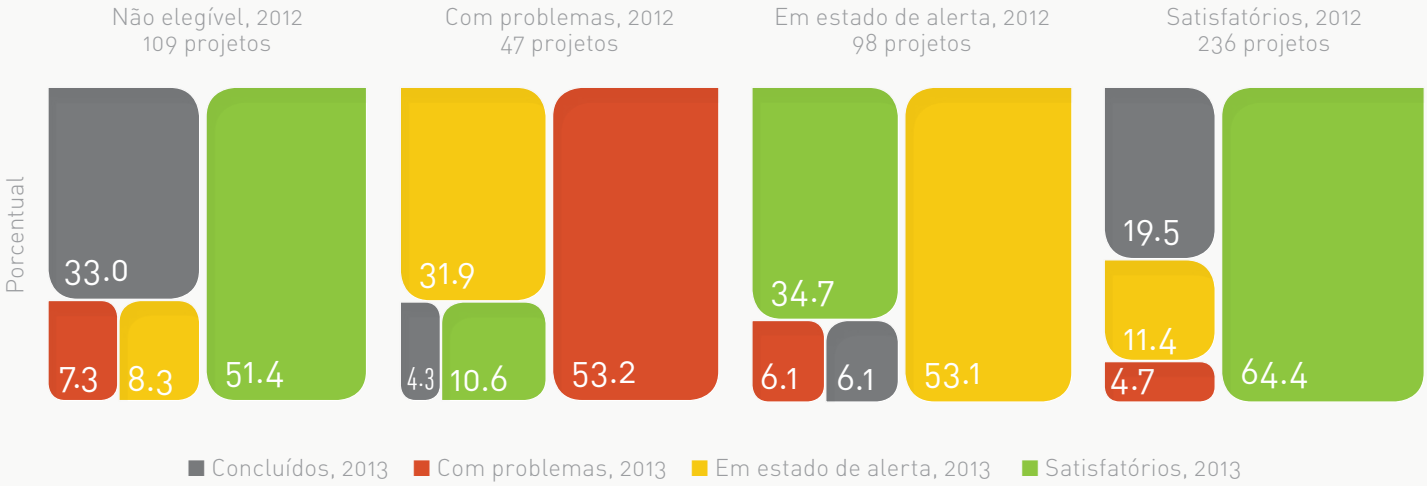


Gráfico 9: Indicador de desempenho do relatório de monitoramento de transição em andamento, 2012-2013
Nota: a figura inclui operações com garantia soberana que têm Índice de Desempenho válido.

tos que haviam sido classificados como "com problemas" ou "em estado de alerta" em 2012 permaneceram nessas categorias em 2013. Apenas uma pequena fração dos projetos teve um declínio em sua classificação. Onze por cento dos projetos classificados como "satisfatórios" recuaram para a categoria "em estado de alerta" em 2013 e outros 5% caíram para a categoria "com problemas". Enquanto isso, apenas 6% dos projetos "em estado de alerta" recuaram para o grupo dos "com problemas", como mostra o gráfico 9.

A grande maioria dos projetos do BID continua apresentando um melhor desempenho em termos de custos do que de cronograma, como pode ser observado na figura 10, que compara os desvios de custos e de tempo. Quanto maior o desvio em relação aos custos, menor o Índice de Desempenho de Custos no eixo vertical. A mesma lógica é aplicada ao Índice de Desempenho de Cronograma no eixo horizontal.

Os projetos que aparecem na figura foram agrupados em três categorias: os satisfatórios estão em verde, os em estado de alerta, em amarelo, e os com problemas, em vermelho. A linha reta de 45 graus mostra os desvios relacionados aos custos e cronogramas nos projetos. O fato de a maioria dos projetos de todas as três categorias estarem localizados acima da linha de 45 graus mostra que os atrasos na implantação são mais pronunciados do que o excesso de custos.

Monitorar o desempenho dos projetos é um componente central de nosso Quadro de Eficácia no Desenvolvimento e, portanto, seu continuo aperfeiçoamento tem sido uma prioridade para o Banco. Ter implantado e sistematizado uma ferramenta de monitoramento de projetos desde 2008 foi uma grande conquista. Durante

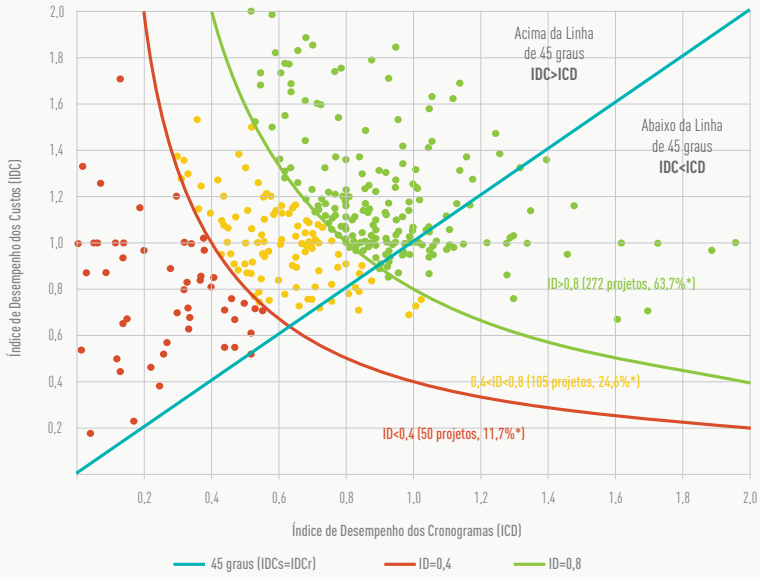


Gráfico 10. Custos versus cronogramas de desempenho, 2013
Notas: (*) Há 22 projetos que foram classificados com Índice de Desempenho (ID) inválido porque o ID, o ICD ou o IDC são maiores do que 2 ou há dados ausentes.

esses anos, nós aprendemos que um sistema de seguimento (ou monitoramento) requer cada vez mais informações quantitativas e qualitativas para fornecer uma visão mais precisa sobre o desempenho de nosso portfólio. Por esse motivo, em 2013 o Banco reformulou seu Relatório de Monitoramento de Progresso. Esta nova versão do sistema aperfeiçoado será implantado em todas as iniciativas do Banco em 2014 e introduzirá o uso de informações quantitativas e comparáveis para avaliar a entrega de resultados assim como o progresso alcançado para que um projeto alcance seus objetivos de desenvolvimento.

O sistema permitirá que vários parceiros, incluindo agências executoras, possam atualizar as informações on-line dos projetos atualmente em execução. Ele irá acelerar a coleta de dados sobre o desempenho do projeto, permitindo que o BID e seus parceiros possam mais rapidamente detectar e resolver

INSTANTÂNEO: 2013

Portfólio do BID para projetos do setor público em fase de implantação

US$47 bilhões
em financiamento do BID

648 projetos

US$9 bilhões
desembolsados em 2013 para apoiar esses projetos

projetos de Transportes, Água, Saneamento e Gestão Fiscal e Municipal responderam por mais da metade do portfólio

Leia mais
Informe Anual de Operações 2013

problemas que afetam os projetos. Além disso, combina informações de outros sistemas de gestão do Banco, gerando um novo conjunto de indicadores comparáveis que permitem ao BID medir o nível de desembolsos de um projeto ao longo do tempo e comparar com outros projetos que estão sendo implantados no país. Desta forma o sistema permitirá comparar os custos realizados com os planejados e monitorar os prazos de entrega de produtos, e acompanhar a entrega dos resultados dos projetos ao longo de vários períodos de tempo.

Assim que um projeto é concluído, o BID realiza autoavaliações para analisar se a iniciativa alcançou os resultados esperados. Essas avaliações, conhecidas como Relatórios de Conclusão de Projeto (ou Project Completion Reports – PCRs), são a terceira ferramenta do Quadro de Eficácia no Desenvolvimento (ou Development Effectiveness Framework – DEF). O Banco aprovou 60 Relatórios de Conclusão de Projeto em 2013, número que responde a 78% de todas as operações que exigiam autoavaliações após sua conclusão em 2012. Desse total, 17% foram classificados na categoria "altamente provável" em relação a suas chances de alcançarem seu objetivo de desenvolvimento, enquanto 71% caíram na categoria "provável" e 12% ficaram na categoria "baixa probabilidade" ou "improvável".

Como parte da renovação de nosso Quadro de Eficácia no Desenvolvimento, o BID está reformulando os Relatórios de Conclusão de Projeto para que eles possam se transformar em instrumentos mais eficazes para avaliar os projetos com objetividade, transparência e evidências firmemente fundamentadas. As mudanças que estão sendo implantadas estão relacionadas a recomendações de nosso Escritório de Avaliação e Supervisão, que detectou que a maioria dos Relatórios de Conclusão de Projeto apresentaram poucas evidências empíricas sobre se os resultados prometidos foram efetivamente alcançados ou se nossas intervenções geraram os impactos desejados ou esperados.

As diretrizes técnicas que estamos desenvolvendo para o novo Relatório de Conclusão de Projeto transformarão esse instrumento em uma ferramenta de autoavaliação que permitirá ao Banco integrar de maneira sistemática as lições aprendidas sobre os projetos e melhorar continuamente sua eficácia no fomento ao desenvolvimento. Isso significa que o novo Relatório de Conclusão de Projeto conterá uma série de indicadores e documentará resultados concretos que permitirão que qualquer pessoa interessada em nosso trabalho seja capaz de saber se fizemos ou não um bom trabalho.

Em 2013, foi feito uma iniciativa piloto do PCR melhorado. Essa iniciativa incluiu 13 projetos, que representaram 65% dos setores beneficiados por empréstimos do BID. Em este grupo figuravam intervenções financiadas mediante diversos tipos de empréstimos (para reformas de política e investimento, por exemplo). Ao escolhermos este grupo diversificado de projetos e de instrumentos, buscamos obter feedback suficiente para garantir que as nossas diretrizes técnicas possam ser aplicáveis e de utilidade para todos os projetos do Banco.

Em 2014, nós ajustaremos as diretrizes técnicas com base na experiência obtida com a iniciativa piloto, e esperamos lançar a nova ferramenta em meados de 2014. As novas diretrizes deverão aumentar a transparência e a

prestação de contas no Banco, além de servirem como ferramentas de aprendizado para que desenvolvamos melhores Estratégias de País e intervenções, e para melhorar a execução de nossos projetos.

EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES SEM GARANTIA SOBERANA

O setor privado é importante não apenas para promover o desenvolvimento econômico e alcançar um crescimento econômico mais elevado, mas também é um veículo fundamental para reduzir a pobreza e criar oportunidades para os cidadãos. Por isso, promover o desenvolvimento por meio do setor privado tem sido um importante elemento do apoio do Banco aos países da América Latina e do Caribe.

Existem diferentes formas de apoiar o setor privado. Isso pode ser feito por meio de intervenções diretas que aliviem alguns dos principais desafios que limitam um crescimento sustentável do setor. Em outros casos é por meio de intervenções indiretas destinadas a promover uma melhora no ambiente de negócios e que melhoram o desempenho do setor privado. O BID tem seguido ativamente essas duas estratégias, combinando operações com garantia soberana canalizadas por meio dos governos da região, com intervenções sem garantia soberana mediante a participação direta de agentes privados.

Em suas intervenções no setor privado, o BID tem se concentrado em apoiar mercados carentes, como as empresas de tamanho pequeno e médio, suporte aos setores com financiamento insuficientes (serviços financeiros, de infraestrutura, base da pirâmide) e em intercambio de conhecimentos e para medir os resultados.

OPERAÇÕES COM O SETOR PRIVADO EM 2013

O Banco apoia projetos do setor privado por meio de seu Departamento de Financiamento Corporativo e Estruturado (ou Structured and Corporate Finance Department – SCF), responsável por projetos de larga escala, e de seu Setor de Oportunidades para a Maioria (Opportunities for the Majority – OMJ), que investe em modelos de negócios que podem ser ampliados e beneficiar a Base da Pirâmide na região. Em 2013, o BID aprovou 58 projetos para o setor privado, que totalizaram US$ 2,1 bilhões, contra US$ 1,5 bilhão em 2012. O gráfico 11 apresenta o detalhamento dos projetos aprovados de acordo com as respectivas divisões do BID.

Gráfico 11: Operações com o setor privado aprovadas em 2013
Nota: Um projeto do Fundo Multilateral de Investimento aprovado como Empréstimo para o Setor Privado no valor de US$ 1,8 milhão foi incluído.

[2] O Grupo do BID também apoia projetos com o setor privado por meio da Corporação Interamericana de investimentos e do Fundo Multilateral de Investimentos, que complementam os produtos e serviços para o setor privado oferecidos pelo Banco e concentram suas operações no apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

FERRAMENTAS DE EFICÁCIA NO DESENVOLVIMENTO EM 2013

As operações do Banco com o setor privado são estruturadas e supervisionadas em função do seu desempenho financeiro e seus efeitos diretos de desenvolvimento. Os relatórios anuais de supervisão produzidos para cada um dos projetos de nosso portfólio contêm informações sobre sua solvência, seu desempenho operacional, seus indicadores de resultados e o cumprimento dos compromissos contratuais, das salvaguardas ambientais e das metas de desempenho.

Nossas ferramentas para desenhar, monitorar a execução e avaliar os resultados do desenvolvimento alcançado pelos projetos com o setor privado vêm evoluindo desde sua criação, em meados da década de 2000. Durante esse período, temos dado vários passos para adaptar gradualmente esses mecanismos e ferramentas e para melhorar nossos padrões de eficácia relacionados ao fomento do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, para satisfazer as necessidades de nossos clientes. Esse processo ainda está em andamento e ele constituiu um alicerce fundamental da proposta para a consolidação das atividades da Corporação Interamericana de Investimentos (Inter-American Investment Corporation, IIC), do Fundo Multilateral de Investimentos (Multilateral Investment Fund – MIF), do Setor de Oportunidades para a Maioria (Opportunities for the Majority – OMJ) e do Departamento de Financiamento Corporativo e Estruturado (ou Structured and Corporate Finance Department – SCF) em uma única entidade que será responsável pela totalidade das atividades com o setor privado do Banco. Essencialmente, essa consolidação consiste em mudar o que fazemos e da forma como o fazemos a fim de melhorar a eficácia no desenvolvimento das operações com o setor privado.

Com o fim de melhorar nossa capacidade de avaliar, medir de resultados, monitorar e realizar autoavaliações, a Diretoria do BID aprovou a nova Matriz de Eficácia no Desenvolvimento para avaliar os projetos durante sua fase de elaboração. Essa nova Matriz de Eficácia no Desenvolvimento para as nossas operações sem garantia soberana faz parte de um abrangente conjunto de ferramentas destinadas a promover a eficácia do desenvolvimento. Esse conjunto de ferramentas, que será totalmente implantado em 2014, foi elaborado para aprimorar nosso foco nos resultados de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, racionalizar os processos e criar um sistema integrado de gerenciamento de dados.

Esse conjunto de ferramentas será muito parecido com o Quadro de Eficácia no Desenvolvimento usado para os projetos com garantia soberana – com algumas diferenças que se explicam pelas diferentes características dos clientes e pela abordagem das próprias operações. Este conjunto de ferramentas usa uma plataforma robusta para gerenciar as informações, permitindo que o Banco crie uma base de dados completa para armazenar os resultados do desenvolvimento gerados por seus projetos com o setor privado. Essa plataforma também estabelecerá as bases para uma melhor preparação de relatórios de seguimento e para fazer um seguimento mais detalhado dos resultados alcançados, permitindo que as equipes de projeto detectem o que não estiver funcionando adequadamente e façam os ajustes necessários nos projetos sempre que possível.

Essas ferramentas também contêm elementos criados para minimizar as dificuldades dos clientes na preparação de relatórios do seu desempenho, permitindo que eles se reportem diretamente ao Banco por meio de uma interface online. Elas utilizam nomenclaturas e definições de indicadores que são harmonizadas com as nomenclaturas e definições de outras instituições financeiras de fomento ao desenvolvimento.

No final de 2013, havia 175 projetos no portfólio do BID com o setor privado, totalizando o valor recorde de US$ 6,03 bilhões em saldos a receber, uma cifra sem precedentes. A maior parte dos projetos em carteira pertence aos setores de energia e mercados financeiros. Em 2013, um total de US$ 2,2 bilhões foi desembolsado para projetos sem garantia soberana, superado os US$ 975 milhões desembolsados em 2012.

Em 2013, o Banco realizou um monitoramento anual dos resultados de desenvolvimento que estavam sendo gerados pelos projetos com o setor privado até o fim de 2012. Os resultados são classificados por meio de um ranking que vai de excelente a insatisfatório. Podemos ressaltar que 92% dos projetos revisados foram classificados como satisfatórios ou bons ou excelentes. O gráfico 12 resume as pontuações de cada projeto, por setor, dos portfólios do Departamento de Financiamento Corporativo e Estruturado e do Setor de Oportunidades para a Maioria.

Da mesma maneira que outras organizações multilaterais de desenvolvimento, o BID realiza análises anuais de autoavaliação após os projetos com o setor privado serem concluídos. A lista de projetos avaliados a cada ano é

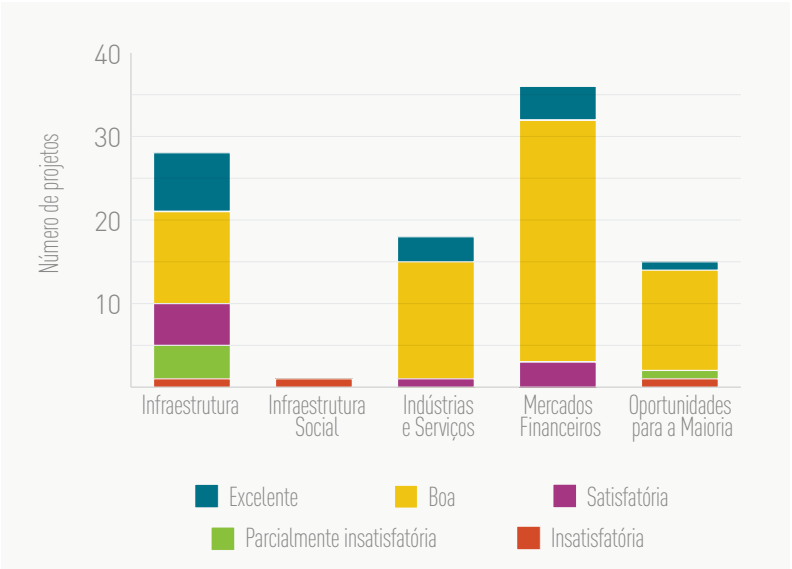


Gráfico 12: Pontuações recebidas para os projetos sem garantia soberana

selecionada pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (ou Office of Evaluation and Oversight – OVE), que também fornece uma validação de cada nota e faz recomendações para a Administração do Banco e sua Diretoria Executiva.

Em 2013, o Banco concluiu seu quinto exercício de autoavaliação ao analisar nove projetos, incluindo cinco projetos com bancos comerciais. Esse conjunto de projetos registrou uma boa pontuação em termos de rentabilidade (100%), de qualidade do trabalho (67%) e de adicionalidade (56%). Porém, tiveram um desemprenho inferior ao esperado em termos dos resultados de desenvolvimento (apenas 33% recebeu uma pontuação positiva), o que reflete um desempenho inferior ao esperado somado à falta de evidência para medir os impactos econômicos e sociais. Isso ressalta a necessidade de melhorar o desenho desses projetos para que os resultados possam ser devidamente mensurados, um problema que se busca solucionar a partir de 2014 com a nova Matriz de Eficácia no Desenvolvimento e seu novo conjunto de ferramentas.

MEDINDO OS RESULTADOS DE OPORTUNIDADES PARA A MAIORIA

Oportunidades para a Maioria (Opportunities for the Majority – OMJ) é o único setor de uma instituição multilateral voltado exclusivamente para ajudar a estabelecer empresas com a capacidade de atender às necessidades básicas da base da pirâmide. O sucesso desse empreendimento depende de nossa capacidade em implantar melhores práticas e de disseminar as histórias de sucesso e também relatar o que não deu certo. A iniciativa pode ajudar as empresas a desenvolver melhores modelos de negócios para a base da pirâmide e também auxiliar a mobilizar recursos para investimentos de impacto para esse setor nascente.

Para exibir os resultados alcançados de maneira eficaz e eficiente, desde 2011 o Setor de Oportunidades para a Maioria implantou o sistema Pulse, uma ferramenta informática hospedada na nuvem do internet para monitorar todos os projetos – desde sua aprovação pelo BID até sua implantação, quando a empresa cliente ou agência executora começa a notificar periodicamente os resultados alcançados. A OMJ utiliza uma lista de métricas padronizadas relacionadas ao desempenho financeiro e social (IRIS) e oferece capacitação sobre estas métricas a seus clientes. Os clientes são contratualmente obrigados a informar seus resultados trimestralmente. Dessa forma, a OMJ é capaz de ter a sua disposição dados atualizados sobre o desempenho dos projetos durante todo o ano, o que dá à unidade um panorama mais claro sobre o estado de seu portfólio e contribui para a tomada de decisões estratégicas pelo departamento.

MONITORANDO INDICADORES DE GÊNERO

OMJ adaptou o sistema IRIS para medir o progresso relacionado a objetivos de desenvolvimento específicos definidos em seu mandato. Por exemplo: o sistema contém indicadores para medir os benefícios que as intervenções da OMJ geram para os beneficiários do sexo feminino, fazendo com que tanto os clientes quanto o BID sejam obrigados a prestar contas e se responsabilizar pelos compromissos que firmaram com a inclusão de gênero. Por meio da utilização desses indicadores, a OMJ está mais bem equipada para identificar possíveis lacunas referentes à igualdade de gênero nas quais deve concentrar seus esforços.

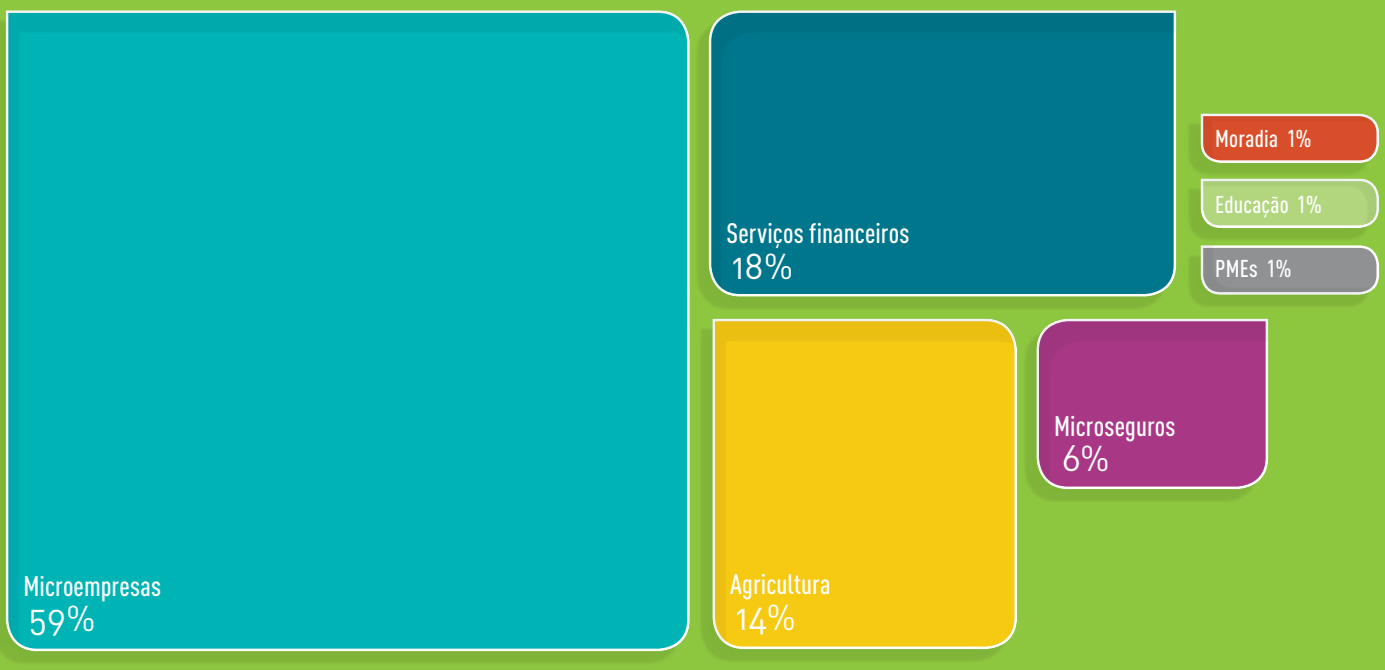


Gráfico 13: Oportunidades para a Maioria - Mulheres beneficiadas por setor

GERENCIANDO AS AVALIAÇÕES DE IMPACTO ESTRATEGICAMENTE

Alcançar um padrão de vida mais elevado é uma aspiração permanente dos cidadãos de qualquer sociedade – um desejo que leva os governos a gastar recursos cada vez mais escassos em infraestrutura, promoção de atividades produtivas e prestação deserviços sociais como saúde e educação, entre outros.

Esse é um objetivo nobre – mas boas intenções nem sempre garantem resultados. Governos e cidadãos também devem saber claramente se estão colhendo todos os benefícios de seus investimentos com recursos públicos. E essa não é apenas uma questão de transparência e prestação de contas, mas também de eficácia: recursos limitados devem ser investidos onde possam gerar os maiores benefícios.

Avaliações de impacto são uma importante ferramenta para avaliar se os recursos estão sendo utilizados de forma eficiente e eficaz. Elas permitem que países e organizações como o BID determinem em que medida os objetivos de desenvolvimento serão realmente alcançados, além de detectarem e lidarem com consequências inesperadas. Se forem devidamente elaboradas, as avaliações de impacto também podem mostrar por que os programas funcionam e como melhorá-los. Sendo assim, as avaliações de impacto são uma ferramenta valiosa

para informar, desenhar, adaptar, e executar intervenções voltadas ao desenvolvimento. Além disso, as lições aprendidas em um determinado programa também podem beneficiar outros países ou instituições que estejam trabalhando em situações similares.

Ao diferenciar a contribuição de uma intervenção de outros fatores externos, as avaliações de impacto estabelecem um vínculo causal entre as intervenções e um resultado determinado. Essa abordagem relacionada às avaliações é única em sua capacidade para quantificar e atribuir impactos. Mas realizar uma avaliação de impacto bem sucedida pode ser um processo complexo, que requer um forte compromisso de todas as partes envolvidas. Também são necessários profissionais qualificados para supervisionar essas avaliações de perto e gerenciar adequadamente os obstáculos práticos e logísticos, bem como para coletar dados relacionados a finalidades específicas e para realizar o trabalho analítico e informático necessário. Esse tipo de esforço pode ser caro, especialmente se for necessário coletar informações confidenciais. Portanto, e apesar de sua importância, realizar avaliações de impacto está frequentemente fora do alcance de muitos governos que por si próprios já enfrentam restrições orçamentarias.

Desde que o BID lançou seu Quadro de Eficácia no Desenvolvimento (Development Effectiveness Framework em inglês) em 2008, o Banco aprovou 196 projeto no setor público e três em Oportunidades para a Maioria com planos para realizar avaliações de impacto. Destes, 27% decidiram não realizar a avaliação, ou mudaram a metodologia, ou estão em compasso de espera. Além disso, 11 projetos mudaram sua metodologia de avaliação de reflexiva para experimental ou semi-experimental depois que foram aprovados, sendo que, desse total, oito avaliações já estão sendo executados. Do total de 154 que continuam com as avaliações, 77 estão na fase de desenho, 67 estão sendo executados e 10 foram concluídos. Trinta e cinco por cento das avaliações estão utilizando métodos experimentais e o restante está utilizando métodos semiexperimentais ou outras metodologias.

Desde 2008, a importância das avaliações de impacto das nossas operações tem se convertido em uma parte

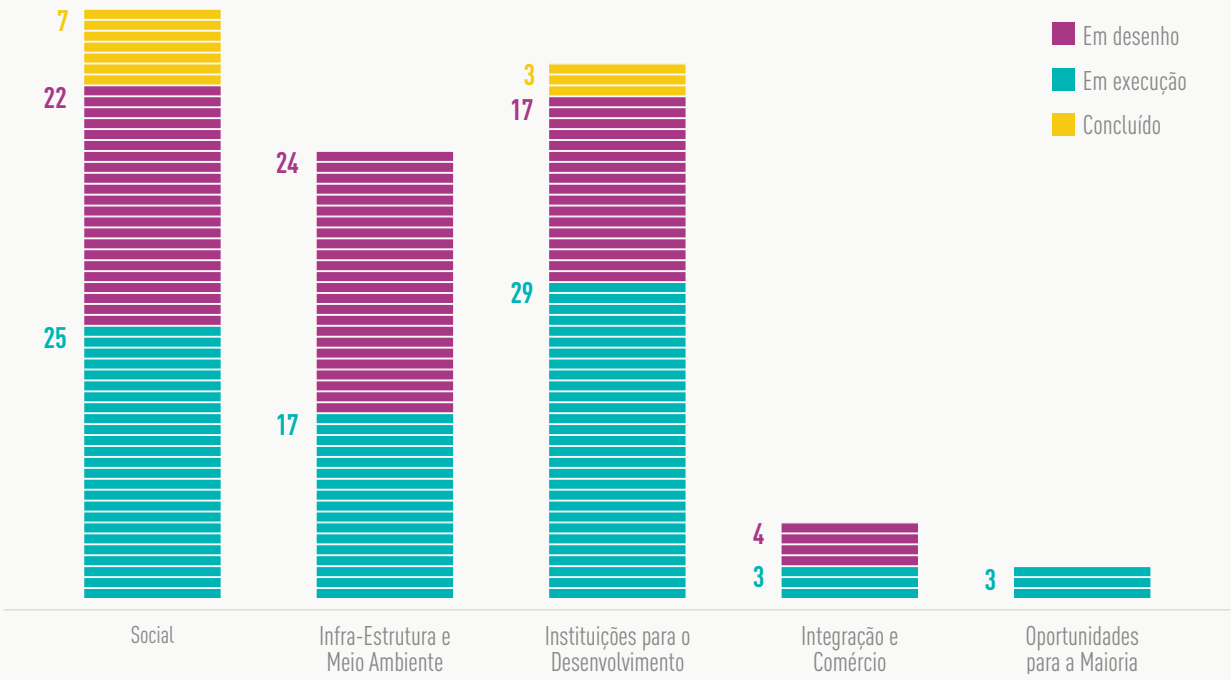


Gráfico 14: Número de projetos com avaliação de impacto, por setor

integral do DNA do BID. Agora que a semente das avaliações já foi plantada, e dado o seu custo e complexidade, devemos torná-las mais estratégicas. Para o BID, isso significa priorizar os recursos financeiros e o tempo das equipes em avaliações que possam proporcionar uma contribuição significativa à base de conhecimento sobre o desenvolvimento e, principalmente, para a resolução dos desafios de desenvolvimento enfrentados pelos nossos países membros mutuários.

O BID assumiu o compromisso de aprender continuamente com as avaliações de impacto e em compartilhar esse conhecimento com a comunidade internacional e com nossos países membros mutuários que estejam enfrentando desafios semelhantes. Décadas de prática em projetos de desenvolvimento realizados por governos e organizações internacionais têm demonstrado que o preço da ignorância é alto. À medida que avançamos, as avaliações de impacto complementam outras ferramentas de monitoramento e diagnóstico e ajudam a melhorar os fundamentos empíricos do desenvolvimento. O boxe a seguir contém explicações adicionais sobre como as avaliações de impacto apoiadas pelo BID estão ajudando a garantir o desenvolvimento social e econômico efetivo na região.

Por que realizar avaliações de impacto?

Para poder prestar contas:
As avaliações de impacto medem o nível de eficácia das intervenções.

Para respaldar decisões políticas com fatos:
Os responsáveis pela elaboração de políticas públicas podem usar as evidências das avaliações de impacto para obter apoio e financiamento para certas intervenções, para expandir as intervenções existentes que se mostrem eficazes e para reformular ou eliminar as intervenções ineficazes.

Para ser transparente:
As avaliações de impacto ajudam a manter as partes interessadas informadas sobre a eficácia da aplicação dos recursos públicos, o que também inclui informar os doadores, os meios de comunicação e a sociedade civil.

Para melhorar a gestão:
As avaliações de impacto podem ser poderosas ferramentas de gestão, que permitem aos programas testar abordagens inovadoras e desenha-los para que se maximize os impactos.

Para impulsionar a cooperação voltada ao fomento do desenvolvimento:
As avaliações de impacto fornecem evidências sobre a eficácia das intervenções, contribuindo, assim, para orientar a alocação de recursos escassos por parte dos doadores e de outros atores e melhorando as políticas de desenvolvimento a nível mundial.

Para aprender o que funciona:
As avaliações de impacto são o mecanismo mais efetivo para verificar se as intervenções elaboradas atingiram seus objetivos da melhor maneira possível. Elas não apenas determinam se os projetos alcançaram seus objetivos, como também se atuaram como um mecanismo para que se aprenda sobre a maneira como as intervenções são implantadas.

O QUE APRENDEMOS

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:

A transferência de renda constitui uma das intervenções mais amplamente avaliadas, sendo que grande parte das evidências internacionais relacionadas a esse tipo de programa são geradas por países de renda média e baixa da América Latina e do Caribe. O atual conjunto de avaliações apoiadas pelo BID contribui para a nossa compreensão sobre como esses programas funcionam de forma distinta em áreas rurais e urbanas, sobre como formular sistemas de incentivo de maneira mais eficiente e sobre os impactos das transferências de renda na saúde materno-infantil e para a redução do índice de abandono de cargo por parte de professores que ensinam em áreas de difíceis condições de vida. Os programas de transferência de renda são uma plataforma dinâmica para testar soluções inovadoras voltadas à redução da pobreza e ao desenvolvimento do capital humano, e esperamos poder ter muitas outras interessantes oportunidades de aprendizado nos próximos anos.

Fortalecendo o Programa Oportunidades, que promove o desenvolvimento humano nas áreas urbanas do México:

Esta série de avaliações foi elaborada para aumentar a eficácia, nas áreas urbanas, do programa de transferência condicional de renda do México, conhecido como Oportunidades. Avaliações anteriores mostraram uma diferença significativa relacionada à eficácia do desenvolvimento proporcionado pelo programa em áreas rurais versus urbanas. Os efeitos do programa nas zonas urbanas eram menores porque nessas zonas os desafios estão relacionados com a obesidade infantil e a evasão escolar no ensino médio e o projeto havia reproduzido um desenho que havia funcionado de maneira exitosa nas zonas rurais, onde predominam os problemas de subnutrição e evasão escolar no ensino fundamental. As avaliações demonstraram a eficácia, em termos de custo-benefício, de um suplemento nutricional alternativo para a área urbana, que reduziu a anemia em sete pontos percentuais nas crianças de 6 a 59 meses de idade sem o efeito colateral do ganho de peso que os suplementos tradicionais acarretam.

Elas também mostraram que uma redistribuição na estrutura das transferências para escolas urbanas que mantivessem constante seu valor podem levar a efeitos positivos. Constatou-se que a eliminação das transferências para escolas do ensino fundamental e o aumento em 25% das transferências para escolas do ensino médio nas áreas urbanas não teriam nenhum impacto negativo nas escolas de ensino fundamental e poderiam reduzir a evasão escolar nos níveis mais elevados em cerca de seis pontos percentuais, embora esse efeito positivo tenha variado entre os grupos de beneficiário. *(Estudo a ser publicado).*

Leia o estudo completo sobre Programa Familias en Acción na Colômbia.

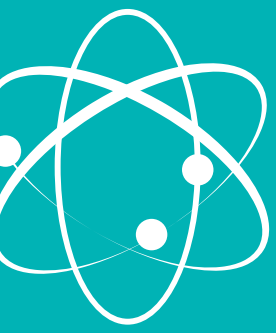
Expansão do programa de transferência condicional de renda Familias en Acción da Colômbia – fase II

Essa avaliação analisou o impacto na nutrição, saúde e educação de um programa de transferência de renda da Colômbia, conhecido como Familias en Acción. A avaliação constituiu uma análise de longo prazo do programa em relação à acumulação de capital humano em municípios com menos de 100.000 habitantes. Ela concluiu que o programa aumentou a altura das crianças entre 9 e 12 anos de idade em um desvio padrão de 0,16. A avaliação também mostrou que o programa reduziu em 6% a desnutrição crônica crianças entre 9 e 15 anos de idade. No entanto, a taxa de obesidade em crianças entre 9 e 12 anos de idade aumentou em 5,6 pontos percentuais. O programa teve um impacto positivo sobre o consumo de alimentos por crianças que sofrem de diarreia agúda infecciosa – a probabilidade de fornecer a mesma quantidade de comida para aqueles que estão doentes aumentou em 48%. Por fim, o programa teve um impacto forte

e positivo sobre a educação. Entre os jovens adultos (com mais de 18 anos) em áreas rurais, a probabilidade da conclusão do ensino médio aumentou em 64%, e o período total de anos de escolaridade teve um acréscimo de seis meses. As conclusões da avaliação de impacto provocaram uma mudança na quantidade e na estrutura dos subsídios destinados a fortalecer o programa. Atualmente, os municípios estão divididos em quatro grupos com base em seu nível de desenvolvimento social e os subsídios aumentam à medida que os alunos passam de ano a fim de reduzir o custo oportunidade de estudar.

Aumentando a igualdade social por meio do Programa de Educação Comunitária do México – fase II

Em aldeias remotas da zona rural do México, um dos maiores desafios para a melhoria da qualidade da educação consiste em tentar diminuir a taxa de abandono de cargo pelos professores, provocado por aposentadorias e demissões. O México está tentando aprimorar seus incentivos para reter os professores por meio de seu Programa de Educação Comunitária, após um diagnóstico realizado em cooperação com o BID ter identificado as razões pelas quais os professores abandonam o emprego. Entre essas razões identificadas estão dificuldades de adaptação à vida nas comunidades para onde eles foram enviados e o salário insuficiente para cobrir as despesas desses profissionais. A avaliação teve como objetivo compreender melhor a taxa de abandono de cargo pelos professores, com enfoque especial no processo de adaptação à comunidade e no papel do salário no abandono do emprego. A análise resultou em várias recomendações importantes relacionadas às políticas públicas. Em primeiro lugar, os esforços para reduzir o abandono de cargo pelos professores devem se concentrar no início do ano letivo e em municípios onde existam condições difíceis em termos de localização geográfica e de acesso restrito a serviços. Em segundo lugar, a capacitação dos professores deve incluir técnicas para auxiliá-los a se adaptar ao estilo de ensino e ao modo de vida das comunidades, cujos meios de transporte, práticas alimentares e acomodações podem ser rudimentares. Em terceiro lugar, na medida do possível, os professores devem ser enviados a localidades mais próximas de suas residências e as preferências deles em relação às vagas devem ser honradas. Em quarto lugar, os salários devem ser pagos integralmente enquanto os professores estiverem em serviço, e não terem parcelas retidas para incentivá-los a ficar – e as despesas com transportes devem ser pagas separadamente. Por fim, a avaliação recomendou a melhoraria da comunicação e do monitoramento nas comunidades a fim de garantir que haja condições básicas para que os professores permaneçam em seus postos, o que inclui segurança, saúde, saneamento e interação social. *(Estudo a ser publicado).*



PROMOVENDO ATIVIDADES PRODUTIVAS:

As quatro avaliações de programas de desenvolvimento da produção analisam a eficácia dos recursos de contrapartida para fomentar a adoção de tecnologias, a inovação e, em última análise, a eficiência da produção. As avaliações confirmam que esse instrumento induz efetivamente os beneficiários a aumentarem seus esforços voltados à inovação e à adoção de práticas capazes de aumentar sua produtividade. Apesar desses resultados, mais evidências ainda são necessárias para avaliar completamente a efetividade em função dos custos destes instrumentos segundo um desenho especifico (inclusive a focalização), o país e o setor.

Leia o estudo completo sobre programa de transformação tecnológica no Panamá

Programa multifásico de transformação tecnológica do Panamá – fase I

Esta avaliação examinou o impacto de doações de fundos de contrapartida providos pelo Secretariado Nacional para a Ciência, Tecnologia e Inovação Panamá (SENACYT) para atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico em empresas privadas. Os subsídios serviram para apoiar as iniciativas de inovação das empresas panamenhas. Ao levar em consideração a primeira Pesquisa de Inovação do Panamá, a avaliação analisou o efeito do apoio do SENACYT sobre a probabilidade da introdução de inovações e de atividades de pesquisa e desenvolvimento e sobre a magnitude dos investimentos nessas iniciativas. A avaliação demonstrou que o programa ajudou as empresas beneficiárias a multiplicarem por três seus investimentos em inovação e por quatro seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Ela também permitiu que 30% dos beneficiários se envolvessem em atividades de inovação e de pesquisa e desenvolvimento pela primeira vez. Devido a limitações de dados, a avaliação não foi capaz de avaliar os efeitos de médio e longo prazo do programa em termos da produtividade e

a adoção de novos produtos e processos. No entanto, as descobertas forneceram evidências adicionais sobre a eficácia dos recursos de contrapartida na promoção da inovação, e fizeram esse caso ser o primeiro país da América Central a entrar para a literatura existente. A avaliação apresentou uma série de recomendações relacionadas a políticas públicas, com foco na coleta de informações e na produção de indicadores.

Leia o estudo completo sobre desenvolvimento agrícola no Uruguai.

Financiando projetos de investimento e a reestruturação produtiva para as empresas e o desenvolvimento das exportações na Colômbia

Bancos estatais de fomento ao desenvolvimento podem desempenhar uma função crucial na distribuição de fundos públicos para empresas que, apesar de suas boas perspectivas de negócios e gestão, têm pouco ou nenhum acesso ao crédito. Duas avaliações de impacto que o BID realizou para o Bancoldex – banco de desenvolvimento de segunda linha da Colômbia –, que recebeu financiamento do BID por meio de dois empréstimos, fornecem evidências sobre a eficácia desse tipo de função. Utilizando dados bastantes desagregados relacionados a empréstimos, os estudos analisaram o impacto do financiamento concedido pelo Bancoldex no acesso ao crédito e o desempenho econômico das empresas beneficiárias ao longo da última década. O primeiro estudo detectou que as empresas que usaram linhas de crédito do Bancoldex obtiveram empréstimos com taxas de juros menores e prazos de pagamento mais longos do que as outras empresas. Além disso, as empresas beneficiárias expandiram suas relações de crédito com outros intermediários financeiros, desfrutando de melhores condições de crédito bem depois de terem recebido o financiamento do Bancoldex.

Leia a história sobre crédito verde na Colômbia na página 108.

O segundo estudo constatou que as empresas beneficiárias que atuam no setor manufatureiro aumentaram sua produção, seus empregos, seus investimento e sua produtividade nos primeiros quatro anos após terem recebido o primeiro empréstimo do Bancoldex. Os efeitos foram extensos, e variaram de um aumento de aproximadamente 20% no total de postos de trabalho criados e na produtividade das empresas até um avanço de 30% na produção. Os resultados mostram que o Bancoldex oferece certa "adicionalidade" para além da simples substituição do crédito que fontes privadas estariam dispostas a e seriam capazes de oferecer em condições semelhantes.

Desenvolvimento agrícola no Uruguai

Esta avaliação se concentrou no Programa de Pecuária do Uruguai (PPU), que foi criado para melhorar as práticas de gestão e de produção entre os produtores de gado do país. Entre 2007 e 2010, o programa co-financiou cerca de 1.300 planos de negócios propostos pelos produtores individuais do país. Embora o programa tenha apoiado a adoção de uma ampla gama de práticas, a grande maioria dos planos se concentraram na reprodução de gado. Por essa razão, a avaliação analisou dois principais indicadores de eficiência reprodutiva, ou seja, a produção e a venda de bezerros. Utilizando um painel elaborado ao longo de oito anos, no qual consta o cruzamento dos dados do sistema de rastreabilidade do gado uruguaio com as informações do registo de participantes do PPU, a avaliação concluiu que o PPU aumentou a produção de bezerros, em média, entre 11,36 e 15,3 bezerros e aumentou as vendas líquidas em 4,35 bezerros. Apesar desses resultados, a avaliação mostrou que a taxa interna de retorno do programa é bastante sensível à forma como os benefícios são mensurados – a taxa é positiva e significativa quando o valor da produção é usado, mas é muito limitada quando as vendas são utilizadas. Isso sugere que o impacto econômico geral do programa pode ter sido bastante modesto.

Leia o documento completo sobre pequenos vinicultores na Argentina.

Integração dos pequenos produtores na cadeia de produção de vinhos da Argentina

Essa avaliação examinou o componente de doações dos recursos de contrapartida de um projeto destinado a promover a integração dos pequenos produtores na cadeia de valor do vinho argentino. O projeto apoiou atividades de coordenação, co-financiou iniciativas de pequenos produtores e fortaleceu instituições da cadeia de valor, como os representantes dos produtores de vinho de pequeno e médio porte e uma rede de centros de desenvolvimento de vinhos. O projeto também teve como alvo os produtores que apresentavam baixa produtividade, além de uvas de menor qualidade, acesso limitado à assistência técnica e aos mercados e reduzido poder de barganha – recursos que limitam o potencial de sua contribuição para a cadeia de valor. Os recursos de contrapartida apoiaram especificamente os pequenos produtores que realizaram investimentos em redes de proteção contra granizo, sistemas de irrigação, maquinário e outras melhorias para os vinhedos.

A avaliação constatou que o programa aumentou a produtividade dos beneficiários em 7,9%. O uso de redes contra granizo teve um efeito especialmente significativo, com um aumento de aproximadamente 35% na produção e na produtividade. Infelizmente, as limitações de dados não permitiram estimar o impacto dos recursos de contrapartida na diversificação das uvas e na adoção de variedades de uvas de alto valor, dois efeitos esperados que teriam sinalizado de maneira mais enfática uma melhor integração na cadeia de valor. A análise desses efeitos será tema de uma ampliação futura dessa avaliação.

SERVIÇOS SOCIAIS:

As quatro avaliações de impacto relacionadas ao setor social abrangem as áreas de educação, nutrição, proteção social e programas ativos relacionados ao mercado de trabalho. Essas avaliações contribuem para o aprendizado sobre a eficácia dos diferentes modelos de prestação de serviços e revelam alguns impactos inesperados surpreendentes. As avaliações de impacto podem desempenhar um papel importante na identificação de aspectos das intervenções que exijam fortalecimento, bem como de consequências não intencionais, tanto positivas quanto negativas.

Equidade educacional em Bogotá, na Colômbia

O objetivo principal do Programa de Equidade Educacional de Bogotá era construir escolas conhecidas como *megacolegios* em bairros pobres da periferia de Bogotá. As instalações dessas escolas incluíam salas de aula multifuncionais, além de bibliotecas, laboratórios e instalações desportivas de última geração. Entre 2008 e 2012, *megacolegios* foram construídos em 15 comunidades pobres de Bogotá com o financiamento de um empréstimo do BID. Para efeitos da avaliação de impacto, essas comunidades foram comparadas com um número semelhante de comunidades que não foram atendidas pelo projeto, mas que tinham características comparáveis (localização, características socioeconômicas e nível de eficiência interna das escolas).

Utilizando dados administrativos e uma pesquisa específica que coletou informações atuais e retroativas, esta avaliação constatou que os estudantes dos megacolegios tiveram taxas de aprovação e de graduação mais elevadas, além de menores taxas de evasão escolar do que os alunos das escolas no grupo de controle. Em termos de aprendizagem, no entanto, os resultados dos testes padronizados não mostraram diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes dos megacolegios e os das escolas utilizadas na comparação. Uma questão preocupante revelada pela avaliação foi o aumento da prevalência de bullying, violência verbal e vandalismo nas escolas, ocorrências cuja incidência se mostrou ligeiramente mais elevada nos megacolegios. *(Estudo a ser publicado).*

Leia o estudo completo sobre nutrição infantil na Bolívia

Melhorando a assistência nutricional infantil na Bolívia

No 8º distrito da cidade de El Alto, 23% das crianças menores de quatro anos sofrem de nanismo, um dos sintomas da desnutrição crônica. Apesar da disponibilidade de alimentos acessíveis e nutritivos, muitas famílias da região mantêm dietas pobres. A partir de 2008, o Projeto de Nutrição Comunitária passou a ensinar as mães da região sobre a melhor maneira de alimentar seus filhos, fornecer suplementos nutricionais e a coletar dados relacionados à saúde, tais como peso e altura. A intervenção também incluiu aulas de culinária em grupo utilizando frutas e legumes comprados nas ruas da cidade, além de reuniões comunitárias onde se falava de nutrição, higiene doméstica e outros temas relacionados à saúde.

A avaliação de impacto comparou crianças originárias de famílias que residiam na área de intervenção aos filhos de famílias vizinhas inelegíveis, com base em limites geográficos bem definidos pelo programa. A análise mostrou que os agentes comunitários de saúde foram bem-sucedidos em fornecer assistência à população-alvo. As mães aumentaram seus conhecimentos sobre nutrição e hábitos de saúde e se mostraram mais inclinadas a receber suplementos de micronutrientes. Apesar disso, o aumento da conscientização não foi capaz de provocar uma mudança nos hábitos alimentares nem estimular o uso correto dos micronutrientes, e as crianças que participaram do programa não apresentaram uma probabilidade menor de serem afetadas pelo raquitismo do que

as crianças do grupo de controle. Uma versão aprimorada dessa intervenção, que incorporou estratégias inovadoras relacionadas a mudanças de comportamento, será lançada no âmbito de uma de avaliação experimental no início de 2014.

Programa de apoio ao sistema nacional de fomento ao emprego da República Dominicana

O Programa Juventude e Emprego da República Dominicana capacitou jovens vulneráveis em competências técnicas e deu oportunidades para que eles adquirissem experiência de trabalho. Essas ações de formação foram divididas em três partes: um módulo de treinamento em habilidades para a vida (de 75 horas), um módulo de formação profissional (de 150 horas) e um módulo de capacitação no trabalho (on-the-job) em uma empresa privada durante um período de três meses. De acordo com a avaliação de impacto, o programa ajudou os beneficiários a encontrarem melhores postos de trabalho e teve um impacto positivo, de aproximadamente 17%, na formalização dos trabalhadores homens, além de ter gerado um aumento de 7% nos ganhos mensais entre os beneficiários que já estavam empregados. O programa também reduziu a probabilidade de gravidez na adolescência em seis pontos percentuais (para 48%) e teve um efeito maior sobre as mulheres jovens e solteiras e sobre aquelas que já eram mães. O bem-estar psicológico e as expectativas positivas são os canais utilizados pelo programa para tentar influenciar a queda nas taxas de gravidez na adolescência. O programa também ajudou os jovens a adquirirem mais competências gerais, como responsabilidade e trabalho em equipe, que gerarão novas oportunidades para eles no futuro.

Leia o estudo completo sobre proteção social na República Dominicana.

Leia o estudo completo sobre apoio ao emprego na República Dominicana

Apoio ao programa de proteção social da República Dominicana – fase I

Esta avaliação examinou a eficácia das "mensagens de reforço" (text-messages) enviadas por celular para promover mudanças comportamentais em famílias pobres na República Dominicana em relação à educação. O envio de 10 mensagens de texto de reforço ao longo de 10 semanas consecutivas aumentou entre 3,2 e 3,8 pontos percentuais as matrículas da população em idade escolar (de 5 e 21 anos). As mensagens também reduziram de 2,5 a 2,7 pontos percentuais o absenteísmo dos estudantes do ensino fundamental durante o segundo semestre letivo. O envio de 10 mensagens de reforço via e-mail durante o mesmo período de intervenção reduziu o absenteísmo estudantil no segundo semestre de 2,4 e 3,2 pontos percentuais.

Mensagens de voz também tiveram um impacto consistente sobre as mudanças comportamentais das famílias, incluindo um aumento de sete pontos percentuais no número de alunos que dedicam mais de uma hora por semana aos seus deveres escolares, uma redução de 2,5 a 3,5 pontos percentuais na população em idade escolar que se envolve em algum tipo de atividade para gerar renda para suas famílias, uma diminuição de cerca de uma hora no total de horas que os alunos trabalham por semana e um aumento de quatro pontos percentuais no número de irmãos mais velhos que ajudam os alunos com deveres de casa. Essa avaliação apresenta evidências para justificar análises mais abrangentes sobre como uma plataforma de mensagens podem promover objetivos sociais que beneficiam famílias pobres. Os resultados sugerem que a implantação de uma plataforma de mensagens voltada aos beneficiários domésticos dos programas sociais poderia elevar a eficácia das políticas de proteção social.

Fracasso

POR QUE NECESSITAMOS ABRAÇÁ-LO

No mundo dos negócios lendas foram criadas a partir de alguns fracassos espetaculares. A história está cheia de exemplos. Empresários como Henry Ford e, mais recentemente, Steve Jobs, fracassaram várias vezes antes de conseguirem criar empresas de sucesso. No entanto, na área de fomento aos desenvolvimento, apesar de compreendermos a importância de aprender com os nossos erros e fracassos, ainda nos mostramos tímidos para discutir abertamente o que não funcionou como se esperava.

EVIDENTEMENTE, FALAR DE FRACASSO NUNCA É FÁCIL,

pois isso muitas vezes envolve reconhecer seus próprios erros e também os erros dos outros. E falar sobre o fracasso fica ainda mais difícil e delicado quando, como no caso do desenvolvimento econômico e social, o trabalho envolve muitas partes interessadas, que vão desde doadores e governos até instituições de fomento ao desenvolvimento e organizações da sociedade civil.

Mas, mesmo assim, por mais doloroso que às vezes possa ser para todos os envolvidos, esse é o tipo de diálogo fundamental que instituições saudáveis precisam realizar. Para o Banco, esse diálogo não apenas nos ajuda a melhorar nosso desempenho e inovar, como também auxilia os países membros e os parceiros a identificarem as melhores práticas para aprimorar a execução dos projetos que estão em andamento e reforçar a preparação das intervenções e políticas futuras. Falar sobre os fracassos não é um fim em si mesmo, é simplesmente uma ferramenta para melhorar cada vez mais a nossa capacidade de gerar mudanças sistêmicas a fim de alcançar o nosso objetivo primordial: ajudar o BID e os países da América Latina e do Caribe a implantarem os melhores programas de desenvolvimento possíveis para cada centavo investido.

Nos últimos anos, o BID realizou esforços deliberados para documentar e disseminar as lições aprendidas a partir de suas próprias experiências, bem como a partir das experiências de seus países membros (lei o artigo Gerenciando as Avaliações de Impacto Estrategicamente na página 18 ou no web site). O objetivo desses esforços era identificar o que funcionou e o que não funcionou na busca do desenvolvimento eficaz, inclusivo e sustentável. Durante 2013, as equipes setoriais e de país do Banco analisaram suas experiências na preparação e na execução dos projetos do portfólio do Banco e identificaram as decisões ou circunstâncias que facilitaram ou impediram sua execução efetiva. Adicionalmente, as equipes analisaram as mudanças que tiveram de ser introduzidas no desenho dos projetos, assim como as soluções – bem e mal sucedidas – adotadas para superar desafios específicos da execução dos projetos com o objetivo de detectar problemas comuns.

> "O fracasso faz parte do dia-a-dia. Acontece a cada momento em que estamos praticando. A reação ao fracasso é o que nos permite a superá-lo."
>
> —Mia Hamm, ex-jogadora de futebol profissional dos Estados Unidos

Tais análises fornecem insights importantes que ultrapassam o âmbito dos projetos individuais e podem beneficiar intervenções setoriais de maneira mais amplas.

Nas seções a seguir, nós compartilhamos alguns dos insights e recomendações que surgiram a partir dessas análises dos projetos do BID nos setores de educação (nos focalizando na dimensão do fortalecimento institucional), segurança pública, mercados de trabalho, desenvolvimento urbano e habitação, água e saneamento e por último no setor de saúde.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO

O DESAFIO

Embora a América Latina e o Caribe tenham melhorado o acesso e a igualdade em todos os níveis de ensino nos últimos anos, especialmente para as parcelas mais pobres de suas populações, as avaliações internacionais mostram que os alunos não estão aprendendo tanto quanto os seus pares de outros países. Os baixos níveis de aprendizado afetam enormemente a acumulação de capital humano, a produtividade e o desenvolvimento de longo prazo. Os países da região ocupam as últimas colocações no Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes (PISA). Por isso, não é de surpreender que nenhum país da região estivesse entre os 20% mais bem colocados em 2013 no Índice de Competitividade do Fórum Econômico Mundial.

NOSSA ABORDAGEM

Durante muito tempo, o apoio do BID se concentrou na expansão e na melhoria dos sistemas educacionais, o que incluía a realização de investimentos significativos em infraestrutura escolar para atender às demandas sociais referentes à melhoria da cobertura. Apesar de esses investimentos ainda representarem mais da metade de nosso portfólio atual, desde 2007 o Banco vem financiando um número crescente de projetos destinados a melhorar o aprendizado dos estudantes. Isso reflete uma maior conscientização de nossos países-membros sobre a necessidade de aliar aumentos na quantidade com melhoras na sua qualidade. O BID tem promovido programas para melhorar o desenvolvimento das crianças que estão na primeira infância, a qualidade do ensino e a transição da escola para o mercado de trabalho. Mais de dois terços dos financiamentos que distribuímos nessa área são destinados aos países mais pobres e vulneráveis, que geralmente enfrentam mais desafios institucionais e de gestão.

Dado que intervenções na área de educação são em geral bastante complexas devido a sua escala e a multiplicidade de fatores que podem afetar os resultados do aprendizado, é imperativo fortalecer as instituições públicas para garantir sua capacidade técnica e operacional e possibilitar a adoção de melhorias sustentáveis. Com esse objetivo em mente, o Banco realizou uma análise profunda de seu portfólio de projetos em execução na área de educação com o intuito de compreender melhor o papel potencial que O Banco pode exercer na melhoria desta capacidade e, acima de tudo, poder tirar lições que possa se traduzir em operações futuras de melhor nível.

Leia mais sobre reformas do sistema educacional no artigo **Em outro nível** na pág. 73

O QUE NÃO FUNCIONOU COMO SE ESPERAVA?

Fracasso e solução número 1: o Banco não fez o suficiente para apoiar as mudanças e reformas educacionais nas estruturas organizacionais, medidas que poderiam ter ajudado os países a desenvolver e implantar melhores políticas e garantir a sustentabilidade de longo prazo de vários projetos financiados pelo BID. Por exemplo: em vez de fortalecer a capacidade de monitoramento e avaliação dos ministérios para possibilitar a medição efetiva do aprendizado dos alunos, as nossas intervenções geralmente se concentraram no financiamento dos elementos de gestão necessários para implantar os projetos, como a modernização dos sistemas de informação e a capacitação de pessoal. A razão para esse fracasso é, em parte, histórica. Fortalecer o quadro institucional e de políticas dos sistemas educacionais não tem sido uma prioridade

no diálogo do Banco com seus países membros. Esta é uma situação que temos que começar a mudar.

Fracasso e solução número 2: no passado, o Banco trabalhou quase que exclusivamente com seus parceiros governamentais para elaborar e implantar projetos de educação eficazes. Como resultado, várias atividades encontraram resistência dos grupos afetados, tais como sindicatos de professores, associações de pais, escolas, estudantes e as comunidades em geral. Esses grupos, por não estarem totalmente conscientes dos detalhes das reformas e suas implicações, podiam atrasar a execução dos projetos. Ao enviar especialistas em educação para seus escritórios de representação em toda a região, o BID ampliou sua presença e agora é capaz de trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas desde a fase de desenho dos projetos. Com o passar do tempo, isso não apenas garantiu a sustentabilidade dos projetos e sua apropriação por parte de todos, como também contribuiu para tornar os projetos mais completos e bem sucedidos. Hoje, algumas destas partes interessadas promovem ativamente projetos financiados pelo BID. O Banco, por sua vez, levou essas experiências para um nível mais elevado e passou a patrocinar mais atividades com grupos da sociedade civil e parceiros locais com a intenção de promover a qualidade da educação.

EVITANDO O CAMPO MINADO DA IMPLANTAÇÃO

- **Quanto mais simples e mais específico, melhor:** instituições fracas podem minar a execução dos projetos e a obtenção dos resultados. Esses problemas podem ser mitigados quando se estabelecem metas realistas e os esforços se concentram em um conjunto menor de intervenções. Isso significa limitar o número de componentes orientados a distintos níveis educacionais ou a múltiplas metas; evitar um grande número de processos licitatórios ou a abertura de processos de licitação em áreas geográficas demasiadamente amplas; e se envolver apenas em abordagens multissetoriais nas quais os benefícios superem claramente os custos do aumento da complexidade. Mediante um projeto de alcance nacional bem focalizado, com recursos humanos estáveis e uma forte liderança, se tem conseguido construir um número de escolas 10 vezes maior do que outro projeto respaldado por instituições fracas, que adotou uma abordagem multissetorial e foi implantado no nível subnacional. Em outras palavras: é melhor fazer uma única coisa bem do que várias mal.

S

SEGURANÇA PÚBLICA

O DESAFIO

Reduzir a criminalidade e a violência tornou-se um dos desafios de desenvolvimento mais urgentes para a América Latina e o Caribe. As taxas de homicídio dos países da região atingiram níveis epidêmicos, especialmente entre os jovens. Uma em cada cinco pessoas da América Latina e do Caribe informou ter sido vítima de algum tipo de roubo no ano passado, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar da incidência da criminalidade e da violência variarem muito entre diferentes países e regiões, geralmente seus determinantes estão relacionados à crescente desigualdade econômica e social, ao aumento da lacuna entre as expectativas e as oportunidades de emprego para os jovens, às mudanças estruturais nas famílias e nas comunidades, a redes de segurança sociais deficientes e a sistemas judiciais e penais e de fiscalização ineficientes. Os jovens, as mulheres, as minorias e os moradores de grandes e pobres áreas urbanas são desproporcionalmente afetados pela criminalidade e violência registradas na região.

NOSSA ABORDAGEM

Durante mais de duas décadas, o BID apoiou os esforços dos países latino-americanos e do Caribe para prevenir a criminalidade e a violência por meio de programas de segurança para os cidadãos. Nosso portfólio atual inclui 17 projetos ativos em 15 países. Nos últimos anos, os projetos do Banco começaram a usar uma abordagem in-

tegrada para prevenir a criminalidade e a violência, que incorpora intervenções de múltiplas disciplinas e perspectivas políticas que vão da educação até o policiamento e a melhoria nas comunidades.

O QUE NÃO FUNCIONOU COMO SE ESPERAVA?

Fracasso e solução número 1: dados insuficientes impedem que se forme uma compreensão adequada das diferentes formas de violência e sobre o contexto do local e momento no qual os crimes são cometidos, o que torna extremamente difícil a elaboração de políticas e projetos eficientes para solucionar esses problemas. Em muitos casos, as estatísticas criminais nacionais não estão disponíveis, não são confiáveis ou são de baixa qualidade. Elas também variam muito entre os diversos países, o que torna as comparações difíceis. Como resultado, em vários projetos financiados pelo Banco a alocação de recursos tem sido feita por pouco mais do que se adivinhar o que seria desejável. Em relação às políticas nesta área, não há escassez de ideias para intervenções voltadas ao combate à criminalidade e à violência na região, mas a maioria dos projetos possuem muito poucas estatísticas oficiais que permitam uma avaliação sobre o que funciona e o que não funciona. Para solucionar os problemas relacionados à deficiência de dados e melhorar a execução dos projetos, as iniciativas promovidas pelo BID começaram a apoiar pesquisas de vitimização, de saúde, das escolas e das comunidades. Atualmente, nossos projetos também incorporam componentes para ajudar os países a reforçarem sistematicamente seus sistemas de coleta de informações sobre os crimes e estabelecer observatórios da criminalidade. No nível regional, o BID está expandindo sua iniciativa para harmonizar os indicadores de criminalidade e violência de modo que nossos países membros possam comparar intervenções e aprender com as experiências uns dos outros.

Fracasso e solução número 2: alguns projetos do BID fracassaram em não reconhecer que a focalização adequada dos beneficiários é essencial para que os projetos reduzam fatores de risco sociais que podem levar à delinquência ou à violência. Esta focalização inadequada influenciou o modo como os serviços foram prestados aos beneficiários, bem como em o tipo de pessoal especializado necessário para executar esses serviços. Portanto, as condições locais devem ser cuidadosamente levadas em conta no desenho de tais intervenções. Essa conclusão é especialmente importante quando um país busca comparar as experiências e aprender das experiências dos demais países.

EVITANDO O CAMPO MINADO DA IMPLANTAÇÃO

- Identifique um defensor local: no final das contas, projetos de Segurança para os Cidadãos precisam ser multissetoriais a fim de reduzir a incidência da criminalidade e da violência. Isso significa que vários setores precisam trabalhar em conjunto para alcançar um objetivo comum, o que exige colaboração, interação e habilidades adequadas das partes envolvidas. Para implantar e apoiar esses projetos de forma eficaz, é fundamental em termos estratégicos identificar a liderança mais importante possível no nível institucional para facilitar e garantir uma coordenação eficaz e criar alianças para a concretização das políticas públicas.
- Defina funções e mecanismos relacionados à prestação de contas: os custos de transação podem ser elevados para projetos que exijam a participação de diferentes agências para a execução dos projetos. A fim de reduzir esses custos, o papel de cada entidade, bem como os mecanismos de prestação de contas, devem ser definidos logo no início, e suas capacidades institucionais e o contexto político em que eles funcionam também devem ser levados em consideração.
- Faça com que a comunidade seja uma aliada: a participação da comunidade pode melhorar significativamente a implantação e a eficácia dos projetos, pois os membros da comunidade se tornam os olhos e ouvidos do executor no campo. Para que essa parceria se realize, o projeto deve estabelecer uma boa estratégia de comunicação para obter a adesão e o apoio dos envolvidos localmente, consultar e envolver as comunidades no processo de tomada de decisão e capacitá-las para que elas possam ajudar a monitorar os resultados dos projetos e melhorar a prestação de contas.

Leia mais sobre as parcerias comunitárias no artigo **Fazendo a diferença** na pág. 105

DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

DESAFIO

Oito em cada 10 habitantes da América Latina e do Caribe vivem em zonas urbanas, assim como mais de 70% dos pobres da região. Ao longo dos próximos 20 anos, estas urbes ganharão 100 milhões de habitantes. Faltam infraestrutura e serviços para as cidades – metade dos residentes urbanos não possuem banheiros dentro de casa nem conexão à rede de esgotos. Atualmente, cerca de 50 milhões de domicílios estão localizados em regiões superlotadas e desprovidas de serviços básicos ou foram construídos em loteamento informais ou improvisados. A fraca governança local, aliada à autonomia financeira e recursos humanos limitados por parte dos municípios, agravam o problema e restringem a implantação de soluções eficientes.

NOSSA ABORDAGEM

O BID apoia intervenções e reformas institucionais que atendam sistematicamente pelo menos um dos quatro principais problemas que afetam as cidades da região: infraestrutura e serviços, habitação, meio ambiente e governança local. Como resultado, nosso trabalho se concentra na implantação de melhorias em bairros pobres e onde existam habitações informais com o intuito de expandir o acesso a serviços habitacionais para as famílias mais pobres, revitalizar as zonas urbanas e históricas, proteger os mais vulneráveis em caso de desastres naturais e fortalecer as instituições urbanas que prestam serviços públicos. Mais recentemente, começamos a trabalhar de maneira mais intensa com urbes de médio porte da região que têm apresentado um vertiginoso crescimento para ajudá-las a evitar cometer os mesmos erros que as maiores cidades da região cometeram.

O QUE NÃO FUNCIONOU COMO SE ESPERAVA?

Fracasso e solução número 1: dada a complexidade dos projetos de infraestrutura urbana, devido a fatores que inclui a diversidade das partes interessadas e as pressões políticas locais, é fácil perder de vista o que é mais importante nesse tipo de iniciativa. Em alguns projetos de transporte público financiados pelo Banco, a falta de coordenação entre aqueles que construíram a infraestrutura e os planejadores urbanos levou à tomada de decisões equivocadas em relação ao uso dos espaços públicos, que acabaram prejudicando os benefícios proporcionados pelo projeto. Deixar de levar em consideração a segurança e as atividades comerciais das comunidades nas áreas que receberão a nova infraestrutura também pode prejudicar a sustentabilidade dos projetos, tornando sua manutenção mais difícil. É importante fazer um levantamento da área, não apenas em relação aos aspectos físicos, mas também em relação ao ambiente socioeconômico, e realizar processos de consulta pública para descobrir as necessidades e expectativas das comunidades. Uma boa regra para esses casos é evitar soluções padronizadas e adotar intervenções baseadas nas características específicas da área onde elas serão implantadas.

Fracasso e solução número 2: a focalização é outro importante componente desses projetos: pois quando não existe, as próprias pessoas que deveriam ser as beneficiárias não se beneficiam dos projetos. Já houve projetos nos quais as famílias pobres e vulneráveis, com um grande número de filhos ou com membros idosos ou deficientes,

não conseguiram de se beneficiar de programas que promoviam a construção de novas casas em sistema de mutirão. Nós aprendemos a incorporar medidas que levem em conta a vulnerabilidade dessas famílias e a elaborar programas que abordam explicitamente as suas necessidades. Os recursos disponíveis devem financiar medidas capazes de gerar o maior impacto possível para o maior número de famílias vulneráveis e também ser sustentáveis financeira e politicamente no longo prazo.

EVITANDO O CAMPO MINADO DA IMPLANTAÇÃO

- **Ouça primeiro, aja depois:** os cidadãos recebem melhores serviços e os projetos têm resultados mais sustentáveis se diversas ações forem coordenadas em uma única região. A interação estreita com as autoridades municipais, ao lado de planos diretores abrangentes e participativos, é fundamental para que seja possível coordenar essas ações com sucesso.
- **Envolva todo mundo:** entidades nacionais que se especializam em subempréstimos municipais devem ser fortalecidas para melhorar a execução e a operação de projetos de desenvolvimento urbano. Mas as políticas nacionais também precisam permitir a participação das entidades municipais nos projetos de desenvolvimento local. Programas de longo prazo requerem a participação de todos os níveis governamentais durante sua execução.

Leia mais sobre o acesso à moradia no artigo **Mais que um terreno** na pág. 92

MERCADOS DE TRABALHO

O DESAFIO

Desde 2000, o acelerado crescimento econômico da América Latina e do Caribe tem contribuído para a redução dos níveis gerais de desemprego na região. No entanto, a produtividade e as taxas de emprego dos jovens tem aumentado lentamente e a maior parte dos trabalhadores estão mal preparados para o mercado de trabalho moderno devido a limitações do sistema educacional e da formação profissional. A baixa cobertura e a má qualidade dos serviços de intermediação para a obtenção de empregos levam os candidatos a trabalho a dependerem principalmente de redes informais para encontrarem oportunidades de emprego, o que perpetua as desigualdades.

NOSSA ABORDAGEM

Os projetos apoiados pelo BID se concentraram na melhoria dos serviços que ajudam a os que buscam emprego a se conectarem com seus potenciais empregadores, criando programas de capacitação para contribuir a que haja mais empregos ao alcance dos jovens e das mulheres, além de melhorar os sistemas de informação laboral. Também apoiamos a institucionalização dos sistemas de seguridade social, bem como reformas na previdência social voltadas para a consolidação da estabilidade macroeconômica e fiscal e, mais recentemente, para ajustes

nas aposentadorias não contributivas e nos seguros-desemprego.

O objetivo final do Banco é apoiar projetos que promovam a criação de empregos formais e de melhor qualidade que não só proporcionarão salários dignos aos trabalhadores como também fornecerão acesso ao sistema de previdência social e à proteção das leis trabalhistas. Considerando-se o grande número de instituições e de setores envolvidos nesses tipos de projetos, o Banco está constantemente revendo suas abordagens para detectar o que funciona melhor.

O QUE NÃO FUNCIONOU COMO SE ESPERAVA?

Fracasso e solução número 1: melhorar os serviços públicos orientados a ajudar os desempregados a encontrar emprego não é uma solução mágica para aumentar o acesso ao mercado de trabalho, pois há fatores mais graves que impedem as pessoas de procurar emprego, como a falta de creches ou de meios de transporte. Alguns projetos do BID não levaram esses fatores em consideração, o que prejudicou sua eficácia. Atualmente é imperativo melhorar a nossa compreensão sobre os fatores que podem impedir a pessoas ou grupos de pessoas a ingressarem no mercado de trabalho. Incorporar essas questões durante a concepção dos projetos provavelmente aumentará a demanda por capacitação profissional e por serviços públicos que ajudem a conectar os desempregados a seus potenciais empregadores.

Fracasso e solução número 2: a eficácia dos serviços públicos destinados a ajudar os desempregados a encontrar um emprego e receber capacitação depende muito da qualidade de quem prestam esse tipo de serviço. Da mesma maneira que os assistentes sociais, as equipes que trabalham nesses programas devem ser capazes de identificar os fatores que impedem a entrada no mercado de trabalho e atuar com o público-alvo para remover tais obstáculos, conectando os candidatos a emprego aos programas mais capazes de atender as suas necessidades. Além disso, o pessoal das agências de emprego deve ser capaz de monitorar e incentivar a participação continuada dos jovens e das populações vulneráveis nesses programas para evitar desistências. Dessa maneira, ao elaborar um projeto, é fundamental alocar os recursos necessários para capacitar as equipes que irão prestar esse tipo de serviço ao público. Isso não gera manchetes, mas pode fazer toda a diferença para a eficácia de tais programas.

EVITANDO O CAMPO MINADO DA IMPLANTAÇÃO

- **Coordenar vários atores é inevitável:** projetos envolvendo mercados de trabalho geralmente envolvem muitos atores, que vão desde associações empresariais até diferentes ministérios governamentais. Como resultado, as equipes de projeto devem incorporar certas dinâmicas políticas e sociais em suas estratégias de criação de consenso. Elas também precisam desenvolver mecanismos para facilitar a coordenação entre os vários órgãos executivos voltados à redução dos custos das transações, além de preservar a abordagem multidimensional dos projetos e aumentar a prestação de contas para alcançar os resultados esperados.
- **Divida e conquiste:** ajudar os desempregados a encontrar emprego muitas vezes envolve vários tipos de ações que podem ser mais bem implementadas se as tarefas forem divididas entre as diferentes unidades executoras. Em programas que oferecem bolsas profissionalizantes ou estágios em empresas, a qualidade do ensino para os beneficiários é tão importante quanto receber as transferências de recursos do governo em tempo hábil. Quaisquer atrasos no recebimento dos recursos podem atrapalhar a participação dos beneficiários nesses tipos de programas. Dessa forma, os governos não devem ter medo de dividir o trabalho entre suas diferentes agências, especialmente quando algumas agências já tiverem experiência na execução de determinadas tarefas, como, por exemplo, a gestão do desembolso das transferências governamentais.

Leia mais sobre os mecanismos de ajuda aos desempregados no artigo **Melhores empregos** na pág. 75

ÁGUA E SANEAMENTO

O DESAFIO

Desde a década de 1990, houve uma transformação estrutural profunda nos serviços de fornecimento de água e saneamento básico na América Latina e no Caribe, principalmente em termos da descentralização do fornecimento e da administração, que foi entregue aos governos locais, a entidades regionais ou a organizações do setor privado que nem sempre estavam preparadas para assumir esse tipo de responsabilidade. Vários países criaram ou reforçaram o papel das agências reguladoras e suas estruturas jurídicas, enquanto outros realizaram privatizações com resultados variados. Hoje, a maioria dos operadores são entidades do setor público controladas por municípios que muitas vezes têm capacidade institucional limitada, um problema que acaba afetando a qualidade dos serviços de abastecimento de água.

NOSSA ABORDAGEM

Desde a sua criação, o Banco tem desempenhado um papel ativo no setor de água e saneamento, financiando projetos de investimento e fornecendo assistência técnica aos países para que eles reformem e modernizem o setor com base na eficiência, na sustentabilidade e em princípios de acesso universal. Mas especificamente, o Banco financiou projetos de gestão de recursos hídricos, irrigação, energia hidrelétrica, controle de enchentes e construção de sistemas de água e saneamento.

Como os serviços de abastecimento de água e saneamento são um fator fundamental para que vários dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para 2015 sejam alcançados, o BID tem se esforçado para identificar e superar os obstáculos que impedem a execução de seus projetos de forma a assegurar-se que eles possam contribuir a cumprir essas metas.

O QUE NÃO FUNCIONOU COMO SE ESPERAVA?

Fracasso e solução número 1: Obstáculos institucionais e políticos relacionados à reforma das instituições e das estruturas legais tem limitado seriamente a prestação de serviços adequados de abastecimento de água e saneamento em vários de nossos projetos. Dado que esses fatores influenciam a forma como as tarifas são definidas e a maneira como os serviços são prestados, eles afetam a sustentabilidade financeira e a qualidade dos serviços. Portanto, devemos levar em consideração esses fatores no desenho de projetos e em sua execução. Devemos analisar os processos e as relações entre os diferentes atores políticos, bem como as circunstâncias econômicas e sociais que determinam a qualidade das políticas setoriais e o funcionamento das instituições. As agências reguladoras, por exemplo, podem se constituir em um obstáculo à execução dos projetos. Embora muitas agências tenham sido criadas ao longo dos últimos 20 anos, apenas algumas são realmente eficazes, pois os governos nem sempre se mostraram dispostos a transferir a uma entidade técnica independente o poder de decisão sobre tarifas e outras questões importantes. Em alguns casos, as concessionárias de serviços públicos competentes eram mais poderosas do que as agências reguladoras e conseguiam contornar os regulamentos estabelecidos. A prática atual recomenda uma análise cuidadosa do real compromisso dos governos para ceder poder a essas instituições antes de criar legislações e processos regulamentários complexos.

Fracasso e solução número 2: Várias intervenções do BID foram originalmente concebidas com base na noção de que o setor privado deveria ser o principal provedor de serviços, mas as políticas de privatização de meados da década de 1990 fracassaram em muitos países. Como resultado, temos deixado de insistir do papel do setor privado como o principal fornecedor dos serviços de água e saneamento. Em vez disso, atualmente os nossos projetos promovem formas limitadas de participa-

ção do setor privado, quer seja por meio da prestação de assistência técnica a operadoras públicas ou por meio da prestação de serviços específicos através de contratos baseados em resultados. Nós também focalizamos mais na promoção de melhores práticas corporativas em empresas estatais ao apoiarmos medidas para aumentar a independência gerencial, melhorar a clareza dos objetivos e reforçar a prestação de contas e a transparência.

EVITANDO O CAMPO MINADO DA IMPLANTAÇÃO

- **Falta de capacidade para a execução do projeto:** nossos projetos são tão bons quanto a sua execução. Nossos parceiros – entidades públicas, outras operadoras ou outras agências governamentais – possuem recursos humanos limitados, estão expostas a interferências políticas e, muitas vezes, operam com incentivos distorcidos, o que pode gerar atrasos na fase de preparação e nos processos de licitação e execução dos projetos. Nós podemos ajudar nossos parceiros a superar esses problemas ao evitar modalidades complexas em contratos terceirizados para a prestação de serviços de construção ou de gestão. Além disso, o Banco poderia apoiar proativamente os órgãos executivos para ajudá-los a obter as garantias que requerem dos licitantes, a contratar consultores para apoiar os processos de "due diligence" e a elaborar contratos não tradicionais, tais como arranjos de construção e operação ou contratos com consórcios. Em alguns projetos, não havia uma real capacidade de execução desde o inicio, quando o governo tinha trocado de operadora, uma vez que gerentes e profissionais chaves tinham deixaram a concessionária de serviços públicos. Devido a essa situação, ocorriam atrasos na elaboração dos projetos e no processo de licitação. O Banco aprendeu a reagir rapidamente, apoiando as agências responsáveis por executar os projetos por meio de especialistas locais e estrangeiros, que foram capazes de fornecer às entidades a assistência técnica necessária para reverter a situação.
- **Disponibilidade para coordenar é fundamental:** alguns projetos podem envolver esquemas de co-execução que dependam da coordenação e das decisões tomadas por várias agências. Além de levar em consideração as limitações de cada entidade, os projetos devem incorporar a forma e o escopo da participação de cada um dos diferentes atores no desenho do projeto e nos planos de execução. As responsabilidades específicas desses atores devem ser definidas durante cada etapa do projeto, ou seja, a elaboração, a negociação das condições do empréstimo e a execução. A vontade política para coordenar as ações voltadas para um objetivo comum é de suma importância para alcançar os objetivos nesses casos. Algumas entidades de nível inferior, entre as quais prestadoras de serviços públicos e outras agências relevantes para o setor da água e saneamento, ficaram sem os recursos necessários para cumprir todas as etapas planejadas. Ao fornecer melhores informações às autoridades de alto escalão sobre as condições atuais do setor e a necessidade de apoio institucional adequado, desenhamos estágios subsequentes do projeto que foram elaborados a partir de uma base mais sólida de coordenação e de compromisso por parte de todos os níveis governamentais.
- **Não perca tempo:** O início da execução de um projeto pode demorar muito e só ocorrer muitos meses após sua aprovação pelo BID, pois o projeto ainda precisa ser aprovado pelos órgãos nacionais competentes do país beneficiado. As melhores práticas utilizadas atualmente recomendam avançar com as atividades de pre-investimento (que normalmente requerem tempo e recursos consideráveis) para evitar atrasos adicionais. As equipes responsáveis pelos projetos devem usar esse período de espera para ajudar a agência executora a se familiarizar com as políticas e os procedimentos do Banco e preparar os documentos necessários. Isso facilitará o início da execução quando as agências relevantes receberem o sinal verde. Se os estudos de viabilidade e os desenhos do projeto forem preparados enquanto o empréstimo estiver sendo aprovado, os trabalhos estarão prontos para serem colocados em prática assim que o projeto for ratificado.

Leia mais sobre o fortalecimento institucional no artigo **Água para Haiti** na pág. 113

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O DESAFIO

As doenças infecciosas e a saúde materna e infantil ainda representam desafios consideráveis para a América Latina e o Caribe, mas as doenças crônicas não transmissíveis já se tornaram a principal causa de morte e invalidez na região, sendo responsáveis por quase 68% da mortalidade. As doenças crônicas não apenas encurtam a expectativa de vida e reduzem a produtividade no trabalho como também representam um fardo para os sistemas de saúde pública devido a sua maior complexidade e ao aumento do volume de atendimentos. Um estudo realizado no Brasil, no México, na Colômbia e na Argentina concluiu que ocorrências como ataques cardíacos, acidentes vasculares cerebrais e diabetes levarão a uma perda acumulada dos rendimentos nacionais superior a US$ 13,5 bilhões no período entre 2006 e 2015.

NOSSA ABORDAGEM

De 1990 até 2009, o BID se concentrou em ajudar os países a aumentar a oferta de serviços básicos de saúde. Os projetos forneceram um conjunto limitado de intervenções selecionadas de acordo com sua relação de custo-benefício, que incluíram a distribuição de vacinas, a administração de antibióticos para infecções ou medidas básicas de planejamento familiar.

Com o passar dos anos, o portfólio de projetos de saúde do Banco evoluiu gradualmente para apoiar os países a melhorarem seus sistemas de assistência médica para enfrentar o aumento das doenças não transmissíveis. Hoje em dia, os projetos do Banco geralmente incluem investimentos em infraestrutura e apoio à melhoria das estruturas de atendimento clínico, de gerenciamento de políticas e de marcos regulatórios, bem como medidas para aumentar a conscientização do público sobre a importância da prevenção de doenças e o tratamento e serviços oferecidos pelos centros de saúde. Essa ampla experiência permitiu que o Banco identificasse suas falhas e seus sucessos e incorporasse essas lições em seus projetos em andamento.

O QUE NÃO FUNCIONOU COMO SE ESPERAVA?

Falhas e solução número 1: no passado, vários projetos relacionados à área de saúde eram elaborados principalmente para melhorar a infraestrutura e os equipamentos. Mas, frequentemente, esses investimentos não resultavam em um aumento do uso dos serviços pela população, pois o que era oferecido não atendia a suas necessidades e expectativas. Entre os exemplos estão clínicas projetadas para servir comunidades pobres e carentes, mas que eram inacessíveis devido aos custos do transporte público, instalações de assistência médica materna e infantil construídas em áreas indígenas que eram subutilizadas, porque os serviços não estavam adaptados às crenças e aos costumes locais, e os centros de atendimento básico de saúde que tinham dificuldade em atrair certos grupos – como homens adultos – e fazê-los procurar cuidados preventivos a tempo de evitar doenças debilitantes. Após aprender com todos esses erros, os projetos da área de saúde tem, cada vez mais, incluído

a realização análises socioculturais que colocam os usuários dos serviços de saúde no centro das intervenções. Isso envolve consultar a população local para que possamos adaptar os serviços às suas necessidades, capacitar os prestadores de serviços para que se mostrem mais sensíveis às culturas locais, encontrar formas inovadoras para cobrir os custos com transporte (como fundos comunitários rotativos) e capacitar os usuários dos serviços para que tenham uma participação ativa nos cuidados com sua saúde. Enfatizamos também os mecanismos utilizados para detectar proativamente as populações em situação de risco epidemiológico, o que inclui a avaliação e a classificação dos riscos potenciais à saúde durante o processo de recenseamento e o uso de tecnologias para alertar a pessoas que estão em risco para a necessidade de tirarem proveito dos serviços de assistência básica de saúde.

Fracasso e solução número 2: em geral, os projetos para o setor de saúde combinam vários investimentos em infraestrutura e equipamentos, custos operacionais e atividades de assistência técnica – para melhorar a gestão do atendimento clínico e de saúde. Para que esses tipos de investimentos sejam eficazes, a execução dos projetos precisa seguir uma sequência lógica. No entanto, isso nem sempre ocorre, produzindo, por vezes, resultados medíocres. Por exemplo: os investimentos em infraestrutura de nível secundário e terciário precisam ser acompanhados de sistemas de encaminhamento e contra encaminhamento aos centros de atenção primária, e os agentes sanitários e a população em geral precisam receber informações sobre a forma como esse sistema de encaminhamento funciona. Da mesma maneira, se mudamos as normas referentes à suplementação nutricional, é preciso garantir que os funcionários receberam a capacitação adequada para a sua execução, e que os materiais de promoção nutricional distribuídos à população também reflitam as informações adequadas. O Banco está apoiando a gestão e o planejamento dessas reformas com o fim de garantir que as atividades dos projetos sejam executadas na sequência certa.

Aprenda como o trabalho com os povos indígenas no artigo **De volta às origens** na pág. 54

EVITANDO O CAMPO MINADO DA IMPLANTAÇÃO

- **Agilize os investimentos em infraestrutura de assistência médica básica:** projetos que incluem investimentos em infraestrutura e equipamentos frequentemente envolvem muitos processos de licitação que precisam ser implementados simultaneamente ou em sequência. Muitas vezes, esses investimentos se atrasam devido a deficiências na capacidade de realizar atividades de pré-investimento (especificações técnicas, protótipos, desenhos, regularizações fundiárias etc.), de gerenciar os processos de aquisições e de supervisionar as construções. Para resolver essas deficiências, as equipes de projeto estão trabalhando e colaborando de maneira mais próxima com especialistas fiduciários e estão contratando especialistas em biotecnologia, arquitetos e engenheiros para reforçar as atividades de supervisão dos projetos nessa importante área.

PROGRESSO EM NOSSAS PRIORIDADES INSTITUCIONAIS ATÉ O MOMENTO

Os indicadores monitorados pelo Quadro de Resultados Corporativos (Corporate Results Framework – CRF) fornecem informações fundamentais sobre as contribuições do BID para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, bem como sobre o progresso no cumprimento de resultados específicos relacionados a cada uma das cinco prioridades institucionais do Banco durante o período de 2012 a 2015. Essas prioridades são: (a) políticas sociais voltadas para a promoção da equidade e da produtividade; (b) infraestrutura para respaldar a competitividade e o bem-estar social; (c) instituições voltadas para a promoção do crescimento e do bem-estar social; (d) integração competitiva mundial e regional, e (e) proteção ao meio ambiente, respostas às mudanças climáticas, promoção das energias renováveis e garantia da segurança alimentar. O Conselho de Governadores do Banco ratificou essas prioridades estratégicas durante no Aumento de Capital (BID-9).

O Quadro de Resultados Corporativos é composto por quatro níveis de indicadores, que são apresentados nas tabelas a seguir. Os objetivos regionais de desenvolvimento mostram o progresso de cada região para enfrentar os desafios de desenvolvimento de longo prazo. A tabela de resultados apresenta um resumo de como as operações financiadas pelo BID estão contribuindo para o desenvolvimento da região. Os indicadores do programa de empréstimos refletem como o Banco está direcionando sua capacidade de concessão de recursos para as áreas prioritárias. E a tabela que exibe a eficácia e a eficiência operacionais mostra o progresso no cumprimento das metas organizacionais. Sempre que pertinente, um bolinha verde, amarela ou vermelha foi utilizada para indicar a probabilidade da concretização dos objetivos até 2015[1]. Finalmente, uma segunda série de tabelas apresenta informações semelhantes para os países elegíveis para o Fundo de Operações Especiais (Fund for Special Operations – FSO) do Banco.

O QUE APRENDEMOS

Antes de analisar o progresso relacionado aos objetivos específicos, gostaríamos de compartilhar algumas reflexões sobre o que o Banco aprendeu em relação à melhoria da eficácia do CRF e a seu emprego tanto como uma ferramenta gerencial, como uma ferramenta para a prestação de contas. Dezembro de 2013 encerrou a primeira metade do atual ciclo 2012-2015 do CRF. Por isso, esse é um bom momento para avaliar o que o Banco tem aprendido a respeito do processo, do conteúdo e da utilização deste instrumento[2].

Em primeiro lugar, é essencial envolver os técnicos especialistas no processo de preparação do CRF para garantir que os indicadores incluídos captarão a amplitude[3]

[1] Detalhes sobre essas metodologias estão disponíveis aqui.
[2] Além do que o Banco tem aprendido neste período, duas das principais fontes das lições aprendidas têm sido o Grupo de Trabalho do Banco de Desenvolvimento Multilateral para a Gestão dos Resultados do Desenvolvimento e as recomendações e sugestões para a melhoria do Quadro de Resultados Corporativos apresentadas pela Avaliação Intermediária dos Compromissos BID-9 do Escritório de Avaliação e Supervisão (Office of Oversight and Evaluation – OVE) em 2012.
[3] Atualmente, o Quadro de Resultados Corporativos exibe apenas 48% do total de projetos do portfólio ativo de projetos com garantia soberana. Além disso, considerando-se o tempo necessário para que as operações aprovadas realmente gerem resultados mensuráveis, os resultados dos projetos aprovados no âmbito de um período de estratégia diferente podem ser apresentados.

Figure 15: Visão geral sobre o progresso dos resultados

das atividades do Banco para cada uma das suas prioridades institucionais, bem como promover o uso de metas realistas e de definições claras para os indicadores. O envolvimento da equipe do Banco na elaboração do CRF também é fundamental para promover a apropriação dos indicadores por todos os que trabalham no Banco.

Em segundo lugar, dado que o trabalho do Banco responde a demanda dos países mutuários, é um desafio estabelecer metas precisas com relação a atividades e setores, uma vez que as prioridades dos países podem mudar ao longo do período de vigência do CRF. Uma estratégia possível para melhorar a precisão na definição de metas é aumentar a participação dos países na elaboração do CRF.

Finalmente é relevante perguntar-nos como o CRF apoia a tomada de decisões. Para reforçar o uso dos dados do CRF por todo o Banco, é importante integrá-los e alinhá-los com outros instrumentos que o BID emprega para medir seu desempenho corporativo, como os indicadores de orçamento baseados em resultados e o sistema de avaliação de carreira do pessoal do Banco. Para essa finalidade, o Banco vem explorando maneiras para integrar melhor os dados do CRF durante 2014 após ter mapeado os seus indicadores-chave de cada uma dessas ferramentas.

Tomadas em conjunto, essas lições servirão para consolidar ainda mais a capacidade do Banco para gerir em função dos resultados do desenvolvimento. O BID já começou a implantar algumas dessas lições e continuará tentando melhorar o alinhamento, a apropriação e a utilização do CRF daqui para frente. Esse processo continuará se beneficiando das orientações fornecidas pela Diretoria Executiva e das discussões contínuas da agenda pós-2015. Além disso, o Banco se manterá comprometido com os princípios da eficácia no desenvolvimento acordados nos Fórum de Alto Nível de Paris (2005), Accra (2008) e Busan (2011), e continuará levando em conta esses princípios à medida que o CRF for sendo refinado. Por fim, o CRF refletirá a atualização futura da Estratégia Institucional do BID em 2015.

Objetivos do desenvolvimento regional

Quadro A

Estabelecidos pelo Conselho de Governadores como áreas em que a contribuição do BID pode ser substancial, os objetivos do desenvolvimento regional fornecem informações sobre o progresso do desenvolvimento de longo prazo na região. O progresso relacionado a esses indicadores não pode ser diretamente atribuído ao BID, pois os indicadores são resultado de uma combinação de ações, políticas e medidas implantadas ou financiadas pelos países membros mutuários do Banco e por outros parceiros.

OBJETIVO		REFERÊNCIA		PROGRESSO	
		VALOR	ANO	VALOR	ANO
1 - POLÍTICA SOCIAL PARA EQUIDADE E PRODUTIVIDADE					
2.1.1 Índice de pobreza extrema		13%	2007	12%	2011
2.1.2 Coeficiente de Gini da desigualdade de renda domiciliar per capita		0,55	1999–2004	0,50	2007–2012
2.1.3 Jovens de 15 a 19 anos que concluíram a 9ª série		47%	2000–2007	65%	2010–2012
2.1.4 Taxa de mortalidade materna		100	2000	80	2010
2.1.5 Taxa de mortalidade infantil		21	2007	16	2012
2.1.6 Parcela do emprego formal no emprego total		46%	2007	55%	2011
2 - INFRAESTRUTURA PARA COMPETITIVIDADE E BEM-ESTAR SOCIAL					
2.2.1 Incidência de doenças transmitidas pela água (por 100.000 habitantes)		9,6	2002	5,9	2008
2.2.2 Estradas pavimentadas (Km/Km²)		0.038	2001–2006	0.034	2004–2009
2.2.3 % de domicílios com eletricidade		93%	2007	95%	2012
2.2.4 Proporção da população urbana que vive em casas com assoalho Medida representativa*: proporção da população urbana vivendo em favelas		29,2%	2000	23,5%	2012
3 - INSTITUIÇÕES PARA CRESCIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL					
2.3.1 % de firmas que usam bancos para financiar investimentos		19,6%	2006	33,6%	2010
2.3.2 Relação entre receita tributária real e potencial Medida representativa*: Receita atual de impostos soletados (% do PIB)		17,7%	2007	19,4%	2011
2.3.3 % de menores de cinco anos cujo nascimento foi registrado		89%	2000–2007	93%	2005–2011
2.3.4 Gasto público administrado no nível descentralizado como % do PIB		20%	2007	25%	2010
2.3.5 Homicídios por 100.000 habitantes**		25,1	2008	24,4	2011
4 - INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL COMPETITIVA NO ÂMBITO REGIONAL E GLOBAL					
2.4.1 Abertura comercial (comércio como % do PIB)		84,9%	2004-2007	71,4%	2009-2012
2.4.2 Comércio intrarregional na ALC como % do comércio total de mercadorias	Exportações:	24,2%	2004–2007	27,2%	2009–2012
	Importações:	33,1%		32,5%	
2.4.3 Fluxos líquidos de investimento estrangeiro direto como % do PIB		4,2%	2004-2007	4,4%	2008-2011
5 - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, RESPOSTA À MUDANÇA CLIMÁTICA, PROMOÇÃO DA ENERGIA RENOVÁVEL E AUMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR					
2.5.1 Emissões de CO_2 (quilogramas) por US$ 1 PIB (PPA)		0,29	2006	0,28	2010
2.5.2 Países com capacidade de planejamento em mitigação e adaptação à mudança climática		3	2009	15	2013
2.5.3 Informação anual sobre danos econômicos causados por desastres naturais		US$7.700 milhões	2007	US$3.600 milhões	2012
2.5.4 Proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas em relação à área territorial total (%)		19,3%	2009	20,3%	2012
2.5.5 Taxa anual de crescimento do PIB agrícola (%)		3,7%	2005-2007	1,4%	2009–2011

** Nota: A medida representativa é utilizada por causa da impossibilidade de obter dados para o indicador original.*
*** Nota: média não ponderada das taxas dos países membros mutuários do BID. Dados atualmente estão sendo revisados para o Peru, Argentina, e Honduras.*

Os dados para as Metas de Desenvolvimento Regional são obtidas de fontes externas. Como esses indicadores são utilizados para medir o impacto de longo prazo, suas atualizações são disponíveis somente periodicamente.

Fontes: dados do SEDLAC • UN MDG Report Statistical Annex 2013 • WDI Report 2013 • dados da OMS • World Road Statistics 2011 • dados da OLADE • World Bank and IFC Enterprise Survey • State of the World's Children Report 2013 • dados do UNODC • EM-DAT • CEPAL Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2012

Contribuição dos resultados para os objetivos regionais

Quadro B

Os resultados apresentados na tabela B refletem as cinco prioridades estabelecidas pelo BID-9. Mas, como ocorre com qualquer ferramenta criada para medir o desempenho corporativo, essas prioridades não captam toda a gama de atividades do Banco. A contribuição final desses resultados para os objetivos do BID-9 se baseará nos totais acumulados durante o período 2012-2015. Os círculos verdes (esta caminhando bem), amarelas (sem tendência clara) e vermelhas (fora de curso) denotam o progresso realizado em 2012 e 2013 – principalmente dos empréstimos com e sem garantia soberana – e o progresso projetado para 2014 e 2015 (o período restante do ciclo do CRF). Os detalhes sobre os valores de referência e sobre o progresso registrado em 2012 estão disponíveis em nosso web site deo.iadb.org

No geral, o Banco está no caminho certo para ajudar seus membros mutuários a alcançar as metas referentes à maioria dos objetivos do CRF. Mais da metade (quatorze) das 27 metas estão caminhando bem, e oito delas já foram alcançadas durante a primeira metade do período de vigência do CRF. No entanto, oito indicadores de produção apresentam resultados insuficientes ou correm risco de não atingir suas respectivas metas para 2015. Os cinco indicadores restantes não exibem uma tendência clara. As causas mais comuns para o status insatisfatório incluem: (i) menor demanda do que a esperada para os tipos específicos de intervenções, (ii) ampliação do período de execução do projeto para além do CRF, e (iii) dificuldades com à seleção dos indicadores e à definição de metas durante a elaboração do CRF e a subsequente disponibilidade de dados.

Dado que as operações de empréstimos do Banco respondem ás demandas dos países mutuários, nem sempre é possível prever os tipos de intervenções que serão apoiadas durante um ciclo de quatro anos. Por exemplo: não se espera que a meta de 2015 para o total de professores treinados (indicador 3.1.2) seja cumprida, uma vez que o Banco aprovou menos recursos para o setor de educação do que o previsto e os projetos recentes têm alocado uma parcela menor de seus fundos para a formação de professores do que o projetado (em vez disso, a prioridade desses projetos tem se concentrado em melhorar a infraestrutura escolar). Da mesma maneira, os portfólios do Banco com o setor privado e as áreas de transporte, água e saneamento se diversificaram nos últimos anos, afetando o progresso de vários indicadores desses setores (por exemplo, os indicadores 3.2.1, 3.2.3 e 3.4.5).

No setor da água e saneamento, a ampliação dos prazos de execução de vários projetos significou que muitos resultados originalmente previstos para 2015 só deverão ser alcançados depois de 2015.

Finalmente, no caso de alguns indicadores, a disponibilidade limitada de dados de linha de base no momento em que o CRF foi concebido contribuiu para o estabelecimento de metas pouco realistas. O Conselho de Governadores do Banco previu esse desafio e permitiu a realização de revisões durante a vigência do BID-9 . Por exemplo: as estimativas do número de governos municipais e subnacionais a serem apoiados pelo Banco ainda estava indisponível quando a meta para o indicador 3.3.4 foi definida. Atualmente, esse indicador foi classificado como inadequado. Estes outros e outros casos estão incluídos na proposta de atualização do CRF que será discutida com a Diretoria Executiva.

Note-se que os resultados alcançados e exibidos nessa tabela refletem não apenas as decisões de programação do Banco e de seus países membros mutuários, como também o tempo necessário para que um projeto gere resultados que possam ser quantificados. Por isso, é improvável que ocorram mudanças de curto prazo no status da maioria desses indicadores. No entanto, o Banco é capaz de tirar proveito desta informação e poderá usá-los para alimentar o desenvolvimento de indicadores e metas futuros. Especificamente, à medida que o Banco atualiza o CRF, novos indicadores poderão ser incluídos para refletir melhor uma demanda mais diversificada de alguns setores e futuros prazos de execução mais realistas para os projetos.

Leia as histórias por trás das cifras na página 52.

	PROGRESSO 2013[A]	TOTAL 2012–2013	META 2012–2015	ESTADO
1 - POLÍTICAS SOCIAIS PARA EQUIDADE E PRODUTIVIDADE				
3.1.1 Estudantes beneficiados por projetos de educação	3.900.933	7.916.807	8.500.000	●
meninas	1.911.457			
meninos	1.989.476			
3.1.2 Professores capacitados	120.014	186.971	530.000	●
3.1.3 Indivíduos beneficiados por pacote básico de serviços de saúde	5.994.575	15.595.325	23.000.000	●
indígenas	381.892			
afrodescendentes	889.823			
3.1.4 Indivíduos beneficiados por programa focalizado na pobreza	2.735.670	13.630.823	16.000.000	●
indígenas	148.204			
afrodescendentes	310.860			
3.1.5 Indivíduos beneficiados por programas para promover maior produtividade no mercado de trabalho	235.449	548.751	600.000	●
mulheres	163.946			
homens	71.503			
3.1.6 Número de empregos adicionados no setor formal	35.529	49.820	160.000	●

[4] "Para definir valores que possam ser alcançados no período 2012-2015, a hipótese do volume de empréstimos do Banco utilizada foi de US$ 12 bilhões por ano. Foram calculadas várias hipóteses da demanda futura. A demanda preliminar dos países (projetada com base na demanda anterior) e a distribuição de recursos em cada área prioritária foram consideradas, calculando-se assim a programação estimada para 2012-2015. Os valores serão revisados após a aprovação do AGC. (AB-2764, Anexo I, parágrafo 4.18)

	PROGRESSO 2013[A]	TOTAL 2012–2013	META 2012–2015	ESTADO
2 - INFRAESTRUTURA PARA COMPETITIVIDADE E BEM-ESTAR SOCIAL				
3.2.1 Domicílios com abastecimento de água novo ou melhorado	239.944	621.583	2.770.000	🔴
indígenas	3.337			
afrodescendentes	10.490			
3.2.2 Domicílios com conexões sanitárias novas ou melhoradas	392.057	548.115	3.600.000	🔴
indígenas	1.574			
afrodescendentes	u/d			
3.2.3 Km de estradas interurbanas construídas, mantidas ou melhoradas	5.634	15.194	53.000	🔴
3.2.4 Linhas de transmissão e distribuição de eletricidade instaladas ou melhoradas (km)	7.918	10.056	1.000	🟢
3.2.5 Nº de famílias com moradias novas ou melhoradas	301.720	328.725	25.000	🟢
indígenas	u/d			
afrodescendentes	74			
3 - INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL				
3.3.1 Micro, pequenas e médias empresas produtivas financiadas	1.247.537	1.831.601	120.000	🟢
3.3.2 Sistemas financeiros públicos implementados ou melhorados (orçamento, tesouro,contabilidade, dívida e receita)	8	29	28	🟢
3.3.3 Pessoas incorporadas no registro civil ou de identificação	3.018.100	8.021.147	3.000.000	🟢
mulheres	1.456.150			
homens	1.561.950			
indígenas	467.313			
afrodescendentes	132.106			
3.3.4 Governos municipais e subnacionais apoiados	165	311	1.000	🔴
3.3.5 Cidades beneficiadas por projetos de segurança dos cidadãos	0	26	32	🟢
4 - INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL COMPETITIVA NO ÂMBITO REGIONAL E GLOBAL				
3.4.1 Nº de funcionários públicos de comércio e empresários capacitados em comércio e investimento	22.826	39.605	65.000	🟡
mulheres	5.250			
homens	17.576			
3.4.2 Acordos de integração regional e sub-regional e iniciativas de cooperação apoiados	5	16	10	🟢
3.4.3 Nº de projetos transfronteiriços e transnacionais apoiados (infraestrutura, alfândega, etc.)	3	21	22	🟢
3.4.4 Número de transações de comércio internacional financiadas	1.374	2.501	1.000	🟢
3.4.5 Volume de mobilização por projetos e companhias financiadas SGS	US$3.700 milhões	US$11.300 milhões	$31,2 bilhões	🔴
5 - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, RESPOSTA À MUDANÇA CLIMÁTICA, PROMOÇÃO DA ENERGIA RENOVÁVEL E AUMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR				
3.5.1 % de capacidade de geração elétrica com fontes de baixo carbono em relação à capacidade total de geração financiada pelo BID	61%	68%	93%	🟡
3.5.2 Número de pessoas com acesso a sistemas melhorados de transporte público de baixo carbono	1.039.900	2.638.917	8.500.000	🔴
indígenas	3.250			
afrodescendentes	7.313			
3.5.3 Esquemas nacionais de mitigação da mudança climática apoiados	3	5	5	🟢
3.5.4 Projetos piloto de mudança climática na agricultura, energia, saúde, água e saneamento, transporte e habitação	3	8	10	🟡
3.5.5 Nº de projetos com componentes que contribuem para a melhor gestão das áreas terrestres e marinhas protegidas	15	20	30	🟡
3.5.6 Agricultores com acesso a melhores serviços e investimentos agrícolas	1.085.858	3.467.791	5.000.000	🟡
mulheres	553.824			
homens	532.034			
indígenas	21.433			
afrodescendentes	1.700			

Leia as histórias por trás das cifras na página 84.

Leia as histórias por trás das cifras na página 102.

Leia as histórias por trás das cifras na página 122.

Leia as histórias por trás das cifras na página 130.

🟢 *No Caminho Certo*
🟡 *Sem Tendência*
🔴 *Fora do Caminho*

[A] O progresso inclui dados desagregdados quando são disponíveis. N/d foi utilizado quando os dados são indisponíveis.

Indicadores do programa de empréstimos

Quadro C

Os indicadores do programa de empréstimos refletem o volume de empréstimos aprovados com garantia soberana (SG) e sem garantia soberana (NSG) relacionados com as quatro prioridades do Banco: (i) economias pequenas e vulneráveis, (ii) redução da pobreza e fortalecimento da equidade, (iii) mudanças climáticas, fontes de energia sustentáveis (que incluem fontes de energia renováveis) e sustentabilidade ambiental, e (iv) cooperação e integração regional. A tabela C apresenta as aprovações de 2013 como um indicativo de progresso alcançado. Mas como o resultado final relacionado às metas do programa de empréstimos BID-9 se baseará nas aprovações de 2015, mudanças significativas de status poderiam ocorrer no período de um único ano. As aprovações são expressas como percentual do total de empréstimos em termos de volume.

Apesar de nenhum dos quatro indicadores terem ficado aquém das metas estabelecidas, dois deles merecem atenção especial. Primeiro, o indicador 1.3 (empréstimos para apoiar iniciativas de combate às mudanças climáticas, fontes de energia sustentáveis (que incluem fontes de energia renováveis) e a sustentabilidade ambiental) que em 2012 estava no caminho certo para alcançar a meta de 2015, apresentou um pequeno decréscimo em 2013. Em comparação a 2012, em 2013 houve uma redução significativa no volume de operações o que contribuiu para seu valor mais baixo. Este decréscimo esta relacionado a reduções nos setores de energia, água e saneamento e meio ambiente e desastres naturais.

Em segundo lugar, houve um aumento significativo no valor do indicador 1.4 (empréstimos para apoiar a cooperação e a integração regional) em 2013 (que passou de 16% em 2012 para 33% em 2013), e o valor de 2013 é mais do que o dobro da meta para 2015. A aprovação de seis empréstimos com garantia soberana (SG), no valor de mais de US$ 300 milhões, bem como um crescimento significativo no número de empréstimos para apoiar a integração regional aprovados no âmbito do Programa de Facilitação Financeira – que passaram de seis em 2012 para 19 em 2013 – contribuíram para o aumento do valor desse indicador em 2013.

	REFERÊNCIA 2006–2009	PROGRESSO 2013	META 2015	ESTADO
INDICADORES DO PROGRAMA DE EMPRÉSTIMOS				
1.1 Empréstimos para apoiar iniciativas de mudança climática, energia sustentável (incluindo renovável) e sustentabilidade ambiental	27%	35%	35%	●
1.2 Empréstimos para a redução da pobreza e aumento da equidade	40%	50%	50%	●
1.3 Empréstimos para apoiar iniciativas ligadas à mudança climática, energia sustentável (incluindo renovável) e sustentabilidade ambiental	5%	20%	25%	●
1.4 Empréstimos para apoiar a cooperação e integração regional	10%	33%	15%	●

● *No Caminho Certo* ● *Sem Tendência* ● *Fora do Caminho*

Nota: Já que os projetos podem se qualificar para mais de uma categoria de empréstimo, a soma das percentagens estimativas propostas talvez não seja igual a 100%.

Eficácia e eficiência operacionais

Quadro D

O Banco vem adaptando progressivamente seus sistemas e processos para monitorar melhor seu desempenho por meio de um conjunto abrangente de indicadores de eficácia e eficiência operacionais detalhados na tabela D.

Em 2013, o Banco avançou na implantação de seu Sistema de Consulta de Opiniões Externa (External Feedback System – EFS), ferramenta que capta a satisfação dos parceiros externos com os produtos e serviços fornecidos pelo BID e suas opiniões sobre as áreas que precisam de melhorias e os pontos fortes do Banco. O EFS utiliza uma série de pesquisas online para obter continuamente comentários e sugestões de nossos parceiros, tanto do setor público quanto do setor privado, que estão diretamente envolvidos no fornecimento de produtos e serviços do Banco. Informações mais detalhadas sobre o Sistema de Retroalimentação Externo estão disponíveis aqui.

Com relação aos indicadores de eficácia, 14 indicadores estão evoluindo bem e apenas um não alcançou a meta definida. O fraco desempenho do percentual de projetos sem garantia soberana (NSG) com classificações satisfatórias nos resultados do desenvolvimento alcançados no momento de seu término (indicador 4.2.8) se deve, em grande parte, à falta de projetos com indicadores adequados para medir estes resultados. Isso ressalta a necessidade de continuarmos a melhorar a preparação dos projetos de modo que os resultados possam ser devidamente medidos. A nova Matriz de Eficácia no Desenvolvimento e o novo kit de ferramentas para as operações sem garantia soberana vão ajudar a resolver essa questão a partir de 2014.

Com relação à eficiência, apesar de seis indicadores estarem no caminho certo para alcançar as metas de 2015, quatro estão apresentando atrasos. O Banco reconhece a necessidade de continuar adotan-

do melhorias de eficiência em áreas que têm apresentado atrasos e, especialmente, para aquelas em que a tendência de 2012-2013 se mostrou contrária à tendência desejada (por exemplo, co-financiamentos e os lentos ciclos para o desembolso de empréstimos com garantia soberana). O Banco também está explorando maneiras de estabelecer melhores métricas para monitorar a eficácia e a eficiência.

Finalmente, no que diz respeito aos indicadores de recursos humanos, o único indicador inadequado está relacionado ao processo de descentralização. O número de funcionários que atuam nos Escritórios de País do Banco manteve-se constante, em 32%, durante três anos. Levando-se em conta o atual nível de satisfação dos parceiros e os custos com a realocação de pessoal, a Administração do Banco não acredita ser factível a defesa da transferência de funcionários de sua sede para os Escritórios de País (exceto, talvez, para as áreas que atuam com o setor privado). Dessa maneira, a meta do Quadro de Resultados Corporativos de ter 40% dos funcionários alocados em Escritórios Nacionais até 2015 pode não ser mais apropriada. Conforme as definições atuais, essa meta não reflete totalmente o nível de interface direta do Banco com seus parceiros nacionais nem seu apoio a eles, uma vez que ela inclui pessoal não-operacional tanto na sede do Banco quanto nos Escritórios de País e exclui a força de trabalho complementar do Banco (consultores). Curiosamente, quase metade (48%) de todos os funcionários (contratados diretos pelo Banco e membros da força de trabalho complementar) cujas funções estão relacionadas a tarefas operacionais estavam alocados nos Escritórios de País em 31 de dezembro de 2013.

	REFERÊNCIA 2006–2009*	PROGRESSO 2013	META 2015	ESTADO
1 - EFICÁCIA – ESTRATÉGIAS DE PAÍS				
4.1.1 % de estratégias de país consideradas satisfatórias em dimensões de avaliabilidade	27%	100%	85%	●
Percentagem de estratégias de país com resultados satisfatórios que podem ser validados na conclusão:				
4.1.2 Resultados setoriais	100%*	100%	65%	●
4.1.3 Resultados financeiros	100%*	100%	75%	●
4.1.4 Progresso no fortalecimento e uso dos sistemas nacionais	65%*	68%	55%	●
2 - EFICÁCIA – EMPRÉSTIMOS				
Operações com garantia soberana (GS) (aprovações)				
4.2.1 % de novas operações consideradas satisfatórias em dimensões de avaliabilidade	26%	100%	85%	●
4.2.2 % de projetos com altos riscos ambientais e sociais considerados satisfatórios na implementação de medidas de mitigação	75%*	86%	85%	●
Desempenho satisfatório da carteira de projetos com base em relatórios de monitoramento (execução) - GS				
4.2.3 % de projetos com resultados que podem ser validados	60%*	61%	70%	●
4.2.4 % de projetos com resultados satisfatórios de desenvolvimento na conclusão	70%*	88%	60%	●
Operações sem garantia soberana (SGS) (aprovações)				
4.2.5 % de novas operações consideradas satisfatórias em dimensões de avaliabilidade	100%*	100%	85%	●
4.2.6 % de projetos com altos riscos ambientais e sociais considerados satisfatórios na implementação de medidas de mitigação	98%*	88%	85%	●
Desempenho satisfatório da carteira de projetos com base em relatórios de monitoramento (execução) - SGS				
4.2.7 % de projetos com resultados satisfatórios	91%*	92%	70%	●
4.2.8 % de projetos com resultados satisfatórios de desenvolvimento na conclusão	60%	33%	65%	●
3 - EFICÁCIA – PRODUTOS DE CONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE (CFC)				
4.3.1 % de CFC concluídos com resultados que podem ser validados	80%*	86%	100%	●
4.3.2 % de CFC concluídos com resultados satisfatórios	60%*	71%	65%	●
4 - EFICÁCIA – SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS				
4.4.1 % de parceiros externos satisfeitos com os serviços do Banco para estratégias de país	72%*	75%	70%	●
4.4.2 % de parceiros externos satisfeitos com os serviços do Banco para operações de empréstimo	87%*	89%	70%	●
4.4.3 % de parceiros externos satisfeitos com os serviços do Banco para CFC	80%*	87%	70%	●

	REFERÊNCIA 2006–2009*	PROGRESSO 2013	META 2015	ESTADO
5 - EFICIÊNCIA				
4.5.1 Cofinanciamento (% do programa de empréstimos ordinários)	29%	20%	30%	●
4.5.2 Fundos fiduciários (% do programa de empréstimos ordinários)	2%	2%	3%	●
4.5.3 Total de despesas administrativas por US$ 1 milhão aprovado**	US$41.900	US$33.447	US$34.000	●
4.5.4 Total de despesas administrativas por US$ 1 milhão desembolsado**	US$50.150	US$41.771	US$45.000	●
4.5.5 % de despesas administrativas nos programas operacionais	61%	66%	68%	●
4.5.6 Duração do ciclo: estratégia de país (do início à entrega da estratégia ao governo)	20 meses	10,4 meses	6 meses	●
4.5.7 Duração do ciclo: tempo de preparação de empréstimos GS (do perfil à aprovação)	9,5 meses	5,8 meses	8 meses	●
4.5.8 Duração do ciclo: período de desembolso de empréstimos GS (da qualificação ao primeiro desembolso)	19 dias	29 dias	19 dias	●
4.5.9 Tempo do ciclo: tempo de preparação do empréstimo SGS (do perfil à aprovação)	12 meses	5.2 meses	6 meses	●
4.5.10 Tempo do ciclo: período de desembolso do empréstimo SGS (admissibilidade para o primeiro desembolso)	8 dias*	7 dias	10 dias	●
6 - RECURSOS HUMANOS				
4.5.11 % de profissionais e executivos do sexo feminino, grau 4 ou acima	28%	36%	40%	●
4.5.12 Percentagem de mulheres na Alta Administração (pessoal executivo e Representantes/ EVP e Vice-Presidentes)	18% / 0%	32% / 25%	38% / 40–60%	●
4.5.13 % de profissionais nas Representações	26%	32%	40%	●

● *No Caminho Certo* ● *Sem Tendência* ● *Fora do Caminho*

* Os parâmetros marcados com (*) foram estabelecidos em 2012. Eles não foram disponibilizados quando as metas foram estabelecidas, mas estão incluídos aqui para começarem a indicar uma tendência.

** As cifras previstas para despesas administrativas são em dólares constantes de 2009

Países elegíveis para o Fundo de Operações Especiais

O Fundo de Operações Especiais (Fund for Special Operations – FSO) fornece empréstimos em condições preferenciais para os países mais pobres da região, que são Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua. As tabelas E, F e G mostram as realizações específicas desses quatro países em 2013 relacionadas aos indicadores do Quando de Resultados Corporativos aplicáveis.[5]

Contribuição dos produtos do Banco para a realização dos objetivos regionais de desenvolvimento

Quadro E

	PROGRESSO 2013	TOTAL 2012–2013
1 - POLÍTICAS SOCIAIS PARA EQUIDADE E PRODUTIVIDADE		
3.1.1 Estudantes beneficiados por projetos de educação	0	89.437
3.1.2 Professores capacitados	2.856	3.542
3.1.3 Indivíduos que recebem um pacote de serviços básico de saúde	163.143	827.948
3.1.4 Indivíduos beneficiados por programa focalizado na pobreza	470.982	1.289.422
3.1.5 Indivíduos beneficiados por programa focalizado na pobreza	3.890	4.622
3.1.6 Número de empregos adicionados no setor formal	267	267

[5] Não há metas nem valores de referência específicos para as tabelas do FSO.

	PROGRESSO 2013	TOTAL 2012–2013
2 - INFRAESTRUTURA PARA COMPETITIVIDADE E BEM-ESTAR SOCIAL		
3.2.1 Domicílios com abastecimento de água novo ou melhorado	6.644	39.557
3.2.2 Domicílios com conexões sanitárias novas ou melhoradas	6.598	31.315
3.2.3 Km de vias interurbanas construídas ou mantidas e melhoradas	596	1.270
3.2.4 Linhas de transmissão e distribuição de eletricidade instaladas ou melhoradas (km)	1.973	2.604
3.2.5 Nº de famílias com moradias novas ou melhoradas	2.535	4.625
3 - INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL		
3.3.1 Micro, pequenas e médias empresas produtivas financiadas	10.969	13.490
3.3.2 Sistemas financeiros públicos implementados ou melhorados (orçamento, tesouro,contabilidade, dívida e receita)	0	0
3.3.3 Pessoas incorporadas no registro civil ou de identificação	2.867	5.914
3.3.4 Governos municipais e subnacionais apoiados	73	74
3.3.5 Cidades beneficiadas por projetos de segurança dos cidadãos	0	1
4 - INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL COMPETITIVA NO ÂMBITO REGIONAL E GLOBAL		
3.4.1 Nº de funcionários públicos de comércio e empresários capacitados em comércio e investimento	9.636	20.747
3.4.2 Acordos de integração regional e sub-regional e iniciativas de cooperação apoiados	1	1
3.4.3 Projetos transfronteiriços e transacionais apoiados (infraestrutura, alfândega, etc)	1	5
3.4.4 Número de transações de comércio internacional financiadas	182	182
3.4.5 Volume de mobilização por projetos e companhias financiadas SGS	$10 million	0
5 - PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, RESPOSTA À MUDANÇA CLIMÁTICA, PROMOÇÃO DA ENERGIA RENOVÁVEL E AUMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR		
3.5.1 % de capacidade de geração elétrica com fontes de baixo carbono em relação à capacidade total de geração financiada pelo BID	100%	100%
3.5.2 Número de pessoas com acesso a sistemas melhorados de transporte público de baixo carbono	0	0
3.5.3 Esquemas nacionais de mitigação da mudança climática apoiados	1	1
3.5.4 Projetos piloto de mudança climática na agricultura, energia, saúde, água e saneamento, transporte e habitação	0	0
3.5.5 Nº de projetos com componentes que contribuem para melhor gestão das áreas terrestres e marinhas protegidas	0	0
3.5.6 Agricultores com acesso a melhores serviços e investimentos agrícolas	27.958	33.711

Estimativas sobre o programa de empréstimos **Quadro F**

	Progresso 2012	Progresso 2013
INDICADORES DO PROGRAMA DE EMPRÉSTIMOS		
1.1 Empréstimos para apoiar iniciativas de mudança climática, energia sustentável (incluindo renovável) e sustentabilidade ambiental	100%	100%
1.2 Empréstimos para a redução da pobreza e aumento da equidade	58%	47%
1.3 Empréstimos para apoiar iniciativas ligadas à mudança climática, energia sustentável(incluindo renovável) e sustentabilidade ambiental.	21%	22%
1.4 Empréstimos para apoiar a cooperação e integração regional	33%	41%

Nota: Já que os projetos podem se qualificar para mais de uma categoria de empréstimo, a soma das percentagens estimativas propostas talvez não seja igual a 100%.

Eficácia e eficiência operacionais

Quadro G

	Progresso 2012	Progresso 2013
1 - EFICÁCIA – ESTRATÉGIAS DE PAÍS		
4.1.1 % de estratégias de país consideradas satisfatórias em dimensões de avaliabilidade	100%	100%
Percentagem de estratégias de país com resultados satisfatórios que podem ser validados na conclusão:		
4.1.2 Resultados setoriais	100%	100%
4.1.3 Resultados financeiros	100%	100%
4.1.4 Progresso no fortalecimento e uso dos sistemas nacionais	57%	68%
2 - EFICÁCIA – EMPRÉSTIMOS		
Operações com garantia soberana (GS) (aprovações)		
4.2.1 % de novas operações consideradas satisfatórias em dimensões de avaliabilidade	100%	100%
4.2.2 % de projetos com altos riscos ambientais e sociais considerados satisfatórios na implementação de medidas de mitigação	76%	84%
Desempenho satisfatório da carteira de projetos com base em relatórios de monitoramento (execução) - GS		
4.2.3 % de projetos com resultados que podem ser validados	75%	67%
4.2.4 % de projetos com resultados satisfatórios de desenvolvimento na conclusão	79%	81%
Operações sem garantia soberana (SGS) (aprovações)		
4.2.5 % de novas operações consideradas satisfatórias em dimensões de avaliabilidade	100%	100%
4.2.6 % de projetos com altos riscos ambientais e sociais considerados satisfatórios na implementação de medidas de mitigação	100%	100%
Desempenho satisfatório da carteira de projetos com base em relatórios de monitoramento (execução) - SGS		
4.2.7 % de projetos com resultados satisfatórios	100%	100%
4.2.8 % de projetos com resultados satisfatórios de desenvolvimento na conclusão	100%	0%
3 - EFICÁCIA – PRODUTOS DE CONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE (CFC)		
4.3.1 % de CFC concluídos com resultados que podem ser validados	n/a	88%
4.3.2 % de CFC concluídos com resultados satisfatórios	n/a	88%
4 - EFICÁCIA – SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS		
4.4.1% de parceiros externos satisfeitos com os serviços do Banco para estratégias de país	75%	n/a
4.4.2 % de parceiros externos satisfeitos com os serviços do Banco para operações de empréstimo	74%	85%
4.4.3 % de parceiros externos satisfeitos com os serviços do Banco para CFC	85%	89%
5 - EFICIÊNCIA		
4.5.1 Cofinanciamento (% do programa de empréstimos ordinários)	0%	0.9%
4.5.2 Fundos fiduciários (% do programa de empréstimos ordinários)	1%	3,6%
4.5.3 Total de despesas administrativas por US$ 1 milhão aprovado***	n/a	n/a
4.5.4 Total de despesas administrativas por US$ 1 milhão desembolsado***	n/a	n/a
4.5.5 % de despesas administrativas nos programas operacionais	n/a	n/a
4.5.6 Duração do ciclo: estratégia de país (do início à entrega da estratégia ao governo)	11 meses	n/a
4.5.7 Duração do ciclo: tempo de preparação de empréstimos GS (do perfil à aprovação)	7 meses	4,7 meses
4.5.8 Duração do ciclo: período de desembolso de empréstimos GS (da qualificação ao primeiro desembolso)	8 dias	21 dias
4.5.9 Tempo do ciclo: tempo de preparação do empréstimo SGS (do perfil à aprovação)	11 meses	4,9 meses
4.5.10 Tempo do ciclo: período de desembolso do empréstimo SGS (admissibilidade para o primeiro desembolso)	5 dias	5 dias
6 - RECURSOS HUMANOS**		

*** Não se aplica desagregar os dados por países membros do FOE.*
n/a indica no aplica.

MOSTRE COMO SE FAZ EM VEZ DE APENAS FALAR

Veja com seus próprios olhos o que está acontecendo em campo

Lançado em 2012, o MapAmericas faz parte de uma série de medidas adotadas pelo BID nos últimos anos para aumentar a transparência e prestação de contas do banco e é parte integrante dos esforços da instituição em prol da melhoria da eficácia do desenvolvimento.

O MapAmericas permite que os usuários externos acompanhem melhor os resultados e o progresso dos projetos do Banco que estão em execução nos 26 países membros mutuários do BID na América Latina e no Caribe. A fim de ser capaz de fornecer ao público externo informações detalhadas sobre seus resultados, o BID teve que alterar completamente a forma de preparar, monitorar e medir os resultados de seus projetos. O Banco também teve que reformular seus sistemas internos de tecnologia da informação, um processo que ainda está em andamento.

Hoje em dia, qualquer pessoa com um computador, tablet ou até mesmo um smart phone pode acessar rapidamente informações sobre atividades e os benefícios que os projetos do BID estão gerando na região. Em um mapa interativo que contem não somente dados como fotos e vídeos documenta o que está sendo realizado e alcançado, mostrando os resultados em sua localização exata. As informações podem ser filtradas por país e setor e ser exibidas em diferentes tipos de mapas.

Atualmente, o MapAmericas exibe os resultados de 539 projetos com garantia soberana em execução e de 236 operações realizadas pelas equipes do Banco com o setor privado. As informações dos resultados do BID são atualizadas pelo menos duas vezes por ano por meio da ferramenta de monitoramento e seguimento dos projetos do Banco. Durante as visitas de campo, os líderes das equipes de projeto usam seus dispositivos móveis para localizar geograficamente as iniciativas e documentar por meio de fotos e vídeos o progresso na implantação dos projetos e os produtos entregados.

Visite o MapAmericas em **www.iadb.org/en/MapAmericas** para ver os resultados desses esforços e participe dando sua opinião no Twitter usando **#MapAmericas**.

Quando encontrar este ícone neste relatório, poderá acessar os resultados atualizados dos projetos no MapAmericas.

Junte-se a nós para contar histórias sobre desenvolvimento #MapAmericas

HISTÓRIAS

DE CONQUISTAS E DESAFIOS

Aqui você encontrará histórias sobre como nossos países mutuários trabalham conosco para resolver alguns dos seus problemas de desenvolvimento mais urgentes. Poderão ler reportagens sobre diferentes abordagens de desenvolvimento, resultados que estam sendo gerandos no campo e, principalmente, sobre as lições aprendidas dos nossos projetos em carteira.

Projeto CRIAR no povoado de Zudañez, Bolívia.

POLÍTICA SOCIAL PARA EQUIDADE E PRODUTIVIDADE

Francisca Llao Pallai – Professora mapuche da Escola Intercultural Tranamán na região chilena de Araucanía

DE VOLTA AS ORIGENS

CHILE CRIA UMA NOVA RELAÇÃO COM SUAS COMUNIDADES INDÍGENAS

A América Latina tem uma longa e controversa história com sua população indígena, grupo que tem sido constantemente marginalizado, deixado desamparado e sem nenhum reconhecimento por parte dos governos e da sociedade da região há séculos. Durante os últimos doze anos, no entanto, o Chile deu um ambicioso passo para tentar mudar esse paradigma histórico ao implantar o maior programa da região voltado exclusivamente ao apoio a grupos indígenas.

O programa, batizado de Orígenes e apoiado pelo BID, é uma iniciativa sem precedentes no Chile e na América Latina por sua escala e pela metodologia criada para capacitar cerca de 2.000 comunidades indígenas de modo que elas levassem a cabo seus próprios projetos de desenvolvimento. O objetivo final era estabelecer uma nova relação entre o governo chileno e os povos indígenas por meio do fortalecimento da identidade e da cultura dessas populações nativas e da melhoria das condições de vida delas.

Desde o início, a implantação do Orígenes foi um desafio, pois o projeto envolvia uma mudança na abordagem paternalista tradicionalmente empregada pelos órgãos governamentais que trabalham com comunidades indígenas. No âmbito do programa, as próprias comunidades assumiram o papel principal na

O projeto desenvolveu uma metodologia inovadora para emancipar as comunidades indígenas.

seleção e na execução dos projetos financiados, de modo que as agências governamentais tiveram de manter um diálogo eficaz para ajudar essas comunidades a preparar planos de desenvolvimento coerentes e descentralizados de longo prazo.

"O aspecto inovador desse projeto foi o fato de que, apesar de termos recebido os recursos, nós mesmos tínhamos que decidir como usá-los", disse Zunilda Santos, membro de uma comunidade indígena de Belén, no norte do Chile.

Não é nenhuma surpresa que essa abordagem tenha se mostrado muito mais difícil de ser colocada em prática do que se previa, pois nem as comunidades nem o governo estavam preparados para lidar com a dimensão e a complexidade do programa. Por um lado, muitas comunidades indígenas tinham pouco conhecimento sobre planejamento e execução de projetos ou sobre processos governamentais. Por outro lado, o governo tinha um conhecimento limitado sobre como trabalhar de maneira colaborativa com as comunidades indígenas. Por exemplo: no começo do projeto, o governo organizou as comunidades com base em seu status legal, sem considerar seus laços ancestrais ou territoriais.

O resultado foi que, inicialmente, a iniciativa colocou muita ênfase no desenvolvimento de pequenos projetos para atender às necessidades de curto prazo das comunidades, em vez de planejar para que os investimentos fomentassem o desenvolvimento de longo prazo dos territórios indígenas. Além disso, o programa sofreu longos atrasos na aprovação e na entrega de recursos para os projetos comunitários porque, em parte, os consultores terceirizados contratados não tinham nenhum vínculo com as comunidades e não foram capazes de incorporar as prioridades locais nem de obter a validação das comunidades para os projetos que eles apresentaram em nome delas. As comunidades, por sua vez, frequentemente enfrentaram dificuldades para cumprir os prazos e relatar devidamente como estavam gastando os recursos do programa.

Para resolver algumas dessas questões, o governo capacitou as comunidades e seus líderes em planejamento e gestão de projetos, além de começar a trabalhar com as comunidades beneficiadas seguindo as relações familiares e os laços econômicos, culturais e históricos que as unem, e de definir metas e prazos realistas para que tanto o governo quanto as comunidades fossem capazes de cumprir suas obrigações.

"Consertar o programa deu trabalho, e o primeiro passo foi recuperar a confiança dos líderes indígenas por meio do diálogo e das visitas in loco", explicou Karina Doña, uma das coordenadoras do programa Orígenes.

A LIÇÃO

Apesar de suas dificuldades iniciais, o Orígenes estabeleceu 874 planos de desenvolvimento territorial de

Veja a entrevista de Karina Doña no deo.iadb.org

Veja como Chile introduziu a diversidade no deo.iadb.org

As cidades pequenas de Arica no norte e de Araucanía, no sul, estão entre as maiores beneficiárias do projeto.

longo prazo e executou mais de 3.500 projetos de desenvolvimento comunitário, que abrangeram desde a restauração de igrejas até a construção de infraestrutura nas comunidades e a concessão de financiamentos para que cerca de 9.000 famílias pudessem comprar bens de capital, tais como gado, terrenos para a silvicultura e equipamentos agrícolas. As famílias que receberam financiamento para a compra de bens de capital na primeira fase do programa relataram um aumento de 11 por cento em seus rendimentos reais entre 2003 e 2011.

O programa ajudou a ampliar o nível de identificação dos participantes com a etnia indígena e as comunidades participantes a se reconhecerem. Em 2011, 32% de adultos se declararam indígenas em comparação com 29% em 2003. No entanto, alguns resultados ficaram aquém das expectativas. Alguns dos planos de desenvolvimento de longo prazo sofreram com a falta de visão estratégica para fortalecer a economia rural local e também não foram capazes de diminuir a migração contínua de membros das comunidades para os centros urbanos, que é a maior ameaça à preservação das culturas indígenas. Uma das razões citadas para a ocorrência desse problema foi o fato de o programa não ter incluído as lideranças indígenas tradicionais nos planos de desenvolvimento, uma vez que essas lideranças não são formalmente reconhecidas pelo sistema político no diálogo que mantêm com as comunidades.

Além disso, procedimentos relacionados à prestação contas dos gastos financiados pelo projeto que deveriam ser feitos pelas comunidades eram complexos. Apesar das preocupações iniciais relacionadas à prestação de contas, apenas cerca de 0,5% dos recursos do empréstimo do BID não foram justificados, em grande parte porque algumas comunidades perderam alguns recibos e devido a atrasos de outras agências governamentais em fornecer a documentação para os recursos gastos. "A coisa mais importante é que os recursos não foram perdidos. Nós checamos e percebemos que os projetos foram implantados", acrescentou Doña.

Apesar das suas deficiências, o projeto conferiu poder às comunidades indígenas e melhorou as relações delas com o governo. O número de comunidades indígenas registrado no CONADI, o departamento chileno encarregado de tratar de assuntos indígenas, aumentou 65%

NÚMEROS DO ORÍGENES

1.828
comunidades participantes

57.952
famílias indígenas beneficiadas

3.500
projetos de desenvolvimento comunitário realizados

8.815
famílias receberam financiamento para comprar bens de capital

6.147
funcionários públicos foram capacitados para trabalhar com os membros de culturas indígenas

301
escolas de ensino fundamental incorporaram ao seu currículo aulas de cultura e idioma indígena

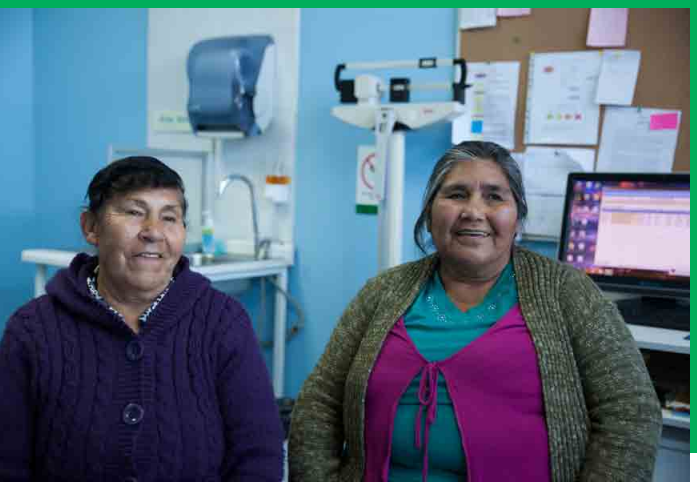
386
unidades de saúde passaram a oferecer serviços médicos culturalmente adaptados aos grupos indígenas

Veja o blog de fotografia no deo.iadb.org

durante os 12 anos do programa. Além disso, 67% das comunidades que participaram do Orígenes conseguiram acessar recursos de outras agências governamentais para a realização de outros projetos de desenvolvimento.

Para o governo chileno, o legado mais importante do Orígenes foi a criação de uma força de trabalho que compreende a melhor maneira de trabalhar com as comunidades indígenas. O Chile Indígena, um novo programa do governo voltado à promoção do desenvolvimento das comunidades indígenas e colocado em prática depois que o Orígenes foi concluído, está utilizando uma metodologia semelhante para capacitar as comunidades e estabelecer um diálogo organizado e descentralizado com esses grupos. Desta vez, o diálogo está incluindo os líderes indígenas tradicionais.

"Os governos querem acreditar que todos os seus cidadãos são iguais", explicou Doña. Com o Orígenes, observou ela, "o Chile abraçou a diversidade de seu povo, pois o programa nos ensinou a lidar com a nossa diversidade". ■



SERVIÇOS ADAPTADOS ÀS NECESSIDADES DOS POVOS INDÍGENAS

Uma meta importante do Orígenes era adaptar os serviços públicos para torná-los mais receptivos aos perfis culturais dos diferentes grupos indígenas, especialmente em relação às áreas de educação e saúde. Para essa finalidade, o CONADI, departamento do governo responsável pela execução do programa, firmou parcerias e transferiu recursos para outras agências governamentais com o intuito de desenvolver intervenções, capacitar pessoal e fornecer os equipamentos e a infraestrutura necessários para que esses órgãos adaptassem seus serviços para atender os povos indígenas.

Até o final de 2012, o Chile tinha 301 escolas de ensino fundamental bilíngues nas zonas rurais para ensinar aos alunos a língua e a cultura indígena local. As equipes dessas instituições são formadas por educadores tradicionais selecionados pelas comunidades indígenas e trabalham lado a lado com os diretores das escolas. A iniciativa também ajudou a aumentar o percentual de crianças indígenas entre 6 e 13 anos (das comunidades participantes) capazes de entender e falar sua língua materna – esse percentual subiu de 34% em 2003 para 46% em 2011.

Em relação à assistência médica, o programa financiou 376 projetos para expandir a prestação de serviços a comunidades indígenas, incluindo a criação de 10 centros de saúde que oferecem serviços adaptados à cultura local e a compra de equipamentos para que os praticantes da medicina indígena pudessem atender seus pacientes. Por exemplo: em Tirúa, no sul do Chile, o centro de saúde pública envia e transporta pacientes regularmente para que eles se consultem com os especialistas em medicina indígena nos casos considerados clinicamente apropriados. O centro também possui facilitadores culturais em sua equipe para ajudar os indígenas a entender e acessar melhor aos serviços de saúde regulares oferecidos pelo governo chileno.

Em resumo: o Orígenes fez com que as questões mais importantes para os indígenas fossem inseridas na pauta operacional de outras agências governamentais, o que contribuiu para que os gastos públicos relacionados a programas voltados às populações indígenas se multiplicassem por dez entre 2002 e 2012. O Orígenes também ajudou a melhorar a percepção sobre os serviços públicos entre as comunidades beneficiadas. Segundo uma pesquisa realizada em 2012 com 515 famílias que participaram do projeto, 55% dos beneficiários disseram que os serviços públicos melhoraram.

TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS MAIS EFICAZES

República Dominicana ajusta seu programa Solidaridad para ajudar os mais pobres

Os programas de transferência condicional de renda têm provado, ao longo dos anos, que são uma ferramenta eficaz para reduzir a pobreza e a desigualdade no curto prazo. O programa de transferência de renda da República Dominicana, introduzido em 2005 e conhecido como Solidaridad, apresentou esses efeitos positivos ao aumentar o peso e altura de crianças com menos de cinco anos de idade e ao ajudar a reduzir os índices de gravidez na adolescência e a probabilidade de repetência ou de evasão escolar durante o ensino médio entre os jovens

O BID desempenhou um papel fundamental no apoio à concepção e à implantação do programa de transferência de renda, além de também ter auxiliado na adoção de outras melhorias para a rede de seguridade social da República Dominicana. O país melhorou seus mecanismos de seleção de beneficiários, reforçou as exigências que devem ser cumpridas por eles para o recebimento da renda, melhorou a relação entre a oferta de serviços e a gestão das solicitações e aumentou significativamente os investimentos para aprimorar a qualidade dos serviços básicos de assistência médica.

Para maximizar ainda mais o impacto do *Solidaridad*, em 2012 o governo dominicano, com a assistência técnica do BID, consolidou essa iniciativa com outro programa social chamado *Progresando*, que apoia intervenções socioeducativas. A fusão dessas duas ações permitiu que o programa de transferência condicional de renda adotasse uma abordagem mais sistemática para

TAMANHO E IMPACTO DO SOLIDARIDAD

Por que as transferências são importantes?

655.394 famílias de baixa renda de todo o país estão se beneficiando do programa, que corresponde a **82%** de todos os domicílios elegíveis

As transferências representam mais de **50%** das despesas com assistência social do país

Qual foi o impacto das transferências?

Ajudaram a reduzir os níveis de pobreza em **2.3%** e a lacuna que separa os mais ricos dos mais pobre em **6.5%**

Reduziram o risco de gravidez na adolescência em **3** pontos percentuais para as adolescentes

Aumentaram a altura e o peso das crianças menores de cinco anos; o tamanho das crianças com menos de um ano de idade passou de 0,70 cm para 0,83 cm, enquanto que os menores de cinco anos cresceram 0,65 cm, em média

Reduziram o risco de repetência ou de evasão escolar durante o ensino médio

CHEFE DE EQUIPE: SANDRO PARODI, SANDROP@IADB.ORG

Veja "Uma história de êxito na República Dominicana" no deo.iadb.org

a melhoria da educação relacionada à saúde, expandindo seu alcance geográfico e ampliando o número de assistentes sociais que trabalham regularmente com as famílias por meio de visitas domiciliares mensais. A proporção de domicílios atendidos por cada assistente social diminuiu de 350 (número registrado antes da fusão dos programas) para 50.

Os assistentes sociais ajudam a conectar as famílias a uma ampla gama de serviços sociais fornecidos pelo governo e também a verificar se as famílias estão cumprindo suas responsabilidades, que incluem o envio dos filhos à escola e visitas regulares ao médico para que as crianças passem por check-ups de saúde.

O país também incluiu novos recursos no programa, que agora é conhecido como as *Progresando con Solidaridad*. Entre as novidades estão um auxílio para que os jovens das famílias beneficiárias tenham acesso a cursos de capacitação profissional e a melhoria da cobertura e do plano de exigências educacionais vinculadas ao projeto, cuja finalidade é incentivar os adolescentes a permanecerem na escola. Os pagamentos mensais foram estendidos às famílias participantes que têm filhos de até 21 anos frequentando a escola, e atualmente o valor dos pagamentos é atrelado a serie de ensino que os estudantes estão cursando – quanto mais os adolescentes avançam no ensino médio, maior o pagamento que suas famílias recebem do programa.

Em 2013, o BID aprovou outro empréstimo para ajudar a República Dominicana a ampliar o alcance do *Progresando con Solidaridad*, que agora é o pilar da rede de seguridade social do país. Esse empréstimo também financiará uma avaliação de impacto relacionada ao novo programa de transferência condicional de renda para determinar se as mudanças recentes estão funcionando. Além de beneficiar a República Dominicana, esses resultados fornecerão importantes lições para outros países da região que interessados em maximizar o impacto sobre o desenvolvimento de programas semelhantes. ■

»PARA

Melhorar o acesso às tecnologias de comunicação e da informação é uma prioridade para qualquer governo que pretenda reduzir a pobreza e a desigualdade de sua população. Isso porque as salas de aula conectadas à internet têm o potencial de melhorar a qualidade do ensino, manter as crianças na escola por mais tempo e melhorar a aprendizagem dos alunos.

O Uruguai começou a lidar com a exclusão digital em 2007, por meio da realização de um programa para fornecer um laptop durável, de baixo custo e com acesso à internet a todos os professores e alunos. O Uruguai foi o primeiro país do mundo a implantar um programa de distribuição de um laptop por aluno em escala nacional.

Nos cinco anos seguintes, o país já distribuiu mais de 1 milhão de laptops por meio de seu Plano de Conectividade Educativa/Informática Básica para o Aprendizado Online (Plano CEIBAL, na sigla em espanhol). Hoje, todos os alunos das escolas públicas uruguaias são ensinados a usar um navegador de internet e a buscar as informações de que necessitam na internet. Os laptops também possibilitam o uso de jogos interativos voltados ao aprendizado e a realização de aulas com professores conectados remotamente quando necessário. As crianças levam seus computadores para casa para fazer a lição e compartilham seu equipamento com os membros da família, que também podem usar o computador para navegar na internet por meio de uma das conexões Wi-Fi gratuitas disponibilizadas pelo governo em espaços público.

Depois de expandir o acesso aos computadores nas escolas, o maio desafio do programa foi o de melhorar o seu uso na sala de aula. Então em 2009, o BID aprovou um empréstimo para apoiar o capacitação e o desenvolvimento de ferramentas digitais para que o Plano CEIBAL atingisse esse objetivo. O projeto também financiou medidas para expandir o acesso aos computadores nas escolas secundárias e fortalecer a capacidade institucional no sistema escolar para melhor usar a tecnologia a fim de facilitar o aprendizado.

O projeto contribuiu para expandir a oferta de materiais educativos e a formação de professores. Cerca de 1.000 aplicativos educacionais, incluindo cursos de idiomas e de matemática, aulas de ciências e jogos interativos, vem sendo desenvolvidos. Em paralelo, o projeto já capacitou mais de 14 mil professores nas novas metodologias de ensino e aprendizado online. O projeto também criou plataformas especiais para permitir que os professores se comu-

CERRAR A BRECHA

OS LAPTOPS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MELHORAM O ACESSO ÀS TIC

niquem uns com os outros e compartilhem as experiências e as lições aprendidas sobre o uso de computadores na sala de aula.

Um estudo realizado por um grupo independente de pesquisadores em 2012 mostrou que esses investimentos estão começando a gerar retornos. Professores estão utilizando os computadores do CEIBAL nas salas de aula entre 3,5 e 4 horas semanais (de um total de 20 horas semanais). Aproximadamente 80% dos estudantes agora usam computadores para o trabalho escolar na sala de aula enquanto que por volta da metade utiliza os laptops para acessar a internet e ler livros várias vezes por semana. Oitenta e três por cento dos estudantes dizem que usam a internet para pesquisar informação, 49% usam para fazer programação e outros 44% o utilizam para escrever.

Apesar dessas múltiplas conquistas, ainda há muito a fazer. O maio desafio do Plano CEIBAL é fortalecer as conexões entre o sistema educacional para que se torne um instrumento que ajude a melhorar o aprendizado dos estudantes. Isso levará tempo para amadurecer, pois incorporar a tecnologia à sala de aula envolve a mudança de comportamentos arraigados, o desenvolvimento de diferentes metodologias e uma dose de experimentação.

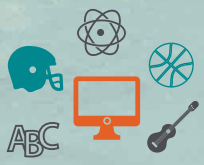
No longo prazo, no entanto, o ambiente de aprendizado mais envolvente facilitado pelo Plano CEIBAL tem o potencial de trazer uma ampla gama de resultados positivos, incluindo a melhoria da qualidade da educação e dos níveis de retenção dos alunos, um dos maiores desafios do sistema educacional do país. ■

MELHOR ACESSO AOS COMPUTADORES

- 73% das famílias mais pobres do Uruguai agora tem acesso ao computador comparado com somente 5% quando o plano CEIBAL começou.
- Um quarto das famílias mais pobres tinha conexão à internet em 2013 comparado com somente 1% em 2007.

Como fazer o melhor uso dos computadores na sala de aula

Formar os professores para que eles aprendam a usar computadores e aplicativos



Contextualizar as tarefas feitas no computador, vinculando-as à matéria ensinada para aumentar o entusiasmo e o interesse dos alunos

Usar exercícios cognitivos para que os alunos explorem diferentes tipos de soluções

Explicar aos alunos, passo-a-passo, como usar os aplicativos de software

Encorajar os alunos a buscar informações que possam ajudá-los a aprender

Ajudar os alunos a compartilhar informações e tarefas com colegas e outras escolas através de blogs e outras ferramentas

Ter um plano de atividades claro, que permita aos alunos ampliar seu conhecimento à medida que eles concluam cada atividade

Desenvolver tarefas que exijam que os alunos usem sua criatividade

Dar aos alunos autonomia para escolher os aplicativos que irão ajudá-los a solucionar problemas

Fonte : Impacto do Plano Ceibal sobre as Práticas do Ensino Fundamental, julho de 2012, Instituto de Avaliação Educacional.

Um bom professor faz toda a diferença

REDUÇÃO DAS LACUNAS DE APRENDIZADO NO EQUADOR

A desigualdade na América Latina e no Caribe começa cedo. As lacunas observadas no desenvolvimento cognitivo das crianças provenientes de famílias pobres em relação àquelas cujos pais têm melhores condições financeiras surgem bem antes de os alunos iniciarem a primeira série do ensino fundamental. No Equador, por exemplo, aos cinco anos de idade as crianças mais pobres estão, em média, 1,5 ano atrás de seus pares em melhor situação econômica em termos de desenvolvimento cognitivo.

Evidências sugerem que, além de um ambiente familiar propício, os professores são o fator mais importante para afetar o aprendizado dos alunos. Para determinar quais são as melhores políticas destinadas a aprimorar o nível de ensino e ajudar a eliminar essa lacuna de aprendizado, o governo equatoriano e o BID lançaram o mais ambicioso esforço de pesquisa já levado a cabo na região para medir o impacto da qualidade dos professores sobre os resultados de aprendizado apresentado pelas crianças pobres.

O estudo, batizado de Closing the Gap (Eliminando a Lacuna, em tradução livre), visa a compreender melhor o que faz com que alguns professores sejam melhores ou piores do que outros e descobrir como os professores podem ajudar a compensar um ambiente de aprendizado ruim em casa. O estudo está coletando e analisando as características e o desempenho de uma amostra de 15 mil alunos e de seus respectivos professores a partir do momento em que eles iniciaram o jardim de infância, em 2012, até que eles completem a primeira série do ensino fundamental, durante o ano escolar de 2013-2014.

Apenas dois outros estudos podem ser comparados com o desenho e a amplitude do estudo equatoriano: o projeto STAR, do estado norte-americano do Tennessee, que teve início na década de 1980, e o curso "Avaliando o Ensino Eficaz", estudo financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates.

A AMOSTRA

O estudo do Equador envolve 204 escolas, cada uma delas com duas a seis turmas de jardim de infância. Os alunos foram divididos aleatoriamente e atribuídos aos professores. As crianças também tiveram seus níveis de desenvolvimento cognitivo avaliados individualmente para que fosse possível estabelecer uma base de comparação por meio de um teste de vocabulário receptivo. Este tipo de teste mede a capacidade de uma criança para descrever, com apenas uma palavra, objetos, ações e conceitos apresentados em imagens.

Para a coleta de dados sobre as características dos professores e sua qualidade, cada sala de aula é filmada durante um dia inteiro de aula, e as interações entre professores e alunos nos vídeos resultantes são codificadas seguindo uma metodologia conhecida como Sistema

CHEFE DE EQUIPE: YYANNU CRUZ, YYANNUC@IADB.ORG

de Avaliação e Pontuação da Sala de Aula (CLASS). Essa metodologia, que é amplamente utilizada nos Estados Unidos para avaliar programas educacionais como o Head Start, mede a qualidade das interações professor-aluno em três dimensões fundamentais: a sensibilidade dos professores em relação aos pontos de vista e opiniões de seus alunos, a organização da classe, que inclui a produtividade e os formatos de aprendizado e o respaldo pedagógico. Pesquisas internacionais sugerem que as crianças cujos professores alcançam uma pontuação alta no CLASS aprendem mais.

RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados preliminares do primeiro ano de implementação do estudo mostram que um bom professor sozinho pode ter um impacto significativo para eliminar a lacuna entre estudantes de alto e de baixo desempenho.

Em média, os alunos designados para os melhores professores de cada escola reduziram em nove pontos percentuais sua probabilidade de cair no grupo dos 20% que apresentam pior desempenho em termos de aprendizado. Esse efeito é significativo em todas as três dimensões estudadas: linguagem, matemática e funções executivas (também conhecidas como controle cognitivo e sistema de supervisão da atenção).

E o mais importante: o estudo mostra que os professores que tiveram o maior impacto sobre os alunos medianos também tiveram o maior impacto sobre os alunos que apresentaram as notas mais baixas. Esses resultados sugerem que um estudante pobre que pertença ao grupo de renda dos 20% mais pobres do Equador, mas que seja atribuído a um professor altamente eficaz pode ter um desempenho tão bem quanto uma criança que está entre os 20% mais ricos mas possuem um professor menos eficiente. Isto significa que um professor muito bom, por si só, é capaz de eliminar completamente as lacunas de aprendizado que podem ser detectadas no início do ano letivo.

A mesma conclusão pode ser tirada quando se leva em consideração o nível de escolaridade das mães. Se atribuída a um professor eficiente, uma criança cuja mãe tem apenas o ensino fundamental pode ter um desempenho tão bom quanto uma criança cuja mãe concluiu o ensino médio, mas cujo professor seja ineficiente.

O estudo também descobriu que o impacto de um professor eficiente supera as transferências condicionais de dinheiro em termos de impacto sobre o aprendizado. No caso do Equador, esse efeito é quase o dobro do efeito do recebimento de salários por meio do programa de transferência condicional de dinheiro do país.

Os resultados deste projeto, que ainda está em curso, podem ter implicações políticas importantes para o Equador e para outros países da América Latina e do Caribe. Atualmente, os alunos da região apresentam um fraco desempenho nos testes internacionais de educação quando comparados aos estudantes de outras regiões do planeta com níveis de renda semelhantes. O estudo pode ajudar os governos a criar mecanismos de seleção e avaliação de professores efetivos, bem como a desenvolver a formação de professores e programas educacionais especiais para crianças desfavorecidas, de modo a eliminar as lacunas de aprendizado e solucionar o problema da desigualdade desde o início da vida escolar. ■

O futuro da previdência social

INFORMAÇÃO PARA UMA NOVA ONDA DE REFORMAS

¿Quão protegidos estão os trabalhadores da América Latina e do Caribe no caso de uma demissão, de uma doença ou após a aposentadoria? Essa é uma pergunta aparentemente simples, mas que a maioria dos países da região estão tendo dificuldade para responder.

Apesar de anos de reformas e crescimento econômico sustentado, a maioria dos trabalhadores da América Latina e do Caribe ainda têm pouco ou nenhum acesso aos benefícios do sistema de previdência social, como os serviços do sistema de saúde e o pagamento de aposentadorias. Para entender o porquê, o BID e cinco países da região deram início a um levantamento inédito e ambicioso para compilar informações destinadas a ajudar os governos locais a identificar aspectos dos sistemas de proteção social que não são efetivos.

APESAR DE REFORMAS E ANOS DE CRESCIMENTO SUSTENTADO, A MAIOR PARTE DOS TRABALHADORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE AINDA TEM POUCO OU NENHUM ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE E PENSÕES

A reforma desses sistemas é cada dia mais importante, uma vez que o percentual de pessoas em idade de se aposentar na região está aumentando rapidamente. Os países precisam expandir o acesso à previdência social – atualmente, apenas 30% da população economicamente ativa da região está cadastrada no sistema. Ao mesmo tempo, os países precisam garantir que serão capazes de pagar pela proteção que oferecem aos trabalhadores.

A Pesquisa Longitudinal de Proteção Social ajudará os governos a reunir dados detalhados e passíveis de comparação a cada dois anos para possibilitar uma melhor compreensão dos desafios que precisam ser enfrentados e medir a relação de custo-benefício das políticas adotadas. O projeto vai criar uma metodologia compartilhada com base em um questionário comum sobre questões como a qualidade dos postos de trabalho, a trajetória do emprego, a participação nos sistemas de pensão e o acesso aos sistemas de seguridade social.

A pesquisa incorpora novos recursos, que irão proporcionar aos países mais informações aprofundadas sobre sua força de trabalho, tais como o nível de instrução da população sobre temas financeiros ou as razões para participar ou não de programas de aposentadoria. As informações obtidas a partir desses extensos questionários serão complementadas com informações históricas contidas nos registros trabalhistas e previdenciários oficiais.

Uma característica fundamental da pesquisa é que ela vai coletar e comparar dados relacionados às mesmas variáveis dos mesmos trabalhadores durante um longo período de tempo. Essa característica dos dados permitirá aos governos medir o impacto das reformas políticas que serão implementadas durante a vigência da pesquisa.

A pesquisa foi inspirada no sucesso da Pesquisa de Proteção Social do Chile, levantamento fundamental na promoção do consenso antes da reforma previdenciária chilena de 2007 e que também provou ser inestimável para avaliar os efeitos dessa reforma. Até o momento, Colômbia e Uruguai completaram a primeira rodada da pesquisa, enquanto Equador, El Salvador e Paraguai se encontram na fase de implementação da primeira rodada. Espera-se que mais países da região participem do projeto no futuro, dando importantes passos na obtenção das informações necessárias para a tomada de decisões difíceis relacionadas à proteção social com as quais a região irá se deparar nos próximos anos. ■

CHEFE DE EQUIPE: DAVID KAPLAN, DKAPLAN@IADB.ORG

O PARADOXO DE SAÚDE

COMO COMBATER A OBESIDADE E A DESNUTRIÇÃO SIMULTANEAMENTE

Com o aumento das taxas de obesidade em populações que sofrem de desnutrição, um número maior de países tem tido que lidar com esse paradoxo: o excesso de nutrientes indesejáveis, no primeiro caso, e a falta de nutrientes essenciais, no segundo.

A Guatemala é provavelmente o exemplo mais dramático desse problema na América Latina e no Caribe. A taxa de desnutrição infantil crônica registrada no país é pior do que a da África e é quatro vezes maior do que a taxa de seus pares latino-americanos. Metade das mulheres guatemaltecas está com sobrepeso ou é obesa, e quase um terço de todas as mulheres grávidas e metade das crianças entre seis meses e cinco anos de idade sofrem de anemia.

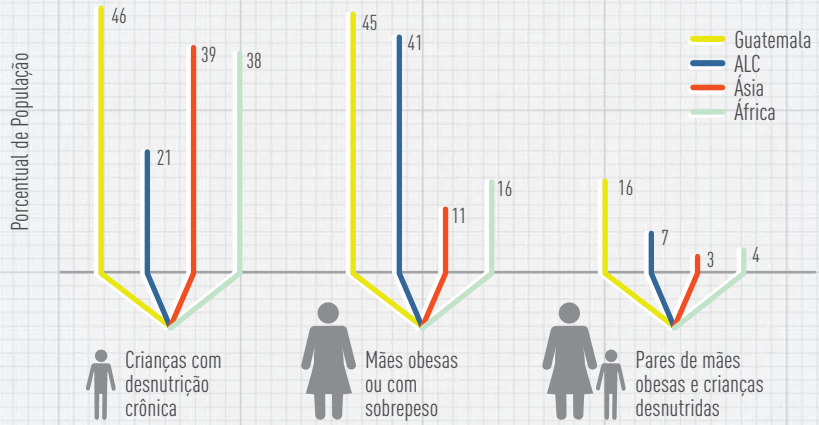
Tais problemas de saúde podem ter efeitos prejudiciais para o desenvolvimento de longo prazo de um país. A obesidade aumenta a incidência de doenças crônicas, roubando anos de vida produtiva das pessoas, enquanto a desnutrição prejudica o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, o que limita seu aprendizado e seus rendimentos futuros. Para os governos dos países pobres, o duplo problema da obesidade e da desnutrição é o pior dos mundos para seus sistemas de saúde pública já sem recursos.

Com isso em mente, em 2013 o BID publicou um estudo intitulado "Interventions and Policy Options for Combating Malnutrition in Guatemala" ("Intervenções e Opções de Políticas Públicas para o Combate à Desnutrição na Guatemala", em tradução livre), que analisa a situação da saúde pública e fornece recomendações para a implementação de políticas integradas e de baixo custo. Uma das principais recomendações do estudo realizado para Guatemala foi o combate precoce à obesidade, visando à realização de intervenções em mulheres grávidas, lactantes e crianças com menos de dois anos de idade. De acordo com o estudo, políticas e intervenções eficazes que se concentrem nos primeiros mil dias de vida das crianças – a partir do momento que elas ainda se encontrem no útero de suas mães – podem reduzir significativamente o risco de morte, de crescimento deficiente e capacidade intelectual reduzida.

O estudo também recomenda a melhoria da qualidade e da disponibilidade dos serviços de saúde e sua disponibilização para todos do grupo-alvo, independentemente do status social. Os serviços devem incluir a promoção do aleitamento materno, incluindo o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida dos bebês e a suplementação á amamentação maternaaté os dois anos de idade. O levantamento também recomenda práticas de alimentação complementar para combater a anemia e as deficiências de micronutrientes entre as crianças, além de intervenções relacionadas à água, ao saneamento e à higiene, a administração de suplementos com ferro e ácido fólico para as mães durante o pré-natal, imunizações e o uso de zinco e da reidratação oral para tratar diarreias.

Finalmente, o estudo exorta os governos a implementar estratégias para aumentar a demanda pelos serviços de saúde e promover seu uso entre a população vulnerável, já que a obesidade e a desnutrição estão frequentemente associadas à etnia e à pobreza. ■

Incidência de desnutrição crônica entre crianças e de obesidade ou sobrepeso entre as mães na mesma casa, por região



Fonte: R. Garrett and M.T. Ruel (2005), Stunted Child-Overweight Mother Pairs: Prevalence and Association with Economic Development and Urbanization, Food and Nutrition Bulletin (26(2): 209-21.

MAIS, MAIS CEDO E MELHOR

COMO APRIMORAR OS PROGRAMAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NA AMÉRICA LATINA E O CARIBE

A qualidade dos cuidados e da interação com as crianças durante seus primeiros cinco anos de vida tem um grande impacto sobre o desenvolvimento infantil e é um importante fator determinante para a saúde, as habilidades intelectuais e o comportamento delas no futuro. Na América Latina e no Caribe, o acesso a programas voltados à primeira infância tem aumentado ao longo das últimas duas décadas, especialmente para os mais pobres, e os serviços relacionados à pré-escola já estão disponíveis para 69% da população da região, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU).

Apesar do aumento da disponibilidade desses serviços, no entanto, nenhuma informação sistemática sobre esses programas estava disponível até recentemente. Esse tipo de informação é necessário não apenas para que os responsáveis pela elaboração de políticas públicas sejam capazes de assegurar que a qualidade desses serviços seja aceitável e regulamentada, mas também para que os próprios pais sejam capazes de escolher a creche mais adequada para seus filhos, aquela que fica perto de sua casa ou escritório, que tenha preços acessíveis e que seja limpa e bem administrada

Para entender melhor a situação e os desafios atuais, o BID fez um levantamento sobre 42 programas que oferecem serviços de acolhimento para crianças e de apoio para os pais em 19 países da América Latina e do Caribe. O estudo analisou principalmente os programas governamentais, embora também tenha avaliado serviços administrados por organizações da sociedade civil e por entidades privadas, dado seu alcance em determinadas regiões. O relatório resultante desse levantamento, *Overview of Early Childhood Development Services* (Visão Geral dos Serviços para o Desenvolvimento na Primeira Infância), publicado em 2013, é a primeira análise sistemática de tais programas na região. Ele se concentra em entender a concepção dos programas, além de seus componentes, a cobertura, os custos e a qualidade. Os dados foram coletados por meio de entrevistas detalhadas realizadas com os gestores dos programas.

OS PRIMEIROS **5** ANOS SÃO CRÍTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

69% DA POPULAÇÃO TEM ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

SERVIÇOS DE CRECHE NA REGIÃO TEM UMA MÉDIA DE **6** CRIANÇAS COM MENOS DE UM ANO POR ADULTO, O **DOBRO** DO QUE SE CONSIDERA ÓTIMO

De acordo com a pesquisa, há uma vasta gama de modelos de programas atualmente em vigor na região para atender crianças com menos de três anos de idade. Nos países andinos, por exemplo, foram criados modelos baseados nas comunidades locais, por meio dos quais uma mãe alimenta e cuida de grupos de 8 a 10 crianças em sua própria residência e é paga pelo governo (e, em alguns casos, pelos pais) para executar essa tarefa. Por outro lado, no Cone Sul, esse tipo de serviço opera, em grande parte, por meio de instituições formais, nas quais as crianças são agrupadas por idade e recebem a assistência de educadores profissionais.

PRINCIPAIS DESCOBERTAS

Segundo o estudo, é preciso que os programas voltados para a primeira infância **aumentem a contratação de profissionais qualificados e reduzam a quantidade de**

CHEFE DE EQUIPE: MARÍA CARIDAD ARAUJO, MCARAUJO@IADB.ORG

DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO ENFRENTADOS PELAS CRIANÇAS PEQUENAS QUE VIVEM NA REGIÃO:

O NANISMO EM CRIANÇAS COM MENOS DE CINCO ANOS DE IDADE SUPERA OS

20%

EM NOVE DOS 20 PAÍSES LATINO-AMERICANOS COM DADOS ESTATÍSTICOS RECENTES.

UM ESTUDO MOSTROU QUE CRIANÇAS DE 6 ANOS DE FAMÍLIAS POBRES TÊM UM VOCABULÁRIO EQUIVALENTE AO DE CRIANÇAS NICARAGUENSES DE

3.5 anos,

AO DE CRIANÇAS PERUANAS E EQUATORIANAS DE

4 años

E AO DE CRIANÇAS COLOMBIANAS DE

4.5 años

APESAR DE O ACESSO À PRÉ-ESCOLA TER AUMENTADO EM TODOS OS PAÍSES DA REGIÃO, A DESIGUALDADE SE MANTEVE. AS DIFERENÇAS EM TERMOS DE ACESSO ENTRE AS CRIANÇAS QUE PERTENCEM AOS 20% MAIS RICOS E AOS 20% MAIS POBRES VARIAM

8

PONTOS PERCENTUAIS NO URUGUAI ATÉ MAIS DE

25

PONTOS PERCENTUAIS NO BRASIL, REPÚBLICA DOMINICANA, EL SALVADOR, NICARÁGUA, PANAMÁ E NO PERU.

Veja "Cuide bem de Santiago" para entender a importância da qualidade do serviço nos centros de atenção infantil no deo.iadb.org

crianças atendidas por adulto, que é um fator determinante para a qualidade do atendimento. Na região, as creches atendem, em média, seis crianças de até um ano de idade por cuidador. Esse total é o dobro da quantidade recomendada para essa faixa etária. O número também é superior à taxa ideal de quatro crianças com idades entre 1 e 3 anos por cuidador. A média regional é também mais alta do que o nível considerado ótimo para outras faixas etárias.

É necessário mais treinamento e melhores salários para melhorar a qualidade do atendimento. De acordo com a pesquisa, os funcionários são mal pagos e suas credenciais e nível de competência relacionado a programas de desenvolvimento infantil estão muito abaixo do exigido. Em média, os professores que trabalham com educação infantil concluíram apenas 2,6 anos de estudos após o ensino médio. Professores assistentes quase não chegam a terminar o ensino médio e os cuidadores tem apenas 10 anos completos de educação formal, o que significa que eles não concluíram o ensino médio. Para atrair profissionais qualificados, os programas devem oferecer salários competitivos e aumentar os treinamentos, os programas orientação e a supervisão das equipes com baixos níveis educacionais.

É necessário um maior monitoramento dos serviços. Apenas 44% das creches são monitoradas regularmente com relação a segurança e higiene. Como o sistema imunológico das crianças ainda está em desenvolvimento, questões relacionadas à higiene e à segurança representam riscos especialmente sérios para elas. O estudo recomenda que os países estabeleçam programas institucionais que definam padrões de qualidade para o funcionamento de creches. O levantamento também recomenda a implementação de um monitoramento sistemático para programas financiados por governos e para programas privados.

Programas nutricionais podem oferecidos por meio de creches. Muitos países da região ainda enfrentam desafios significativos para fornecer uma nutrição adequada a crianças de até cinco anos de idade. Os serviços de atendimento infantil podem fazer mais para garantir que as crianças recebam os alimentos e micronutrientes de que precisam e tenham acesso ao acompanhamento de seu crescimento e para que as famílias recebam aconselhamento nutricional.

Finalmente, os resultados da pesquisa mostram que uma melhoria significativa na qualidade dos serviços de atendimento infantil é impossível sem um compromisso orçamentário significativo por parte dos países para que isso ocorra. Assumir tal compromisso pode não trazer muitos ganhos políticos de curto prazo para as autoridades, mas esse tipo de investimento é fundamental para garantir melhores perspectivas para as crianças mais vulneráveis. ■

Magdiel Santos, de 11 anos, e seus irmãos, da comarca de Ngöbe-Buglé no Panamá, caminham por uma hora pela floresta e tem que atravessar um rio para poder chegar na escola.

Veja a história de Magdiel e seus irmãos no deo.iadb.org

NA LINHA DE CHEGADA

PANAMÁ MELHORA SUAS ESCOLAS E O ENSINO EM ÁREAS INDÍGENAS REMOTAS

No Panamá, mais de um terço dos povos indígenas é composto por analfabetos, e as taxas de retenção escolar nas áreas indígenas, conhecidas como comarcas, correspondem à metade da média nacional. O governo do Panamá, com o apoio do BID, está tentando mudar essa situação por meio da melhoria da infraestrutura do ensino fundamental e médio, a formação de professores e a oferta de materiais didáticos.

Mesmo sob as melhores condições, o acesso a muitas dessas escolas pode ser difícil. Por isso é importante tornar o ambiente tão atraente quanto possível a fim de maximizar o aprendizado e reter os alunos. Por exemplo: Magdiel Santos, de 11 anos, tem que se aventurar pela mata durante uma hora de caminhada – percurso que inclui a travessia de um rio por uma ponte precária, que nada mais é do que um tronco de árvore – a fim de chegar até a escola Batata, localizada nas colinas de Ngöbe-Buglé, 300 km a noroeste da Cidade do Panamá.

"Eu quero que meus filhos continuem estudando para poderem se preparar para a vida adulta", disse a mãe de Magdiel, Juana Santos, que tem outros nove filhos. "Eu fiquei muito feliz quando vi a escola depois das obras que foram realizadas".

A escola Batata é uma entre as 46 escolas de ensino fundamental ou médio das *comarcas* de Ngöbe-Buglé, Emberá-Wounaan e Kuna Yala que estão sendo reconstruídas ou modernizadas dentro do projeto. Na escola Batata, o projeto instalou o piso e substituiu o barulhento e furado telhado de metal por um de telhas. Uma cabana de adobe que abrigava os professores que têm de viver na escola devido à sua localização remota foi substituída por uma casa de alvenaria equipada com banheiro e energia elétrica.

O projeto complementa outra iniciativa do governo panamenho

A LACUNA EDUCACIONAL

35% dos povos indígenas do Panamá são analfabetos, enquanto a média de analfabetos na população panamenha em geral é de 5%.

+50% Mais da metade das mulheres indígenas são analfabetas.

10 vezes maior A proporção da população indígena que não tem acesso à educação do a que pessoas não-indígenas.

13% Apenas 13% dos indígenas foram além do ensino fundamental.

para manter os alunos indígenas na escola: o pagamento de uma bolsa de até US$ 200 por ano concedido às famílias de cada estudante que permanece na escola até o concluir ensino médio.

Como a maioria das escolas participantes do projeto está situada em locais remotos e apresenta infraestrutura rodoviária ruim, os membros das comunidades têm se envolvido nas reformas ao ajudar a transportar os materiais de construção – a pé, em suas próprias costas – até o local onde estão situadas as escolas.

"Nós transportamos areia e cimento durante vários dias, e nós fizemos isso pelo futuro de nossos filhos", disse Esmeralda Pérez, líder de outra comunidade indígena, a Lllano Bonito, que tem se beneficiado com o projeto.

A escola antiga e o quarto dos professores em Llano Bonito foram reformadas por membros da comunidade, que também ajudaram a construir a nova escola Virotal.

Veja em MapAmericas

O projeto também está apoiando um programa de capacitação abrangente em matemática e espanhol para mais de 32 mil professores em colaboração com o Ministério da Educação do Panamá. Os professores estão aprendendo a introduzir metodologias educacionais interativas e a adaptar o conteúdo didático às circunstâncias sociolinguísticas e culturais de cada *comarca*. Os professores também recebem formação em técnicas de avaliação formativas a fim de melhor adaptar as atividades de aprendizagem as reais necessidades de seus alunos.

Espera-se que o amplo alcance das atividades no âmbito desse projeto de US$ 30 milhões tenha um efeito abrangente sobre as taxas de retenção escolar e de alfabetização de indígenas no Panamá. Apenas na comarca isolada de Ngöbe-Buglé o projeto já construiu ou reformou 17 escolas, beneficiando cerca de 4 mil crianças indígenas. Uma dessas crianças, Magdiel Santos, pode se tornar a primeira entre seus nove irmãos a concluir o ensino médio. ■

BOLÍVIA EXPANDE PROGRAMA DE SERVIÇOS DE BUSCA DE EMPREGO

Encontrar um emprego nunca é fácil – as informações sobre as vagas podem ser difíceis de localizar, as qualificações dos candidatos podem não corresponder exatamente ao que as empresas precisam e os empregadores podem ficar relutantes em contratar funcionários que eles não conhecem pessoalmente.

Para ajudar os candidatos a empregos a superarem tais barreiras, a Bolívia começou, em 2010, a expandir e melhorar a cobertura do Programa de Serviços de Fomento ao Emprego (*Servicio Plurinacional de Empleo* – SPE), que passou a incluir uma gama de serviços de intermediação para a obtenção de emprego. O programa, que é apoiado pelo BID, fornece um balcão único onde os candidatos podem se informar sobre as vagas existentes, participar de feiras de emprego, receber aconselhamento profissional personalizado e ter acesso a serviços de referência, além de participar de aulas de capacitação e workshops.

A Bolívia faz parte de um grupo crescente de países da América Latina e do Caribe que, nos últimos anos, decidiram investir na intermediação para a disponibilização de postos de trabalho com o intuito de melhorar o funcionamento de seu mercado de trabalho. Evidências obtidas nos países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e nos países da região indicam que esses serviços têm um baixo custo e são eficientes para ajudar os trabalhadores a encontrar um emprego, e que as pessoas que utilizam esses serviços têm uma chance melhor de encontrar trabalho do que aquelas que procuram uma recolocação utilizando outros meios.

Precisa de emprego?

O projeto financiou as operações de 10 novas agências de emprego e está atualmente desenvolvendo um portal online e um call center, que permitirão que os candidatos a vagas de emprego acessem os serviços a partir de qualquer localidade da Bolívia. O objetivo da iniciativa é dobrar, para 20 mil por ano, o número de candidatos a emprego atendidos e aumentar em 6 mil ao ano o total de anúncios de vagas disponibilizadas pelos empregadores que utilizam o serviço. Em especial, o projeto está tentando reduzir a assimetria de informações que afeta os candidatos originários de famílias mais pobres – principalmente aqueles que buscam o seu primeiro emprego.

JOVENS ADULTOS

Outro componente do projeto beneficia jovens adultos com pouco acesso a oportunidades de emprego que lhes proporcionariam capacitação no emprego (treinamento prático no próprio emprego) e a experiência de que eles necessitam para conseguir emprego permanente. Mais de 2.500 jovens bolivianos participaram de capacitação no emprego por meio do projeto desde 2010. Durante o período de capacitação, os participantes recebem cobertura de seguro contra acidentes e uma bolsa de três meses paga pelo programa para cobrir despesas com transporte e outros custos.

Veja o vídeo no deo.iadb.org

Atualmente, a Bolívia está avaliando seu programa de fomento ao emprego a fim de garantir que todos os candidatos empregos tenham acesso a serviços com a mesma qualidade para fortalecer sua capacidade de monitoramento e garantir que os resultados de uma avaliação de impacto, que será realizada no futuro, sejam cientificamente precisos.

"Finalmente, consegui uma oportunidade real"

Nadyd Alborta certamente têm consciência do que o projeto tem feito por ela. Estudante de turismo de 27 anos de idade, Alborta ficou sabendo, por meio do projeto, sobre um programa de capacitação no emprego oferecido pela Boliviana de Aviación, a companhia aérea estatal da Bolívia. Ela se matriculou no programa em 2012 e, logo após a conclusão do treinamento de três meses, conseguiu um emprego permanente na companhia aérea.

Veja em MapAmericas

nos países da região indicam que esses serviços têm um baixo custo e são eficientes para ajudar os trabalhadores a encontrar um emprego, e que as pessoas que utilizam esses serviços têm uma chance melhor de encontrar trabalho do que aquelas

O projeto financiou as operações de 10 novas agências de emprego e está atualmente desenvolvendo um portal online e um call center, que permitirão que os candidatos a vagas de emprego acessem os serviços a partir de qualquer localidade da Bolívia. O objetivo da iniciativa é dobrar, para 20 mil por ano, o número de candidatos a emprego atendidos e aumentar em 6 mil

que procuram uma recolocação utilizando outros meios.

QUAL É O IMPACTO DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL?

Programas de capacitação profissional estão entre as iniciativas ativas mais comuns do mercado de trabalho na América Latina e no Caribe. Esses programas de promovem colocação profissional para pessoas que pertencem a grupos sociais vulneráveis (jovens, mulheres e outros) e fornecem as competências que auxiliam os candidatos a terem melhor acesso à oportunidade de empregos disponíveis. As avaliações mostram que o efeito da capacitação profissional varia de acordo com a idade, o sexo e a região, mas que, com frequência, se observa um efeito positivo sobre as taxas de emprego. Além de aumentar o número de candidatos que conseguem uma colocação profissional, a capacitação também tem um impacto positivo em termos da qualidade dos postos de trabalho obtidos.

"Eu estudei turismo e queria algo relacionado a essa área", disse ela. "Eu não estava conseguindo encontrar oportunidades, mas o programa me abriu as portas para voar. Finalmente, eu consegui uma oportunidade real". ■

ao ano o total de anúncios de vagas disponibilizadas pelos empregadores que utilizam o serviço. Em es-

ASSISTÊNCIA UNIVERSAL

SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA UNIVERSAL, INTEGRADO E ACESSÍVEL EM EL SALVADOR

ASSIM COMO MUITOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, EL SALVADOR TEM ENFRENTADO UMA MUDANÇA NO SEU PERFIL EPIDEMIOLÓGICO COMO PRODUTO DO AUMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS, COMO PROBLEMAS CARDÍACOS E DIABETES E A DIMINUIÇÃO DAS DOENÇAS INFECCIOSAS.

Para responder às novas necessidades relacionadas à saúde de sua população, El Salvador decidiu adotar um projeto para criar um sistema de redes de assistência médica integradas e universais, de acordo com as recomendações de melhores práticas da Organização Pan-Americana da Saúde.

Os serviços fornecidos por essas redes são prestados principalmente por meio de unidades básicas de saúde. A experiência tem demonstrado que esse tipo de abordagem é o mais adequado para lidar com o problema das doenças crônicas, dada a proximidade das unidades em relação às diferentes comunidades, sua acessibilidade e sua capacidade para realizar o acompanhamento dos tratamentos e para prestar assistência coordenada com o auxílio de prestadores de serviços de saúde terceirizados e quarterizados.

O BID está auxiliando El Salvador a criar redes integradas de saúde na área metropolitana de San Salvador, nos estados de San Miguel, Chalatenango e Sonsonate, e em 14 dos municípios mais pobres do país. As obras e o processo de modernização incluem a construção e a ampliação de unidades básicas de saúde, a compra de equipamentos, a contratação e o treinamento de profissionais, a aquisição de veículos e a criação de novas estruturas de gestão e de procedimentos de encaminhamento para as redes.

Até o final de 2013, 24 centros de saúde da família foram construídos pelo projeto, enquanto outros

Agentes de saúde de uma unidade de atenção primária em El Salvador oferecem seus serviços às mães e seus filhos. Visitam regularmente bairros vulneráveis para fazer check-ups.

Veja "Resultados na saúde" para conhecer mais sobre esse projeto no deo.iadb.org

39 centros serão reformados até o final do projeto.

Em termos de recursos humanos, o projeto está financiando a criação de 45 equipes de saúde comunitária que trabalham nos centros de saúde e viajam rotineiramente até as comunidades para prestar serviços domiciliares, especialmente a mulheres grávidas e as crianças pequenas. Esse plano de ação facilita a assistência aos pacientes que vivem em comunidades vulneráveis e não conseguem ir até as unidades básicas de saúde por causa da falta de transporte público adequado ou da violência de gangues.

O projeto é complementado por investimentos da Iniciativa de Saúde Centro-América 2015, que está apoiando melhorias nos serviços de assistência médica materno-infantil e tem contribuído com o trabalho de 74 equipes de saúde comunitárias adicionais que atuam nos 14 municípios mais pobres do país.

O projeto resultou na ampliação da assistência médica preventiva em detrimento da assistência médica curativa. Por exemplo: entre 2008 e 2013, a taxa de atendimentos pré-natal e pós-parto aumentou em cerca de um terço. O projeto também apoiou a distribuição de micronutrientes para cerca de 14.200 crianças por meio das unidades básicas de saúde e a criação de um sistema de gestão georreferenciado para a assistência médica básica.

Além de fortalecer a assistência médica básica, o projeto está apoiando a modernização de laboratórios de saúde pública e a criação de um sistema centralizado de dados sanitários para a tomada de decisões em tempo hábil relacionadas a questões clínicas e de gerenciamento de pacientes, além da instauração de um sistema nacional de assistência médica emergencial. Este último inclui a melhoria de instalações e equipamentos hospitalares e o treinamento das equipes dos prontos-socorros de 16 hospitais. Desde 2010, o projeto também financiou o estabelecimento de 36 laboratórios de diagnóstico.

Com a implementação de um modelo de gestão sanitária integrada e custo-eficiente, El Salvador está no caminho certo para universalizar o acesso à assistência médica. ■

Em outro nível

TRINIDAD E TOBAGO REESTRUTURA SEU SISTEMA EDUCACIONAL

Ao longo das últimas quatro décadas, Trinidad e Tobago conseguiu aumentar drasticamente as matrículas escolares – da educação infantil até o ensino médio. Mas, mesmo assim, a qualidade do ensino no país continua sendo um desafio: em 2009, 65% dos centros de educação infantil estavam em mau estado e apenas 30% dos professores eram qualificados. Além disso, quase um terço dos estudantes que ingressavam no ensino médio tinham notas baixas em matemática e em linguagem.

Para solucionar esse problema de raiz, o país iniciou uma reforma ampla de seu sistema de ensino em 2009, apoiado pelo BID, dando ênfase especial à educação pré-escolar e ao ensino fundamental. Essa iniciativa foi seguida pela implantação do Programa de Modernização do Ensino Médio, também apoiada pelo Banco, cujo objetivo era preparar uma força de trabalho altamente qualificada e especializada para ajudar o país a diversificar a sua economia e reduzir sua dependência em produtos básicos.

Tomadas em conjunto, as reformas na educação infantil e na educação primária visam desenvolver um sistema de educação contínua capaz de fomentar o aprendizado ao longo da vida escolar dos estudantes. Para alcançar essa finalidade, o BID está apoiando um programa de três fases para ajudar o país a melhorar a qualidade, a equidade e a relevância do seu sistema educacional assim como a sua administração. Um componente-chave da primeira fase do programa é a ampliação do acesso à assistência e à educação de qualidade para crianças que estão na primeira infância e para aquelas que têm entre três e

AS REFORMAS VISAM O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL CONTINUADO QUE PERMITA FOMENTAR A APRENDIZAGEM PERMANENTE

quatro anos de idade. Trinidad e Tobago quer fazer com que, até 2015, o acesso à educação infantil e ao ensino em geral seja universal.

O novo programa está financiando a construção, a modernização e a aquisição de equipamentos para centros educacionais e de assistência infantil, além de patrocinar o desenvolvimento e a implementação de um extenso programa de capacitação de pessoal para substituir métodos de ensino ultrapassados por métodos pedagógicos modernos que envolvam os alunos ativamente no aprendizado.

A primeira fase do programa também procura fortalecer a capacidade das escolas de ensino fundamental para proporcionar educação de qualidade a alunos que apresentem uma ampla gama de necessidades de aprendizagem. Os recursos estão sendo utilizados para rever os currículos de nove matérias do ensino fundamental para garantir o alinhamento com o novo currículo para a primeira infância e o ensino médio e para produzir e distribuir novos guias para professores e novos materiais didáticos. Com apoio de especialistas internacionais, o Ministério da Educação de Trinidade e Tobago criou uma equipe de 51 docentes encarregados de criar programas didáticos para que, periodicamente, revisem e atualizem o currículo escolar e apoiam a sua posterior implementação nas 578 escolas e ensino fundamental do país. O programa também está promovendo a introdução de línguas estrangeiras ao fornecer capacitação para professores de um grupo selecionado de escolas de ensino fundamental e forneçam apoio a outras atividades destinadas a aprimorar o ensino de outros idiomas.

Um aspecto importante do programa financiado pelo BID é promover a melhoria da coordenação entre os centros de assistência infantil e as escolas de ensino fundamental para que seja possível lidar melhor com os desafios de aprendizado enfrentados pelos alunos antes que eles alcancem o ensino médio. Para isso, o programa está financiando um diagnóstico sobre os professores de Trinidade e Tobago para alimentar as futuras políticas de formação de professores.

Como parte do programa também se espera equipar 16 escolas-laboratório, sendo que oito em educação infantil e outras oito do ensino fundamental. O objetivo é desenvolver práticas de educação inclusiva e fornecer uma plataforma de conhecimento para que as melhores práticas atendam às várias necessidades apresentadas pelos alunos. Essas escolas oferecerão serviços de apoio especializado em psicologia infantil e terapia da fala e da linguagem para alunos com necessidades especiais. Com base nos resultados dessa fase inicial, posteriormente o programa será expandido para todo o país e será acrescido de atividades no nível do ensino médio.

Em 2013, quase metade dos 50 centros de desenvolvimento infantil para a primeira infância que seriam construídos pelo programa estavam perto de serem concluídos e cerca de 300 professores que lecionam para alunos da primeira infância já haviam sido capacitados. Reformular um sistema de educação leva tempo, mas Trinidad e Tobago parece estar no caminho certo para desenvolver o tipo de sistema educacional contínuo que é o objetivo da nação. ■

MELHORES EMPREGOS

4 LIÇÕES DO MÉXICO

Nos últimos 20 anos, o México implantou um dos programas de serviços de fomento ao emprego mais abrangente e bem sucedido da América Latina e do Caribe. O Programa Multifásico de Apoio e Capacitação ao Emprego (PACE) está melhorando o mercado de trabalho do país ao facilitar a tarefa tanto dos empregadores, que conseguem identificar os trabalhadores com os conjuntos de habilidades adequados às vagas disponíveis, e quanto aos desempregados e os que buscam emprego, que possam localizar os postos de trabalho que melhor se adequam ao seu perfil.

O programa criou uma dinâmica rede nacional de agências de emprego e serviços online que oferecem capacitação, consultoria, apoio na busca de emprego e assessoria em empreendedorismo para os desempregados e subempregados. Desde 2010, mais de 12,7 milhões de candidatos a empregos se beneficiaram dos serviços de intermediação do programa. Setenta por cento dos beneficiários eram mulheres. Cerca de 80% das mais de 600 mil pessoas que participaram do programa de capacitação no emprego do PACE encontraram emprego.

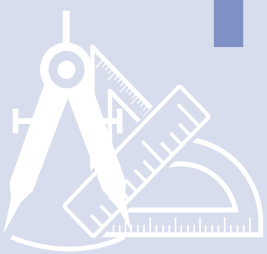
Várias avaliações de impacto, incluindo um estudo do BID, que apoia o programa há muito tempo, demonstram que as pessoas que recebem capacitação por meio do PACE têm uma maior probabilidade de conseguir um emprego, além de aumentarem suas chances de trabalhar no setor formal da economia e de ganhar mais do que os não participantes da iniciativa.

O que pode ser aprendido a partir desses resultados impressionantes? Para os países que desejam criar melhores oportunidades de emprego para suas forças de trabalho, quatro lições se destacam:

Página anterior: Beneficiários do programa recebem capacitação no emprego através de diferentes empresas.

Página seguinte: Beneficiários, como Juan Miguel Veloz Martínez (foto da esquerda), são contratados por empresas nas quais recebem capacitação.

1 Aprenda com seus fracassos medindo os resultados obtidos



O PACE marcou o distanciamento acentuado das abordagens anteriores e menos bem-sucedidas destinadas a melhorar o mercado de trabalho do México. Previamente, programas independentes voltados para o treinamento de trabalhadores tinham pouca relação com as necessidades reais das empresas, e os beneficiários muitas vezes adquiriam qualificações incompatíveis com as exigidas pelo mercado de trabalho. O PACE utilizou as lições aprendidas com essas experiências e com as avaliações e as análises baseadas em resultados para firmar parcerias com as empresas e criar um inovador programa de capacitação no trabalho, no qual os empregadores cobrem o custo total da formação dos profissionais e o programa se encarrega de arcar com as bolsas dos participantes. A iniciativa, batizada de BECATE, começou como uma ferramenta para combater os efeitos da crise financeira global de 2008 sobre o mercado de trabalho do México, mas rapidamente se tornou parte integrante do cardápio de serviços oferecidos pelo programa.

2 Encontre parceiros estratégicos

O PACE estabeleceu parcerias estratégicas com as principais partes interessadas, incluindo governos locais, empresas e organizações não-governamentais. Esses parceiros ajudam a obter informações sobre as ofertas de emprego disponíveis localmente e, principalmente, ajudam a adaptar os serviços do programa às necessidades locais. Os empregadores desempenham um papel importante nos esforços do programa para expandir as ofertas de emprego em todo o país por meio da participação em feiras de emprego, do anúncio de suas vagas no serviço e da realização de atividades de sensibilização e apoio. Os governos estaduais e municipais compartilham a responsabilidade sobre os centros regionais de emprego por meio de um acordo direto de divisão de custos. Ao patrocinar eventos e atividades de envolvimento com a comunidade, os governos expandiram o alcance local do programa e aumentaram o número de beneficiários. As ONGs também têm sido parceiras especialmente importantes para as populações mais vulneráveis. Uma iniciativa-chave é chamada de Novas Oportunidades de Trabalho para os Jovens, que estabelece alianças para identificar as oportunidades de emprego para os jovens no estado de Nuevo León. Outra iniciativa é a *Todos Somos Juárez*, uma abrangente estratégia federal cuja finalidade é reduzir a violência em Ciudad Juárez. Essa iniciativa já ofereceu oficinas de formação sobre a empregabilidade, habilidades sociais e responsabilidade para mais de 25 mil pessoas. As ONGs também têm atuado como intermediárias para apoiar a qualificação e a recolocação de trabalhadores com deficiência e ajudar a encontrar oportunidades de emprego para trabalhadores que foram repatriados.

3 Não tenha medo de se adaptar

O PACE está constantemente monitorando e avaliando suas próprias iniciativas para manter um olhar atento sobre as necessidades que surgem. Como resultado, subprogramas menos eficazes são reformulados ou eliminados e mais recursos são destinados à ampliação dos programas que se mostram eficazes, como aqueles que oferecem capacitação no trabalho e também testam novos tipos de intervenções. Levando em consideração o grande número de mulheres beneficiárias, por exemplo, o programa incluiu uma capacitação diferenciada por gênero para os orientadores vocacionais e as empresas e, atualmente, divide seus principais indicadores de por sexo para permitir uma análise mais completa do mercado e ajudar as mulheres a encontrar postos de trabalho melhores. Entre os indicadores de monitoramento estão incluídos o número de mulheres atendidas e o total de mulheres que encontraram um emprego com o auxílio do programa, enquanto os indicadores de avaliação incluem itens como taxa de emprego, renda e benefícios sociais. Juntos, esses indicadores fornecem aos responsáveis pela elaboração de políticas informações sobre a melhor maneira de adaptar continuamente as atividades específicas do programa.

Durante a crise financeira global de 2008, o programa testou diferentes iniciativas para proteger os trabalhadores contra as demissões em massa, e duas dessas iniciativas já foram incorporadas ao programa: a qualificação de trabalhadores dispensados temporariamente e um programa contingencial para lidar com as oscilações do mercado de trabalho, ativado apenas em épocas de crise, durante as quais os trabalhadores recebem apoio financeiro temporário do PACE caso seus empregadores concordem em manter seus postos de trabalho por um determinado período de tempo.

4 Seja tecnologicamente esperto

Para reagir às mudanças na área de tecnologia da informação durante a vigência do programa, o PACE tem adicionado novas ferramentas a sua plataforma, incluindo workshops para a busca de vagas, centros de pesquisa de vagas online e um site de empregos conhecido como Portal del Empleo. Desde 2010, mais 1 milhão de pessoas encontraram postos de trabalho por meio desse portal, que abriga bancos de dados e redes de intercâmbio de empregos públicos e privados, além de feiras de emprego virtuais – algumas delas voltadas para os jovens ou para profissionais altamente especializados que atuam na área de tecnologia.

Veja em MapAmericas

O sucesso do México com seu programa de serviços de fomento ao emprego inspirou outros países da América Latina a lançarem suas próprias iniciativas – muitas delas também apoiadas pelo BID. Ao se adiantar aos eventos e monitorar e avaliar constantemente os resultados, o México conseguiu elaborar um programa de serviços de fomento ao emprego que atende às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais acelerado e globalizado. ■

Auto-detecção e cura

RECIFE COMBATE DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS COM DETECÇÃO PRECOCE E TRATAMENTO

Estudantes da escola São João Batista em Recife (Brasil) participam do concurso "Cantando para a saúde", uma das atividades de saúde do programa para o controle das Enfermidades Tropicais Negligenciadas.

Na favela de Alto do Carroceiro, no Recife, que é a quinta maior cidade do Brasil, Emily Eduarda Belo de Oliveira, de 10 anos, sonha em se tornar professora um dia, apesar de ter que ajudar sua mãe a cuidar dos quatro irmãos, com quem mora em uma casa de um quarto sem janelas. E ser pobre não é único obstáculo que Emily precisa enfrentar: ela também tem hanseníase (ou lepra), uma doença que, se não tratada, pode causar danos permanentes à pele, aos nervos, aos membros e aos olhos.

Emily é uma das 100 milhões de pessoas da América Latina e do Caribe afetadas por um grupo de doenças tropicais negligenciadas, que inclui a hanseníase, a elefantíase, o tracoma e parasitas intestinais. Esse grupo diversificado de infecções viceja em condições de pobreza, falta de saneamento básico, água contaminada e desnutrição.

Essas doenças também carregam um estigma social e roubam anos de vida produtiva das pessoas. Um dos maiores desafios para erradicar essas enfermidades é identificá-las com antecedência suficiente para que o tratamento possa começar antes que seu impacto debilitante afete seus portadores. Os diagnósticos realizados pelo sistema público de saúde muitas vezes chegam tarde demais, pois os profissionais da área médica não são treinados para detectar esse tipo de doença e seus sintomas.

Por isso, em 2010, o BID uniu forças com a Organização Pan-Americana de Saúde e o Instituto de Vacinas Sabin para lançar vários projetos de demonstração na América Latina e no Caribe e testar maneiras de combater as doenças tropicais negligenciadas em nível regional. Esses projetos patrocinam campanhas educativas, mobilizações comunitárias e intervenções

integradas na área de saúde para identificar e tratar essas moléstias. Atualmente, os projetos de demonstração estão sendo desenvolvidos no Recife, em Georgetown, na Guiana, em Chiapas, no México e na Guatemala e no Haiti.

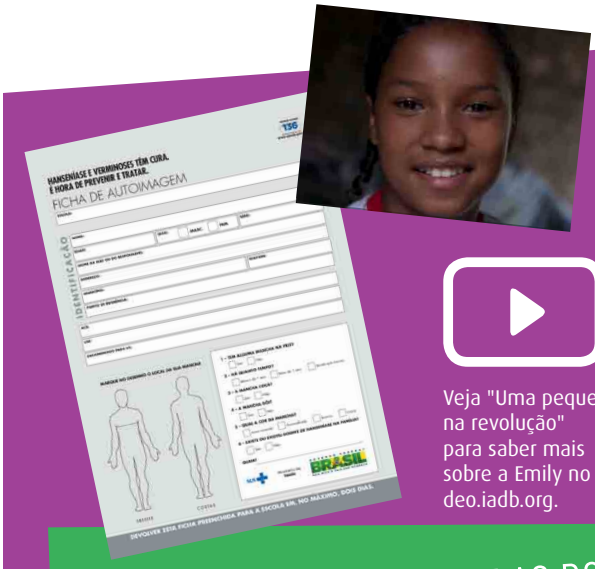
AUTORELATOS

No Brasil, onde foram detectados 34.000 novos casos de hanseníase em 2011 – a segunda maior taxa de novas infecções do mundo, atrás apenas da Índia –, o projeto patrocinou uma campanha educativa nas escolas públicas localizadas em áreas pobres do Recife para aumentar o número de autorrelatos e os diagnósticos de hanseníase, elefantíase, helmintíase transmitida pelo solo e esquistossomose.

Foi assim que Emily descobriu que tinha hanseníase. Depois de educadores da área de saúde fazerem uma apresentação em sua escola, ela percebeu que uma lesão em sua perna poderia ser um sinal precoce da doença. Ela preencheu um formulário no qual descreveu cuidadosamente sua lesão. Tais formas de autodetecção facilitaram o processo de triagem de casos potenciais realizado pelos agentes de saúde – e, no caso de Emily, a iniciativa a levou a fazer o teste para diagnosticar a doença e iniciar o tratamento. Essa metodologia tem sido tão bem sucedida que o formulário de autodetecção da hanseníase já está sendo utilizado em todo o Brasil.

As campanhas educativas e atividades de mobilização comunitária já beneficiaram diretamente mais de 17.000 estudantes entre 6 e 14 anos de idade de três subdistritos do Recife, além de terem beneficiado indiretamente cerca de 70.000 pessoas. Alunos de 42 escolas públicas também estão recebendo medicamentos para reduzir a prevalência de parasitas intestinais.

Com ações integradas para a área de saúde, como a que está sendo levada a cabo no Recife, é possível fazer o controle e eliminar as doenças tropicais negligenciadas na América Latina e no Caribe. Isso significa que mais crianças como Emily serão capazes de detectar e tratar esses tipos de moléstias mais cedo e passar a ter uma vida normal e produtiva. ■



Veja "Uma pequena revolução" para saber mais sobre a Emily no deo.iadb.org.

FATOS IMPORTANTES SOBRE AS DOENÇAS TROPICAIS NEGLIGENCIADAS

- Entre as pessoas mais pobres do mundo, mais de um bilhão são afetadas por essas doenças
- Os efeitos dessas doenças são medidos em termos de anos de vida saudável perdidos resultantes de qualquer incapacidade ou morte prematura
- Mais pessoas correm risco de contrair doenças tropicais negligenciadas do que de contrair tuberculose, malária e HIV juntas
- O tratamento da maioria dessas doenças é seguro, barato e fácil. Muitos dos medicamentos necessários para tratá-las são doados por empresas farmacêuticas.

O bom negócio para a educação

Financiamento estudantil para os mais pobres

Mariclere Alvarez já havia concluído metade de seu curso de comunicação em uma universidade particular do México quando seus pais lhe disseram que não poderiam mais pagar por sua educação devido a dificuldades financeiras. Alvarez teria desistido do curso se não fosse pela FINAE, uma instituição financeira mexicana que fornece empréstimos estudantis para estudantes universitários de baixa renda.

"Eu me senti aliviada, pois com o empréstimo eu teria a opção de continuar meus estudos", afirmou Alvarez, de 26 anos, que faz parte do grupo de mais de 5.000 estudantes que, desde 2008, receberam empréstimos da FINAE, uma das primeiras instituições com fins lucrativos do México a fornecer empréstimos estudantis.

A companhia, que recebeu o apoio do BID, está ajudando o México a tornar o ensino superior mais acessível, uma vez que um número crescente de estudantes está ingressando em instituições de ensino particulares devido ao número limitado de vagas no ensino universitário público. Cerca de 70% da população em idade universitária do país vem de famílias com renda inferior a US$ 3.000 por ano.

O total de alunos matriculados nas faculdades mexicanas saltou de 2,5 milhões no ano letivo de 2006-2007 para mais de 3 milhões em 2010-2011, de acordo com dados do governo, e as faculdades particulares representam hoje um terço do total de matrículas universitárias do país.

No entanto, os alunos de baixa renda enfrentam vários obstáculos quando se matriculam em universidades particulares. Em primeiro lugar, suas famílias podem não ganhar o suficiente para pagar por seus cursos, cujas anuidades podem variar de US$ 1.500 a US$ 15.000. Em segundo lugar, a qualidade da educação também varia muito. Por fim, o tipo de diploma que os estudantes de baixa renda obtêm nesses cursos universitários pode não corresponder a áreas de alta demanda no mercado de trabalho ou não ser reconhecido pelos futuros empregadores.

O modelo de negócios da FINAE, baseado em parcerias firmadas com universidades credenciadas, está ajudando os estudantes a superarem essas barreiras e, ao mesmo tempo, permitindo que a própria empresa reduza o risco de que os devedores não paguem e se tornem inadimplentes. Atualmente, a FINAE mantém parcerias com 10 instituições de 24 estados mexicanos, e os estudantes beneficiados representam cerca de 30% das matrículas nas universidades particulares do México. Essas instituições ajudam a processar os pedidos de empréstimos, compartilham alguns dos custos relacionados a uma possível inadimplência e comercializam os empréstimos. Alvarez, por exemplo, ficou sabendo sobre o programa de empréstimos da FINAE por meio de sua universidade.

A FINAE financia entre 20 %e 100% das mensalidades. Os empréstimos exigem que os estudantes tenham notas mais altas do que a média e façam cursos em áreas para as quais há demanda no mer-

CHEFE DE EQUIPE: AGUSTÍN ZAMORA, AGUSTINZ@IADB.ORG

Veja em MapAmericas

cado de trabalho. Uma característica importante do programa de empréstimos é sua flexibilidade: a empresa criou vários planos de quitação para os empréstimos, permitindo que os alunos escolham a opção mais adequada a sua situação econômica.

BAIXOS ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA

A metodologia da FINAE reduziu o risco de evasão escolar e, como resultado, tem ajudado a empresa a manter as taxas de inadimplência em níveis abaixo do mercado. Isso é especialmente importante, considerando-se que o México tem uma taxa de evasão escolar universitária total de 38%, a mais elevada entre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, o modelo também garante que o diploma obtido pelo aluno seja reconhecido pelo mercado, aumentando suas chances de encontrar um emprego após a graduação e, dessa forma, de ser capaz de quitar o empréstimo.

Além de tornar o ensino superior mais acessível, os empréstimos da FINAE também ajudam os estudantes a estabelecer históricos de crédito formais, o que irá ajudá-los a acessar uma variedade de serviços financeiros no futuro, que vão desde contas bancárias até créditos imobiliários e empréstimos comerciais.

O BID já forneceu mais de US$ 12 milhões em empréstimos e garantias à FINAE desde 2010, abrindo caminho para que a empresa levantasse recursos adicionais com outros investidores e aumentasse a o total de empréstimos concedidos de US$ 2,2 milhões, em 2010, para mais de US$ 18 milhões no segundo trimestre de 2013. Quase a metade dos clientes da FINAE vêm de famílias que ganham menos de US$ 2.520 por ano. Aproximadamente 70 % dos beneficiários dos empréstimos são os primeiros em suas famílias a obter um diploma universitário.

Ademais, as garantias proporcionadas pelo BID possibilitaram que a FINAE fizesse uma operação de securitização da sua carteira de empréstimos através da emissão, no mercado de dívida doméstico em 2013, da primeira obrigação mobiliária educacional para investidores de varejo do México. Essa operação não somente ajudou a FINAE a levantar mais recursos para financiar sua expansão, mas também criou uma nova classe de ativos que ajuda a canalizar recursos do mercado de capitais para estudantes que, em grande parte, pertence à base da pirâmide. Espera-se que os recursos advindos dessa operação financiem a educação universitária de 40.000 estudantes mexicanos de baixa renda em um período de sete anos.

Após ampliar suas operações, a FINAE conseguiu registrar lucro pela primeira vez em 2012. Para cada US$ 1 investido na FINAE, são gerados cerca de US$ 3,15 em valor social, de acordo com a Shaerpa, organização com sede na Holanda e contratada pela FINAE para medir seu impacto social. Os cálculos levaram em consideração o custo médio por aluno e os benefícios monetários para as várias partes interessadas, tais como a expectativa de renda após a graduação e o aumento do faturamento das universidades decorrente da redução da evasão escolar.

A experiência da FINAE mostra que tornar o ensino superior acessível aos mais pobres é mais do que apenas fazer o bem. É um bom negócio. ■

Outra história de oportunidades:

Veja "Caminho à universidade" para conhecer a história de Mario Alberto Espinoza no deo.iadb.org

O uso da tecnologia na sala de aula

Barbados moderniza sistema educacional

Durante mais de 15 anos, Barbados vem implantando um ambicioso programa para reformular seu sistema de ensino público nos níveis fundamental e médio. O objetivo é garantir que os estudantes sejam preparados para trabalhar em um mundo globalizado e dependente das tecnologias da informação.

Durante mais de 15 anos, Barbados vem implantando um ambicioso programa para reformular seu sistema de ensino público nos níveis fundamental e médio. O objetivo é garantir que os estudantes sejam preparados para trabalhar em um mundo globalizado e dependente das tecnologias da informação.

O BID começou a apoiar o programa em 1998, com um empréstimo destinado a ajudar Barbados a modernizar sua infraestrutura escolar com o intuito de promover o uso de computadores nas salas de aula, atualizar o currículo nacional dos estudantes e capacitar os professores. À época, o empréstimo foi o maior que o BID já havia concedido a um país caribenho, além de ter sido também o primeiro projeto colaborativo em larga escala da instituição com o Banco de Desenvolvimento do Caribe.

Baseado no sistema educacional britânico, o sistema de ensino de Barbados tem sido aclamado como o melhor do Caribe e atende a aproximadamente 50 mil estudantes nos níveis fundamental e médio. Inicialmente, as condições pareciam favoráveis para o bom andamento da reforma educacional, mas a implantação do projeto se mostrou desafiadora devido à abrangência da iniciativa, à mudanças tecnológicas não previstas e à revisão do escopo das obras de infraestrutura que seriam necessárias. Como resultado, o projeto foi concluído em 2009, quatro anos depois do prazo inicialmente previsto.

O que nós podemos aprender com essa experiência? Uma avaliação retroativa do programa, concluída em 2013 pelo governo de Barbados, oferece algumas lições para qualquer país que pretenda empreender grandes reformas em seu sistema de ensino. As recomendações da avaliação incluíram as seguintes recomendações:

- Defina prazos realistas. Reformas geralmente envolvem muitas partes interessadas, que por sua vez exigem muita comunicação, colaboração, coordenação e tempo.
- Faça tudo bem feito, mesmo que leve mais tempo. Inicialmente, as obras previstas para as escolas de Barbados envolviam o fornecimento da infraestrutura necessária para acomodar os computadores nas salas de aula e incluíam a construção de laboratórios de informática, a instalação de fiação elétrica, a criação de ambientes livres de poeira e a instalação de sistemas de proteção para hardware e software. No entanto, após a análise das instalações das escolas, o governo de Barbados percebeu que a maioria delas precisava primeiro de melhorias abrangentes na infraestrutura mais básica, como a substituição de telhados e a instalação de vigas de apoio. Algumas escolas tiveram que ser totalmente reconstruídas. Como resultado, o escopo dos trabalhos de reforma teve que ser ampliado.
- Incorpore mudanças tecnológicas (elas podem ajudar a economizar dinheiro). Inicialmente, o proje-

CHEFE DE EQUIPE: SABINE RIEBLE-AUBOURG, SABINEA@IADB.ORG

to pediu que as escolas fornecessem acesso à internet por meio de computadores conectados via cabos. Nesse meio tempo, no entanto, a tecnologia sem fio foi desenvolvida e logo se tornou popular e acessível. Por isso, Barbados incorporou essa nova tecnologia ao projeto, reduzindo a necessidade da realização de certas obras de construção e acelerando o ritmo de introdução de computadores nas salas de aula.

- Obtenha o apoio dos professores. Em vez de trazer especialistas externos para desenvolver o novo currículo escolar, os funcionários do governo selecionaram professores de diferentes localidades do país que apresentavam alto desempenho para realizar a tarefa, garantindo, assim, um maior apoio por parte do corpo docente. Os professores que ajudaram no desenvolvimento do novo currículo foram posteriormente reenviados às escolas para ajudar na sua implantação. Isso abriu caminho para que esse componente do programa fosse colocado em prática rapidamente. Hoje, todas as escolas seguem o novo currículo, que contém os objetivos que devem ser alcançados por estudantes de todos os níveis.
- Forneça treinamento em tempo hábil. Os professores foram treinados para utilizar computadores na sala de aula, mas a capacitação ocorreu mais de um ano antes de os computadores serem instalados nas escolas. A defasagem entre a capacitação e o início das aulas com a utilização dos computadores desestimulou os professores, que inicialmente se mostraram animados em relação ao uso da tecnologia, e aumentou a resistência dos professores que já se mostravam relutantes em implantar as novas estratégias pedagógicas. Um treinamento adicional, fornecido pelo Ministério da Educação, Tecnologia e Inovação, reacendeu o entusiasmo dos professores pelo projeto. Mas evitar esse tipo de defasagem temporal entre o treinamento e a implantação do projeto teria constituído uma abordagem mais prática.

Apesar dos atrasos, o projeto alcançou a maior parte dos resultados esperados. Ainda que ainda existam desafios adicionais para integrar a tecnologia à sala de aula e para criar sistemas de avaliação e monitoramento capazes de medir o desempenho das escolas e dos alunos, as reformas já começaram a fazer diferença no aprendizado. Um relatório do governo mostrou que o percentual de estudantes que tiveram nota inferior a 30 (numa escala de 0 a 100) em matemática e inglês no Vestibular das Escolas de Ensino Médio de Barbados caiu pela metade em 2009 em comparação com 2000.

Reformar o setor educacional de um país nunca é fácil, principalmente quando se leva em consideração as limitações de recursos e também a resistência quase inata à substituição de métodos já testados que, em alguns casos, têm sido usados há várias gerações. A realização de uma reforma como essa numa época de mudanças tecnológicas históricas e velozes só amplia a dimensão do desafio. Mas Barbados mostrou que os governos dispostos a adaptar as reformas necessárias para garantir sua eficácia colhem, em última análise, os benefícios da mudança dos tempos. ■

Programa habitacional no bairro de Villa Cristina em Tegucigalpa, Honduras

INFRAESTRUTURA PARA A COMPETITIVIDADE E O BEM-ESTAR SOCIAL

para além dos ciclos políticos

Projeto de saneamento de longo prazo implantado em Montevidéu resiste ao teste do tempo

Veja em MapAmericas

A pressão para a obtenção de resultados de curto prazo não é exclusividade do mundo corporativo. Projetos de desenvolvimento urbano também estão sujeitos aos mesmos tipos de pressão. Enquanto CEOs (principais executivos de empresas) se sentem compelidos a apresentar lucros aos acionistas todos os trimestres, os políticos precisam mostrar aos eleitores os resultados de seus projetos de desenvolvimento a cada ciclo eleitoral. Isso pode dificultar a implantação de projetos de longo prazo, que não apresentarão resultados imediatos aos olhos dos eleitores. Para piorar a situação, os projetos iniciados em gestões anteriores às vezes são alterados ou mesmo abandonados pelos governos recém-empossados.

Quando um país consegue superar tais desafios, sua façanha deve ser devidamente observada e documentada – e isso foi o que aconteceu no Uruguai, que vem implantando com sucesso um projeto de saneamento básico em larga escala em Montevidéu com o apoio do BID há quase quatro décadas.

A capital uruguaia – cujo 1,3 milhão de habitantes representa quase a metade da população do país – foi a primeira cidade da América do Sul a construir uma extensa rede de esgotos, que agora cobre quase 91% de sua população urbana, comparativamente a 69% na época em que o projeto começou. Graças a esse sistema, atualmente o 60% do esgoto é descartado com segurança por meio de um emissário submarino, que permitiu que Montevidéu limpasse suas praias mais populares, além de reduzir a contaminação dos rios que cortam toda a cidade. Até 2015, 100% do esgoto coletado será tratado e a poluição orgânica da baía de Montevidéu será reduzida em 65% devido à construção de um segundo emissário submarino na parte oeste da cidade.

COMO O URUGUAI TEVE SUCESSO ONDE OUTROS PAÍSES FRACASSARAM?

- Mentalidade de longo prazo: Quando o projeto começou, só centro de Montevidéu e um pequeno número de bairros estavam conectados a um

Montevideo foi a primeira cidade de América do Sul a construir um sistema de saneamento de ampla cobertura que atualmente chega a quase 91% da população

sistema de esgoto antiquado que datava do início do século 20. A maioria dos efluentes não era tratada e suas águas servidas eram jogadas ao longo da costa do Rio da Prata e em praias recreativas populares. As autoridades perceberam que apenas um plano abrangente resolveria o problema, cuja implantação exigiria um grande investimento – de mais de US$ 500 milhões – e que só poderia ser executada durante um longo período de tempo.

- Apoio das partes interessadas: A melhoria das condições de saneamento foi considerada uma prioridade pelos moradores de Montevidéu durante anos. Isso foi fundamental para transformar o projeto em uma prioridade de longo prazo para a cidade, para o departamento responsável pela execução do projeto e para o governo federal, que estava financiando a iniciativa.
- Estabelecendo uma base sólida: A cidade trabalhou em parceria com especialistas nacionais e internacionais para elaborar um plano de desenvolvimento de longo prazo que, por um lado, implementou as bases técnicas do projeto, incorporando as melhores práticas de desenvolvimento urbano e saneamento e que, por outro lado, ajudou os governos futuros a compreenderem o "panorama geral" e a importância da continuidade das obras.
- Demonstrando pelo exemplo e não apenas pelo discurso: O projeto marcou a primeira vez que o BID realizou uma análise custo-benefício abrangente por meio de uma metodologia conhecida como "avaliação contingente", que permite aos beneficiários quantificar em termos monetários os benefícios do projeto que não possuem um valor de mercado – como a redução da poluição em suas praias favoritas. Esta avaliação mostrou, de forma clara e mensurável, o benefício econômico do projeto para os cidadãos de Montevidéu. Ela também foi uma ferramenta fundamental que permitiu às diferentes instâncias governamentais, tanto em nível nacional quanto municipal, validar seus investimentos no projeto e manter seus compromissos.
- Boa governança: Desde o início do projeto, a cidade de Montevidéu tem sido a responsável por sua execução, elaboração e implantação. A cidade criou uma equipe técnica altamente qualificada para gerenciar o projeto. As responsabilidades da equipe, seu objetivo e seus membros mudaram pouco ao longo dos anos, apesar das várias mudanças de governo. Essa continuidade – atualmente a equipe está trabalhando na quarta fase do projeto – ajudou a assegurar que quaisquer alterações no projeto fossem solidamente baseadas em fundamentos técnicos.

Superar os ciclos políticos é uma tarefa difícil para qualquer governo que pretenda deixar um legado tangível e duradouro. O projeto de saneamento de Montevidéu mostra que essa meta é passível se ser alcançada se os responsáveis pelas instâncias decisórias se atreveram a pensar no longo prazo e a estabelecer as bases institucionais e políticas adequadas para garantir que um projeto possa suportar mudanças de governo, diferenças políticas e o teste do tempo. ■

Conceda crédito

COOPERATIVA DE CRÉDITO EQUATORIANA SE ADENTRA NAS ZONAS RURAIS

Ramiro Lopez mal consegue esconder o seu orgulho com a notícia: sua filha caçula, Alicia, passou com distinção no vestibular para estudar bioquímica e farmácia na universidade e se tornar a primeira a ter um diploma universitário nessa família de artesãos na cidade de Chordeleg na província de Azuayo no Equador, onde 60% da população de 1,95 milhões de habitantes vivem com menos de US$100 ao mês.

Esse resultado positivo tem a ver com o esforço, sacrifício e dedicação de Alicia e seus pais. Mas também está relacionado ao fato de que a escola da Alicia, Santa Maria de la Esperanza, ter conseguido obter um empréstimo de US$30,000 para finalmente construir e equipar um moderno laboratório de química, além de um de física e três de computação.

O empréstimo foi concedido por Jardín Azuayo, uma cooperativa de crédito e poupança local, que desenvolveu um negócio que apoia projetos que melhoram as condições de vida nas pequenas cidades e vilarejos na região. Com o financiamento do BID e de um grupo de investidores de impacto, Jardín Azuayo oferece crédito acessível, com prazos de pagamento flexíveis, para projetos de infraestrutura e empreendimentos comerciais de pequeno porte. Esse modelo de negócio está ajudando a promover desenvolvimento em áreas rurais onde os governos têm poucos recursos disponíveis devido a pequena base de arrecadação.

Veja em MapAmericas

Desde 2011, a cooperativa de crédito concedeu cerca de 270 empréstimos, totalizando US$ 9 milhões, para o desenvolvimento de comunidades das províncias de Azuay, Cañar, Loja, El Oro, Guayas, Santa Elena e Morona Santiago. Os tomadores de empréstimos são organizações da sociedade civil, associações comunitárias, pequenos agricultores e microempresários. Os projetos beneficiaram cerca de 260 mil pessoas na região, um terço das quais vivem em condições de extrema pobreza. Mais da metade dos empréstimos foram usados para aumentar a produtividade de pequenos produtores por meio do financiamento da construção de estufas e viveiros, da aquisição de equipamentos agrícolas e de sistemas de irrigação. Outros 30% foram utilizados para custear a infraestrutura comunitária básica, como a pavimentação de estradas, a reforma e a aquisição de equipamentos para escolas de formação profissional e reparos em praças, instalações esportivas e centros comunitários voltados para a promoção das artes e do artesanato local. O restante financiou uma ampla gama de pequenos projetos, incluindo a aquisição de equipamentos médicos e computadores.

A iniciativa também promove a participação das comunidades e das partes interessadas ao levar em conta as contribuições da mão de obra local e por meio de acordos de contrapartida em que as comunidades ou organizações contribuem com recursos adicionais.

Ao melhorar o acesso ao crédito em comunidades pequenas e distantes, a Jardín Azuayo está dando uma mãozinha para os governos locais com problemas de liquidez, pois criou condições favoráveis de longo prazo para estimular as economias locais e melhorar a qualidade de vida daqueles que são mais vulneráveis. ■

CHEFE DE EQUIPE: JOHNNY JIRÓN, JOHNNY@IADB.ORG

ENERGIA SUSTENTÁVEL

LINHAS DE TRANSMISSÃO PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO NORTE GRANDE ARGENTINO

Desde meados de 2000, a Argentina vem levando a cabo uma estratégia histórica e abrangente para promover o desenvolvimento sustentável na região de Norte Grande, uma das áreas mais pobres do país.

O ponto principal da estratégia é o fornecimento de energia elétrica de boa qualidade, de baixo custo e de maneira rápida para aumentar a competitividade das empresas locais e estimular novas atividades econômicas nas nove províncias que compõem a região: Catamarca, Corrientes, Chaco, Formosa, Jujuy, Misiones, Tucumán, Salta e Santiago del Estero.

Para isso, o governo, com o apoio do BID, construiu uma linha de transmissão de energia elétrica de 500 kV (quilovolts) e 1.200 km de extensão além de subestações ligando as regiões Noroeste e Nordeste da Argentina. Mais de 300 km linhas de transmissão regionais e provinciais também foram construídas.

O projeto permitiu que fazendeiros como Pedro Fernández, da província do Chaco, reduzissem o custo do transporte de água para o gado, pois não é mais necessário bombear a água com o auxílio de geradores a diesel. Dessa maneira, eles também reduziram suas emissões de CO_2.

"Isso mudou completamente nossas vidas", disse ele sobre o projeto de energia elétrica. "Nossos custos para bombear a água eram muito altos, mas agora, com a energia elétrica alimentando as nossas bombas, elas podem funcionar dia e noite sem problemas".

O governo teve que liberar a área referente ao direito de passagem (que é o direito de construir e operar uma ferrovia, estrada ou empresa de serviços públicos em terras pertencentes a outro proprietário) para instalar as linhas de transmissão. E para compensar o impacto ambiental do projeto, serão plantados aproximadamente um milhão de árvores nativas. Uma parceria foi desenvolvida com as partes interessadas, que incluem as comunidades locais, as escolas, os municípios, e escolas agrícolas locais para criar e manter viveiros para árvores nativas.

Ao investir em uma infraestrutura essencial aliada a uma estrutura sustentável para neutralizar o impacto dessa obra, a Argentina está proporcionando um impulso fundamental para estimular as condições econômicas e sociais da região de Norte Grande e, ao mesmo tempo, fazendo a sua parte para proteger o meio ambiente do planeta. ■

Veja em MapAmericas

Veja "Um reflorestamento necessário" para aprender sobre os esforços para mitigar o impacto do projeto no meio ambiente no deo.iadb.org

CHEFE DE EQUIPE: ALBERTO LEVY, ALBERTOL@IADB.ORG

UM NOVO PADRÃO

PROJETO HIDRELÉTRICO ATENDE AS NECESSIDADES ENERGÉTICAS E PROTEGE A BIODIVERSIDADE

A demanda por energia elétrica está aumentando mais rapidamente do que nunca, especialmente na América Latina e no Caribe, onde uma classe média emergente está se mudando para casas com todas as conveniências da vida moderna, que vão desde chuveiros elétricos até acesso à internet. Esta crescente demanda está obrigando os países da região a fazerem escolhas difíceis sobre a melhor opção para aumentar a produção de energia sem prejudicar o meio ambiente.

A Costa Rica, por exemplo, está construindo a maior usina hidrelétrica da América Central, no rio Reventazón, que flui a partir do planalto central até o Mar do Caribe. Porém esse é justamente o tipo de projeto que tem o potencial para provocar danos ambientais. Mas, com o apoio do BID, a Costa Rica está adotando medidas sem precedentes para garantir que o projeto protegerá o meio ambiente e mitigará quaisquer efeitos negativos sobre a biodiversidade local.

A usina, capaz de gerar 306 megawatts, será responsável por 10% da capacidade instalada total do país quando entrar em operação, no início de 2016, e fornecerá energia elétrica para suprir cerca de um quinto do aumento esperado na demanda durante a próxima década. Mas o projeto exige a construção de uma barragem de 130 metros de altura e de um reservatório de oito quilômetros de extensão, que inundará um terreno de 6,9 quilômetros quadrados, criando uma barreira parcial para as migrações dos animais através do Subcorredor Biológico de Barbilla Destierro. A região, que é uma colcha de retalhos de pastos, fazendas, plantações de árvores e florestas compõe parte de um território conhecido como o "Corredor da Onça-pintada", um importante caminho que vai do México à Argentina e por onde as onças podem se movimentar livremente – sem serem incomodadas nem caçadas – para buscar presas e parceiros de acasalamento. A usina também bloqueará a capacidade das várias espécies de peixe de migrar ao longo do rio Reventazón, considerando-se a sua localização a jusante em relação a quatro barragens existentes.

Esse é o ponto no qual as salvaguardas ambientais do projeto entram. Para preservar rotas seguras para as onças-pintadas, o Instituto Costarricense de Electricidad (ICE), que é a companhia de energia elétrica do país, está tomando medidas para proteger as áreas ao longo do reservatório e trabalhando em estreita colaboração com as comunidades locais para aumentar a conscientização sobre a preservação da onça-pintada e a importância de restaurar áreas degradadas por meio do plantio de árvores que promovam a biodiversidade e ajudem a atrair presas para os felinos.

O projeto também é o primeiro da América Central a estabelecer uma compensação para os habitats localizados no entorno de rios, o que criará um compromisso de proteção perpétua de um sistema fluvial de fluxo livre, que possui ecossistemas praticamente intactos. No acordo firmado para a realização do projeto, o ICE se comprometeu a proteger as rotas migratórias dos peixes do rio Parismina, que se encontra com o Reventazón na planície costeira, e a não fazer nenhuma alteração artificial no Parismina, incluindo barragens que bloqueiem as migrações. O ICE também se comprometeu a preservar ou restaurar o padrão natural de fluxo e a integridade biológica do rio.

Finalmente, o ICE está trabalhando com os proprietários de terras que ladeiam as bacias hidrográficas de Parismina e Reventazón para reduzir a erosão, a sedimentação e o escoamento de pesticidas para os rios. Há também um projeto em andamento para restaurar a vegetação nas margens do rio Parismina, o que poderá criar habitats adicionais para a onça-pintada e melhorar as condições para que esses animais se desloquem dentro do país.

Com seu Projeto Hidrelétrico do Reventazón, a Costa Rica não está apenas enfrentando suas necessidades energéticas, mas também apresentando uma solução ambiciosa para preservar a biodiversidade local – e, nesse processo, definindo um novo padrão para a proteção de habitats em projetos de infraestrutura de grande escala na região. ■

Saiba mais sobre o Informe de Sustentabilidade

CHEFES DE EQUIPE: CARLOS TRUJILLO, CARLOSTR@IADB.ORG + GIAN FRANCO CARASSALE, GIANFRANCOC@IADB.ORG

A ÚLTIMA FRONTEIRA

GUATEMALA LEVA ELETRICIDADE A COMUNIDADES DISTANTES

Cerca de 300.000 famílias da Guatemala, ou aproximadamente 16% da população do país, não têm acesso à energia elétrica, sendo que muitas delas vivem em áreas extremamente pobres e isoladas, que não estão ligadas à rede elétrica. Em parceria com o BID, o país desenvolveu uma maneira rápida e econômica para levar energia elétrica a essas comunidades ao utilizar uma combinação de geração de energia renovável, transmissão e distribuição tradicional.

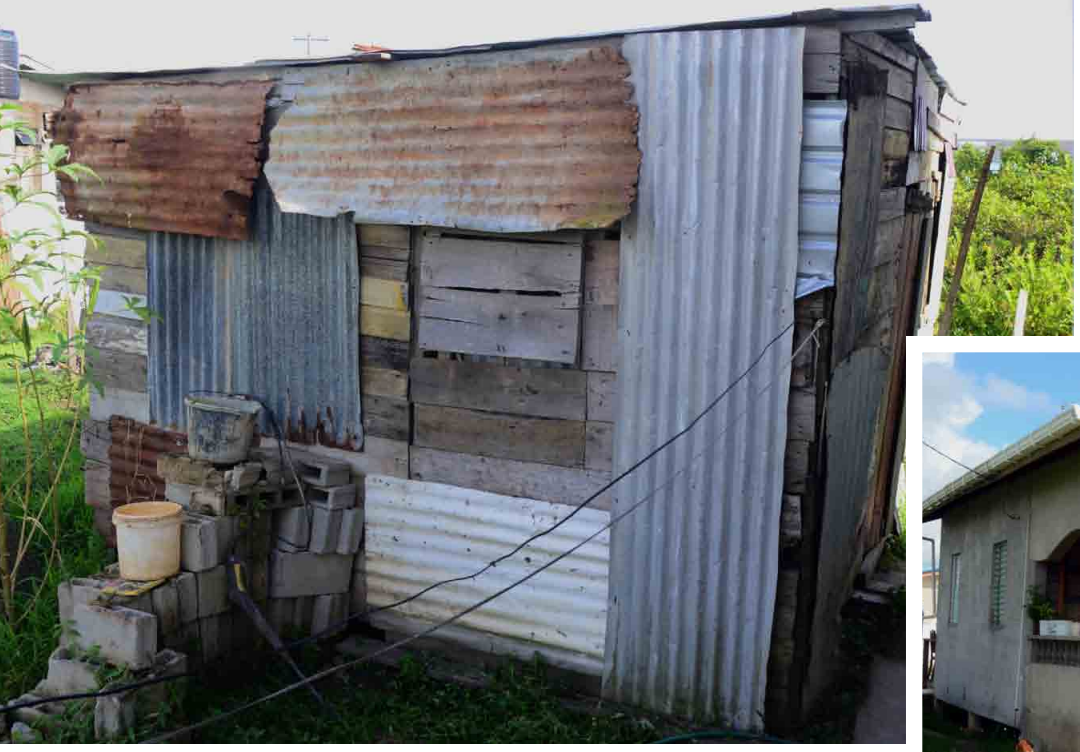
O projeto – que faz parte do Plano Diretor de Eletrificação Rural do país – fornece assistência técnica e financia a construção de sistemas elétricos isolados que utilizam como fonte a energia renovável, tais como micro e pequenas usinas hidrelétricas, eólicas, painéis solares fotovoltaicos, entre outros, que são ambientalmente adequadas e mais acessíveis, uma vez que conectar localidades isoladas à rede de transmissão convencional seria demasiado caro. Além dessas soluções extrarrede para levar energia elétrica à população, o projeto está financiando a construção de aproximadamente 175 quilômetros de linhas de transmissão nas áreas rurais, bem como subestações e conexões com as residências dos usuários.

Desde o final de 2010, 22,133 consumidores que residem em áreas pobres e remotas foram conectados à rede. E esse número crescerá em breve, pois em 2013 teve início a construção dos primeiros projetos de energia renovável extrarrede: um de energia solar fotovoltaica e outro de mini-hidrelétrica.

Com o acesso à energia elétrica, as comunidades rurais reduzem o desmatamento ao diminuir o uso de madeira para realizar suas atividades diárias. Além disso, ter acesso à energia elétrica também reduz o uso de produtos químicos perigosos, tais como o óleo diesel, o querosene e outros hidrocarbonetos, que emitem gases tóxicos.

Ao usar a criatividade para transformar a realidade, a Guatemala encontrou uma maneira de alcançar a última fronteira em termos de eletrificação rural. ■

CHEFE DE EQUIPE: ENRIQUE RODRÍGUEZ FLORES, ENRIQUERO@IADB.ORG



MAIS QUE UM TERRENO

PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR DE GUIANA

Veja "Nova habitação para Guiana" no deo.iadb.org

Melhorar a qualidade de vida das pessoas nem sempre é tão simples quanto pode parecer. Compreender circunstâncias específicas e implantar programas que respondam às necessidades reais da população exige uma visão ampla da situação.

Tomemos o caso de Leoni Hinds, uma viúva de 41 anos de idade que é mãe solteira de três filhos e vive em Georgetown, na Guiana. Ela morava na casa de seu irmão, mas uma briga familiar em 2010 obrigou-a a deixar a residência. Incapaz de alugar ou de comprar uma casa com seus parcos rendimentos de US$ 240 por mês, ela conseguiu construir um barraco em um terreno localizado na periferia de Georgetown, cedido pelo governo por meio de um programa habitacional apoiado pelo BID.

Veja em MapAmericas

Mesmo assim, a situação de Leoni continuou dificílima – construído com materiais descartados, sua precária residência não tinha banheiro, nem água potável ou eletricidade. Muitos dos pertences da família ficavam espalhados do lado de fora do barraco, pois não havia lugar para colocá-los dentro da moradia.

Para alguém tão pobre quanto Leoni Hinds, um pedaço de terra não foi suficiente para tirá-la da pobreza extrema.

A vida de Leoni começou a mudar em 2010, quando a Guiana implementou, também com o apoio do BID, um projeto extremamente necessário para reformar unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda. Na Guiana, há um déficit habitacional de 19.400 residências para famílias que ganham menos de US$ 300 por mês, que perfazem 26% de todas as famílias de baixa renda do país.

O novo programa proporciona infraestrutura básica a unidades habitacionais e loteamentos irregulares novos ou existentes para pessoas de baixa renda, bem como financiamentos e assistência técnica para que os moradores pobres possam construir suas próprias casas em lo-

CHEFE DE EQUIPE: OPHELIE CHEVALIER, OPHELIEC@IADB.ORG

O PROJETO EM NÚMEROS

6.054 lotes atendidos por drenagem eficaz, abastecimento de água e conexões elétricas

123 casas de um cômodo construídas

122 subsídios habitacionais adicionais implementados

1.060 títulos de propriedade transferidos aos beneficiários nas zonas de intervenção do projeto

973 lotes de loteamentos irregulares selecionados sofreram intervenções, incluindo a pavimentação de ruas de acesso e a instalação de sistemas de drenagem, fossas sépticas e abastecimento de água

Página anterior, da esquerda à direita: casa da Leoni Hind antes de participar do programa. A modelo de casa básico com aceso a serviços básicos e finalmente a nova casa reformada.

cais bem-atendidos por serviços básicos. Para os cidadãos mais pobres e vulneráveis, como Leoni Hinds, o programa fornece uma casa subsidiada de um cômodo, erguida com madeira e concreto e equipada com uma fossa séptica, um banheiro e uma pia multiuso, tudo construído em locais com acesso a saneamento básico, energia elétrica e transporte público.

Para oferecer essa gama de serviços em um único programa, a Guiana teve que coordenar o trabalho de várias agências responsáveis por várias áreas da administração pública, como as de saneamento básico, habitação e transportes. Proporcionar a famílias pobres acesso a serviços abrangentes não é fácil, mas a Guiana está fazendo isso: o programa já forneceu drenagem eficaz, água e ligações elétricas a mais de 6.000 lotes de terra, e alcançou uma série de outras metas. O programa também está implementando três projetos-piloto para compreender melhor que esquemas de financiamento para a construção de casas pelos próprios moradores são os mais adequados para melhorar as condições habitacionais das comunidades pobres de diferentes regiões do país.

Com sua casa de um cômodo e seu terreno atendido pelos serviços básicos fornecidos pelo programa, os bens de Leoni agora valem mais de US$ 10.000. Ela conseguiu usar esses bens para garantir um empréstimo no valor de US$ 8.000 de uma instituição financeira. Com o dinheiro, ela comprou tijolos e argamassa e construiu três novos cômodos para sua casa, mais do que dobrando o tamanho inicial de sua residência. Mesmo com sua renda modesta, Leoni será capaz de pagar o empréstimo em 12 anos, o que significa que ela está quitando um crédito imobiliário acessível e que mantém sua família em uma casa decente. Ela se mudou para a sua nova casa em 2011.

"Agora eu vivo com muito mais conforto", disse Hinds. "Meus filhos estão felizes. Quando você vive com outras pessoas, acontece todo o tipo de problema. Meus filhos não podiam se sentar nas cadeiras dos donos da casa, entre outras coisas. Agora nós temos a nossa própria casa. Temos as nossas próprias cadeiras e temos espaço suficiente". ■

Conheça mais sobre o tema habitacional com o estudo do BID.

HABITAÇÃO PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS

Pela primeira vez na história, o governo da Guiana está implementando um projeto na zona rural para testar um novo esquema destinado a melhorar o sistema de habitação das comunidades indígenas, parcela da população local que sofre com altas as taxas de desemprego e a pobreza.

De acordo com um estudo realizado pelo BID em 2009 com 321 famílias de oito comunidades indígenas, metade das residências não tinham acesso a uma fonte estável de renda e 74% viviam em habitações inadequadas e superlotadas, muitas vezes sem acesso a serviços básicos de água e saneamento básico.

A maioria das famílias indígenas não consegue sequer arcar com as prestações de casas altamente subsidiadas. Por isso, o projeto desenvolveu um esquema por meio do qual os beneficiários quitam as reformas ou a construção de novas casas com seu próprio trabalho. Por esse sistema, as famílias ajudam a construir suas casas junto com outras pessoas contratadas em sua própria comunidade.

Esta solução, que está sendo testada nas regiões 1 e 9 da Guiana, está criando postos de trabalho locais e ajudando a preservar os conhecimentos tradicionais na área da construção civil, além de promover o uso de materiais de construção encontrados localmente, que são abundantes e mais acessíveis. Até agora, 194 famílias foram beneficiadas pelo projeto-piloto. O que antes eram cabanas com teto de palha e sem paredes, foram substituídas por casas equipadas com banheiros e um sistema de aproveitamento de água da chuva que fornece água potável para as famílias.

Esse é apenas o começo, mas para os mais pobres entre os pobres, tais programas-piloto podem trazer esperança de que eles poderão atender suas necessidades básicas e, assim, ter uma vida melhor.

Pitorescas, mas DESAFIADORAS

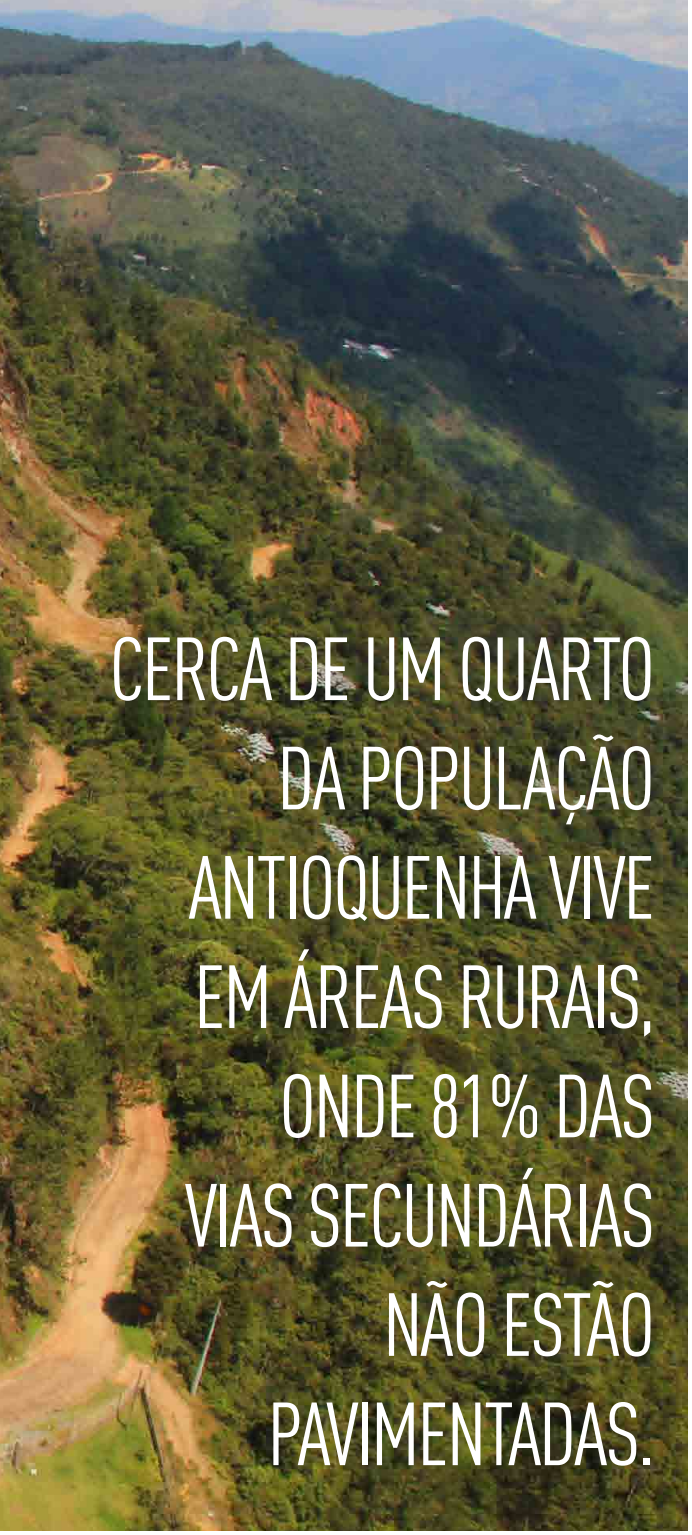
Estradas rurais de Antioquia

Veja em MapAmericas

As estradas que serpenteiam pelos vales e montanhas do departamento de Antioquia, no centro da região noroeste da Colômbia, oferecem vistas espetaculares da Cordilheira dos Andes. Mas elas também representam um desafio de transporte para comunidades rurais isoladas que precisam da rede rodoviária para ter acesso a mercados e serviços sociais.

Quase um quarto da população total de Antioquia vive na área rural dessa região montanhosa, mas apenas 19% das estradas vicinais que conectam os municípios locais a outras cidades e à rede rodoviária principal são pavimentadas. Praticamente nenhuma das estradas secundárias de menor porte é pavimentada, e essas vias constituem cerca de dois terços da rede rodoviária de

CHEFE DE EQUIPE: SERGIO LUIS DEAMBROSI, SERGIOLD@IADB.ORG



CERCA DE UM QUARTO DA POPULAÇÃO ANTIOQUENHA VIVE EM ÁREAS RURAIS, ONDE 81% DAS VIAS SECUNDÁRIAS NÃO ESTÃO PAVIMENTADAS.

O PROJETO EM NÚMEROS

611 km de estradas foram reformados

98 pequenas pontes foram construídas ou recuperadas, beneficiando 58 comunidades

3 sistemas de teleféricos rurais foram construídos nos municípios de Nariño, San Andrés de Cuerquía e Yarumal

58 municípios foram conectados à rede rodoviária, melhorando sua acessibilidade à capital

46% a população de dos municípios foi beneficiada

Antioquia e ligam os municípios a seus bairros ou conectam os bairros entre si.

O governo federal e o governo de Antioquia mantêm uma parceria com o BID desde 2007 para melhorar e reformar as estradas do estado. Além de manter estradas, o projeto também construiu ou reparou pequenas pontes para encurtar distâncias e reduzir o tempo de viagem, além de implantar teleféricos em comunidades onde topografia acidentada torna a construção de estradas cara demais. O foco atual está na reforma das estradas, sendo que mais de 600 quilômetros de rodovias já foram reabilitados. No total, os residentes de 58 dos 125 municípios de Antioquia já se beneficiaram com o projeto até o momento.

MANUTENÇÃO DE LONGO PRAZO

O projeto realizado em Antioquia incorporou importantes lições de projetos rodoviários anteriores que o BID financiou em outros países andinos, especialmente de projetos relacionados à manutenção de longo prazo das estradas e a sua sustentabilidade econômica. Para as estradas vicinais que representam uma ligação fundamental entre as comunidades rurais e cidades próximas, o departamento irá prestar assistência técnica e ajudar a financiar as obras públicas, mas os municípios e comunidades locais assumirão a responsabilidade conjunta por sua manutenção. Esse processo integra a participação das comunidades no arranjo institucional para a manutenção dessas rodovias no longuíssimo prazo.

Antioquia também está trabalhando com as comunidades locais para melhorar as unidades habitacionais localizadas ao longo dessas estradas e realizar campanhas de educação ambiental para incentivar o plantio de árvores e outras atividades destinadas a proteger o meio ambiente.

As fortes chuvas de 2010 danificaram várias das principais estradas do departamento e, como resultado, alguns recursos do projeto, que tinham sido inicialmente alocados para atividades de manutenção, tiveram que ser desviados para reparar pontes e estradas vicinais. Tais ajustes, no entanto, não devem afetar o principal objetivo do projeto, que é o de melhorar a situação do transporte para as comunidades rurais remotas de Antioquia. ■

onde o sol brilha

GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR NO DESERTO CHILENO

O deserto do Atacama é uma das regiões mais secas do planeta, com uma cobertura de nuvens mínima e altos níveis de radiação solar, fatores que o transformaram no lugar ideal para o Chile obter energia solar.

Para ajudar o país a explorar esse potencial, o BID e o Fundo do Clima Canadense para o Setor Privado das Américas estão fornecendo financiamentos de longo prazo para construir as primeiras usinas de energia solar em larga escala no país. Os recursos serão empregados na construção de duas usinas solares fotovoltaicas com uma capacidade combinada de produção de 26,5 megawatts nos momentos de pico.

O investimento, aprovado no primeiro trimestre de 2013, representa o maior passo dado até agora para ajudar o Chile a utilizar a energia solar para diversificar sua matriz energética e suprir a demanda crescente por energia, que pode crescer até 7% anualmente até 2020. O investimento ajudará o Chile a avançar nos seus planos de dobrar sua capacidade de produção energética renovável na próxima década. Esse aspecto é crítico nesse país cuja matriz energética depende em 75% dos combustíveis fósseis.

As usinas, que serão batizadas de Pozo Almonte e serão construídas pela Solarpack Corporación Tecnológica, fornecerão energia para duas das maiores empresas de mineração do Chile. A energia limpa gerada pelas usinas vai impedir a liberação de cerca de 56.000 toneladas de dióxido de carbono todos os anos.

O financiamento concedido pelo BID e pelo Fundo do Clima Canadense tem sido a chave para superar um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da energia solar no Chile: a falta de crédito de longo prazo. Diferentemente da maioria dos projetos de energia solar observados no restante do mundo, essas usinas não receberão subsídios do governo em relação a tarifas de abastecimento ou incentivos fiscais.

Espera-se que o acordo de financiamento mostre a outros investidores potenciais como aproveitar de maneira viável a energia solar do Chile. O potencial é impressionante: se apenas 10% do Atacama fosse usado para produzir eletricidade por meio de usinas de energia fotovoltaica, o deserto geraria 601.600 terawatts-hora (TWh) de energia elétrica ao longo de um século. Por outro lado, se todo o petróleo dos desertos da Arábia Saudita fosse queimado, esse volume geraria 177.143 TWh, com base em modelos de eficiência comparáveis. Trocando em miúdos: as usinas de energia solar do Deserto do Atacama têm o potencial de produzir mais energia elétrica do que praticamente qualquer outro lugar do planeta.

Para a indústria mineira, o desenvolvimento de plantas solares no norte do Chile poderá ajudar a aliviar as preocupações em relação às atividades dessa indústria no meio ambiente, o que poderá facilitar sua futura expansão. Isso poderá beneficiar de sobremaneira a economia chilena já que essa indústria é responsável por 19% do Produto Interno Bruto do país e 18% da eletricidade consumida.

Veja "O sol sobre Atacama" no deo.iadb.org

Ao utilizar uma fonte de energia que é limpa e abundante para reduzir a brecha entre a oferta e a demanda, as perspectivas econômicas do Chile parecem ser mais brilhantes do que nunca. ■

ENERGIA POTENCIAL : DESERTO DO ATACAMA CONTRA A ARÁBIA SAUDITA

Deserto do Atacama :

Se que apenas 10% do território do deserto do Atacama fosse utilizado para produzir energia elétrica por meio de usinas de energia fotovoltaica, esse espaço geraria 601.600 TWh em um período de 100 anos.

Arábia Saudita :

Reservas comprovadas : 268 bilhões de barris do equivalente de petróleo. Se todo esse petróleo fosse queimado, ele geraria 177.143 TWh de energia elétrica, supondo uma taxa de eficiência de 39% na conversão de energia térmica em energia elétrica.

Hipóteses: a irradiação diária global equivale à irradiação da usina de Pozo Almonte, uma planta de rastreamento PV de dois eixos com 80% de eficiência da usina e 18,7 % de eficiência do módulo.

CHEFE DE EQUIPE: ELIZABETH ROBBERECHTS, ELIZABETHE@IADB.ORG

ABRINDO CAMINHO

COSTA RICA REFORMA ESTRADAS PARA MELHORAR SUA COMPETITIVIDADE

A Costa Rica tem um dos sistemas rodoviários mais movimentados da América Latina. No entanto, as condições de muitas estradas do país se deterioraram ao longo dos anos devido à manutenção insuficiente. De acordo com dados do governo costarriquenho, somente 35% dos 7.906 km de rodovias administradas pelo governo central e 13% dos 34.524 km de estradas rurais geridas pelos municípios estão em bom estado de conservação.

O transporte deficiente, considerando seu potencial impacto sobre a produção, o comércio e o turismo, tornou-se uma ameaça real para o futuro econômico da Costa Rica. Para resolver esse problema, o BID vem trabalhando em parceria com o país desde 2008 em um projeto abrangente que tem como objetivo melhorar a infraestrutura local de transportes. Uma linha de crédito no valor de US$ 850 milhões, o maior montante aprovado para a Costa Rica na história do BID, está financiando investimentos em uma ampla gama de setores de transporte supervisionados pelo Ministério de Obras Públicas e do Transporte, incluindo investimentos realizados em parceria com governos municipais para a realização de obras nas zonas rurais.

O primeiro empréstimo aprovado no âmbito da linha dessa crédito está sendo usado para melhorar a malha rodoviária do país, o que inclui a reforma e a ampliação de 51 km da rodovia que liga Cañas a Liberia, incluindo 18 pontes e três viadutos, que atualmente é o maior projeto rodoviário em curso no país.

Um segundo empréstimo está financiando a reconstrução e reforma de cerca de 282 km de rodovias secundárias e terciárias, bem como a construção de quase 900 metros de pontes. Um terceiro empréstimo foi aprovado em 2013 para continuar financiando investimentos na rede primária de rodovias.

A implementação das melhorias proporcionadas pelo primeiro empréstimo começou de maneira lenta devido à falta de recursos humanos com experiência no planejamento e administração de grandes projetos de infraestrutura no departamento responsável pela execução do projeto e a atrasos nos processos de compra. Mas, apesar desses problemas iniciais, as obras já estão sendo realizadas a um ritmo constante e o projeto já começou a dar resultados: cerca de 41% da rodovia Cañas-Liberia foram pavimentados e oito pontes de rodovias nacionais foram reformadas.

A Costa Rica precisa de um sistema viário moderno e eficiente para manter sua vantagem competitiva e estimular seu crescimento. Ao transformar a infraestrutura dos transportes em uma prioridade de investimento, o país está avançando para enfrentar um dos seus desafios econômicos e sociais mais importantes. ■

Veja em MapAmericas

CHEFE DE EQUIPE: EDGAR ZAMORA, EDGARZ@IADB.ORG

ENERGIA PARA CRESCER

EMPRESA EQUATORIANA DE JEANS INVESTE EM FONTES RENOVÁVEIS

O acesso a fontes confiáveis e sustentáveis de energia é vital para qualquer fabricante que esteja tentando competir em um mundo global. Para a Vicunha Ecuador S.A., uma das mais antigas fabricantes de produtos têxteis do Equador, isso significou investir em energia renovável para respaldar seu plano de expansão.

Com o financiamento e a assistência técnica fornecidos pelo BID em 2007, a fabricante de jeans adquiriu uma nova turbina para sua usina hidrelétrica de passagem (ou a fio d'água) de pequeno porte, localizada no Rio Guayllabamba. As usinas de passagem utilizam a força da água que flui livremente por um rio ou córrego para produzir energia e retornam essa água ao rio mais abaixo sem que haja a necessidade de grandes reservatórios, o que minimiza o seu impacto ambiental. Hoje, a usina fornece 88% da energia elétrica da empresa, o que resultou em uma redução de 12.920 toneladas por ano de emissões de carbono.

O empréstimo do BID também foi utilizado para a implantação de novas linhas de produção de jeans, além da modernização das fábricas de fiação e de outros equipamentos, da compra de novas máquinas de tecelagem e da melhoraria das ligações com a concessionária de energia elétrica. Essas modernizações levaram a um aumento de 60% na produção e à criação de 168 postos de trabalho, bem mais do que os 120 inicialmente previstos pelo projeto.

Os investimentos também permitiram que a empresa, que existe há 90 anos e anteriormente era conhecida como La Internacional, melhorasse sua eficiência energética, reduzindo o consumo de eletricidade, aumentando a produção de energia limpa para atender ao crescimento de sua capacidade produtiva e melhorando seu acesso a mercados mais sofisticados por meio de um melhor controle de qualidade.

Os resultados desses esforços têm sido rentáveis: no período de um ano após o empréstimo do BID ter sido integralmente desembolsado, em 2011, a Vicunha Ecuador S.A. havia expandido suas exportações para a região andina, seu principal mercado de exportação, e aumentado sua participação nos mercados de destino em 48%.

A empresa está tentando aumentar ainda mais sua economia no uso de energia como resultado da realização de uma auditoria energética de seu consumo, que fazia parte do pacote de financiamento e assistência técnica fornecida pelo BID. A auditoria revelou que pequenos ajustes, como a atualização de caldeiras a vapor, das bombas, do sistema de ar comprimido, da iluminação e dos motores para o transporte de materiais, podem permitir que a empresa reduza seu consumo de energia e diminua suas emissões ainda mais.

"Nós obtivemos informações extremamente valiosas da auditoria de eficiência energética", disse Eduardo Veintimilla, diretor industrial da empresa. "Há uma série de recomendações, incluindo algumas questões que nós nunca nem havíamos percebido que eram muito importantes para o futuro de nossa empresa".

Com os ganhos de produção e o aumento das exportações – além do poder para expandir seus negócios –, o futuro da Vicunha Ecuador S.A. parece realmente brilhante. ■

CHEFE DE EQUIPE: EDSON MORI, EDSONM@IADB.ORG

Feito à medida

FUNDO DE INVESTIMENTO APOIA A CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Os investimentos em infraestrutura na América Central equivalem, em média, a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da região, apenas metade do que seria considerado ideal para ajudar essas nações a aumentar sua competitividade.

Para ajudar a reduzir essa lacuna, o BID e outras instituições de fomento ao desenvolvimento criaram, em 2006, o primeiro Central American Mezzanine Infrastructure Fund (CAMIF), destinado a financiar projetos de infraestrutura para empresas de médio porte da sub-região e originárias da Colômbia e do México. O fundo, que totaliza US$ 150 milhões em recursos e conta com um investimento de US$ 60 milhões do BID, visa ajudar as empresas a superar dois grandes obstáculos: em primeiro lugar, os investidores privados muitas vezes ignoram os mercados de pequeno porte devido ao menor tamanho dos projetos de infraestrutura disponíveis e, em segundo lugar, os financiamentos de longo prazo são escassos para pequenas e médias empresas.

CAMIF oferece o que é chamado de "crédito mezzanine", um instrumento financeiro que combina características de dívida mobiliária e de participação acionária e que se frequentemente utiliza para financiar projetos de infraestrutura de longo prazo. Desde a sua criação, este fundo tem trabalhado com empresas de porte médio de infraestrutura e de propriedade familiar que compartilham o objetivo comum de vincular suas receitas financeiras de longo prazo a benefícios sociais e ambientais para suas comunidades. Equipes de administração de fundos trabalham lado a lado com essas empresas para transferir conhecimento sobre as boas práticas de negócios, as práticas ambientais e sociais que vão além das regulamentações mínimas exigidas localmente e sobre o aumento do nível de emprego e da capacitação para as comunidades locais.

Os investimentos criaram empresas fortes e rentáveis, que incorporaram benefícios socioeconômicos e ambientais a seu modelo de negócios. Até o momento, o fundo financiou oito projetos em cinco países – Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Honduras e México –, cujos focos eram a energia renovável, os transportes, as telecomunicações e os recursos naturais.

Um dos investimentos apoiou a aquisição de uma participação acionária em uma usina hidrelétrica de passagem (ou seja, usina na qual o fluxo natural do rio foi utilizado para gerar energia) de 45 megawatts no rio Las Vacas, onde se despeja todo o esgoto e a água não tratada da Cidade da Guatemala. A fim de operacionalizar o funcionamento da planta, a empresa que opera a usina hidrelétrica contratou e treinou a equipe local para fazer a remoção e a reciclagem sistemática de materiais plásticos encontrados no rio, o que está ajudando a reduzir os resíduos sólidos no local. A usina está contribuindo para a redução de 90.000 toneladas em emissões de carbono por ano.

Outro investimento do fundo apoia a expansão da ProPalma, uma produtora de óleo de palma localizada no Estado de Chiapas, no México. A empresa obtém a maior parte de sua matéria-prima de dois mil pequenos agricultores e lhes fornece assistência técnica para ajudar a maximizar a produção. Depois do investimento do fundo, a ProPalma ingressou na Mesa Redonda para o Óleo de Palma Sustentável, uma associação setorial que está trabalhando em um padrão internacional de sustentabilidade que deverá se tornar norma mundial para toda a cadeia de valor do óleo de palma.

Considerando-se a elevada demanda por investimentos, o BID aprovou um empréstimo de US$ 100 milhões para a segunda fase do CAMIF, em 2013. O fundo, que continuará a contar com a participação de outras instituições de fomento ao desenvolvimento, tem como objetivo alcançar os US$ 250 milhões em recursos e também deverá financiar projetos de infraestrutura no Caribe. ■

CHEFE DE EQUIPE: FRANCISCO ROIG, FRANCISCOR@IADB.ORG

a união faz a força

Como integrar comunidades marginais à vida urbana

Assim como a maioria das capitais latino-americanas, Tegucigalpa, em Honduras, vem crescendo nos últimos anos principalmente devido à expansão de assentamentos urbanos informais. Hoje, esta estimado que 64% da população da cidade vivem em barrios marginales, que não possuem vias devidamente planejadas, nem drenagem ou escolas, postos de saúde e espaços públicos. Além disso, muitas dessas áreas marginais são dominadas pelo crime e sofrem com a violência das gangues. A organização comunitária é fraca e há pouca ou nenhuma presença policial.

Um projeto-piloto de modernização dos bairros da capital hondurenha, implantado no âmbito de um programa de habitação social e financiado pelo BID, tem demonstrado que esses problemas podem ser superados. Ao promover o engajamento com as comunidades marginais, o programa conseguiu melhorar as condições de vida dos cidadãos mais necessitados. O projeto financiou investimentos na pavimentação de ruas e em iluminação, drenagem, sistema de esgoto, conexões de água, creches, escolas e instalações esportivas de Villa Franca e Villa Cristina, dois dos bairros mais pobres de Tegucigalpa.

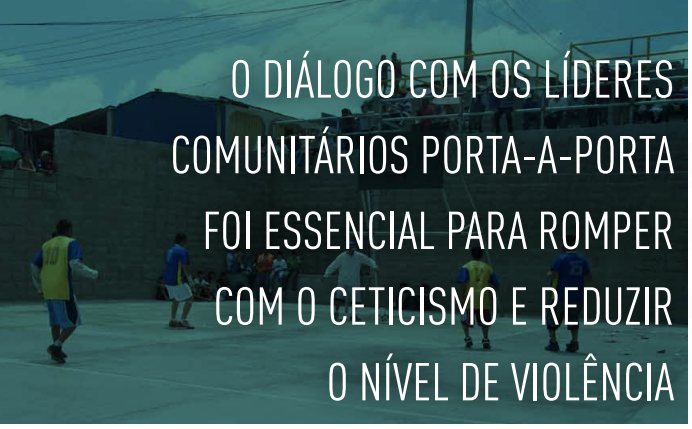
Um dos principais obstáculos à implantação do projeto foi a escalada da violência em ambos os bairros, devido a guerras de gangues que impediram que os prestadores de serviços entrassem nas comunidades (assista ao vídeo). Os responsáveis pelo projeto também tiveram que superar o ceticismo das comunidades em relação à iniciativa, gerado pelos esforços fracassados para resolver os problemas sociais no passado.

A chave para superar os problemas foi o envolvimento da comunidade. O órgão responsável pela execução do projeto – o Fundo de Investimento Social de Honduras – iniciou um diálogo com os líderes comunitários e, em seguida, levou a cabo uma campanha de sensibilização porta-a-porta a fim de incentivar a entrada e a participação da comunidade na iniciativa. Mais de 250 sessões de capacitação sobre temas que vão desde a organização da comunidade e a governança voltada à resolução de conflitos até habilidades profissionais e para a vida proporcionaram um forte incentivo para

Obras em Villa Cristina e Villa Franca em Tegucigalpa

Veja em MapAmericas

CHEFE DE EQUIPE: BELINDA PEREZ, BELINDAP@IADB.ORG



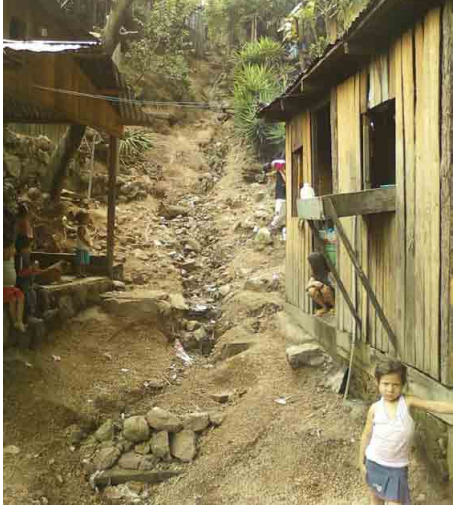
O DIÁLOGO COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS PORTA-A-PORTA FOI ESSENCIAL PARA ROMPER COM O CETICISMO E REDUZIR O NÍVEL DE VIOLÊNCIA

que os membros das comunidades acabassem com as guerras territoriais e colaborassem com o projeto. Esses cursos, voltados a jovens e mulheres, também capacitaram membros das comunidades para trabalhar na construtora envolvida no projeto. Além disso, para garantir a transparência e a prestação de contas, os líderes comunitários receberam treinamento sobre processo de seleção para que eles mesmos contratassem a empresa de construção.

As obras de construção relacionadas ao projeto, concluídas em 2013, incluíram a pavimentação de 5 km de ruas e a construção de 16 km de sistemas de drenagem. Quase 2.000 domicílios foram conectados à rede de esgoto e outros 242 receberam ligações à rede de água (consultar foto blog).

O projeto também ajudou muitos dos cerca de 10 mil moradores de Villa Franca e de Villa Cristina a se sentirem parte de uma comunidade e a sentirem que suas famílias foram fortalecidas – percepções que podem ser cruciais para o combate à violência. As pessoas entrevistadas por uma pesquisa realizada nas comunidades disseram que os cursos de capacitação e a participação no projeto de modernização local as ajudaram a melhorar a liderança e a coesão das comunidades. Os jovens e as mulheres entrevistados também relataram que a capacitação profissional e o desenvolvimento de habilidades para a vida não apenas auxiliaram os participantes da iniciativa a iniciar seus próprios negócios, mas também proporcionaram uma melhoraria das relações entre os membros das famílias e os vizinhos.

Não há uma solução fácil para os graves problemas das comunidades marginais de Tegucigalpa ou de qualquer outro lugar na América Latina. Mas o projeto-piloto de Honduras está demonstrando que fazer os membros das comunidades se envolverem na resolução de seus próprios problemas pode ser um primeiro e importante passo no sentido de tornar as comunidades marginais mais seguras e prósperas. ■



Veja "Colônias de oportunidade" para conhecer os esforços para reduzir a violência em uma comunidade beneficiada pelo projeto no iadb.deo.org

Veja o blog de fotografias no deo.iadb.org

SUBSÍDIOS HABITACIONAIS E ACESSO AO CRÉDITO IMOBILIÁRIO

O programa de habitação social apoiado pelo BID em Honduras também forneceu subsídios para 7.429 famílias de baixa renda de todo o país para ajudá-las a adquirir sua casa própria ou para que elas financiassem melhoras em suas atuais casas. Uma avaliação mostrou que o programa atingiu o número-alvo de beneficiários e que os investimentos aumentaram o valor das suas residências. O impacto do projeto foi reforçado por organizações não-governamentais, que ofereceram financiamento adicional e assistência técnica para as famílias que recebem os subsídios.

No entanto, houve apenas um impacto limitado na melhoria do acesso ao crédito imobiliário, que era outro objetivo do projeto. Apenas 19% dos subsídios alavancaram financiamentos adicionais fornecidos por uma instituição financeira privada. Uma possível explicação para esse cenário pode ser o fato de o programa ter como alvo as famílias mais vulneráveis, cujos rendimentos estavam abaixo do limiar necessário para que elas se qualificassem para receber os empréstimos imobiliários oferecidos atualmente no mercado. Isso destaca a necessidade da implantação de programas de habitação social que desenvolvam melhores maneiras de envolver os intermediários financeiros no lançamento de financiamentos imobiliários acessíveis.

Crianças em Port-au-Prince, Haiti.

INSTITUIÇÕES PARA O CRESCÍMENTO E O BEM-ESTAR SOCIAL

FAZENDO A DIFERENÇA 5

UMA NOVA EXPERIÊNCIA PARA ROMPER O CÍRCULO VICIOSO DA VIOLÊNCIA NA JAMAICA

Conheça o trabalho em Parede Gardens no deo.iadb.org

A líder comunitária Denise Johnson (de pé) participa de um grupo de voluntários que trabalham junto com o governo para lutar contra a violência em Parade Gardens, no centro de Kingston.

Em Parade Gardens, um bairro pobre localizado no centro de Kingston, várias esquinas têm nome e sobrenome – pois costumam pertencer a jovens armados dispostos a proteger seus territórios, independentemente do preço a ser pago por isso.

Geralmente, esses jovens são criados por mães solteiras pobres, vivem em casas superlotadas e, em muitos casos, sofreram abusos físicos e psicológicos quando crianças. Muitos usam drogas com frequência (a maconha é a droga mais consumida), têm filhos ainda na adolescência e abandonam a escola para trabalhar para as gangues locais, grupos nos quais eles recebem o dinheiro e o reconhecimento que almejam. Eles também são os principais autores e vítimas de crimes violentos na Jamaica.

Esse é o modo de vida de muitos jovens que residem em comunidades urbanas espalhadas por toda a Jamaica. Diante desse cenário, a Jamaica, com o apoio do BID, vem realizando um programa de segurança cidadã há mais de uma década em 15 comunidades da zona metropolitana de Kingston para romper esse círculo vicioso de crime e violência que aprisiona tantos homens e mulheres jovens.

Um componente-chave do programa tem sido a oferta de um pacote de serviços de prevenção contra a violência voltados a crianças, adolescentes e jovens adultos. Esses serviços – fornecidos por meio de organizações não-governamentais que já atuam nas comunidades – incluem capacitação para a resolução de conflitos, orientação de mentores, treinamento das habilidades relacionadas ao trabalho e à vida, ensino supletivo, programas para pais e prevenção e tratamento relacionados ao abuso de drogas.

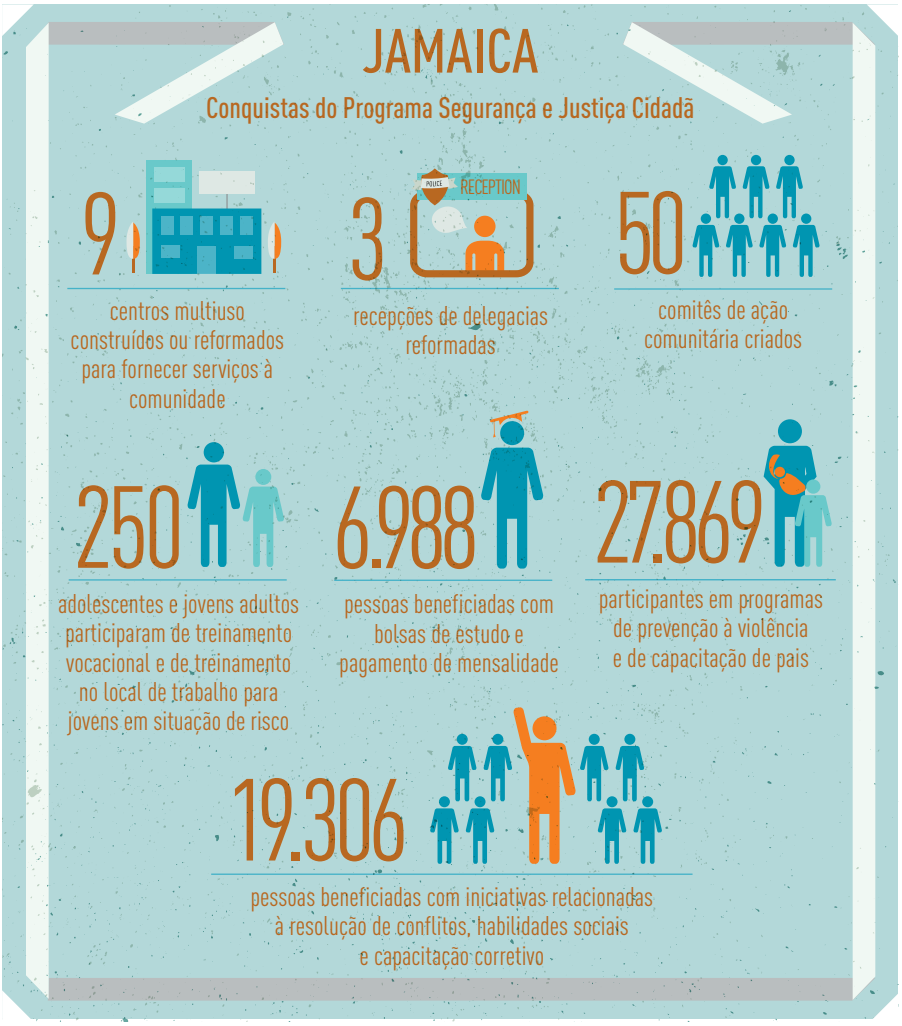
EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO

Para alcançar esses jovens, o projeto teve que superar um grande obstáculo: a falta de confiança na iniciativa demonstrada pelas comunidades por causa de iniciativas passadas que fracassaram. Para superar esse problema, a Jamaica decidiu transformar as comunidades em suas principais parceiras. O projeto começou por con-

tatar os líderes locais de diferentes facções políticas para que não ficasse a impressão de que o programa tinha a intenção de beneficiar algum grupo em especial. Membros das comunidades foram contratados para entrar em contato direto com os coordenadores do projeto, indivíduos e a comunidade em si para escolherem os serviços de que mais necessitavam. Os líderes locais foram incentivados a se transformar em defensores desses programas. Esses representantes comunitários ajudaram a recrutar jovens vulneráveis para os programas de capacitação.

Para melhorar os canais de comunicação, o programa também ajudou as comunidades a criar um sistema formal de governança por meio de Comitês de Ação Comunitária, cujo papel é elaborar planos de desenvolvimento e de segurança pública que atendam às necessidades da população local, e resolver uma quantidade variada de problemas, desde coleta do lixo e obras de saneamento até reformas de casas para os idosos.

Esse plano de ação tornou as comunidades mais autoconfiantes e autossuficientes, o que facilitou muito a implementação do projeto e a prestação de serviços para os grupos-alvo, de acordo com um relatório de 2013 produzido pelo Departamento de Avaliação e Supervisão do BID. Em Parade Gardens, por exemplo, onde os problemas com gangues de jovens constituíam o foco principal da ação, uma intervenção do programa obrigou facções rivais a se sentar e negociar o fim de uma disputa por territórios. A comunidade também criou uma organização não-governamental com o fim de arrecadar



fundos para financiar seus próprios projetos de desenvolvimento.

O relatório do BID observou que a contratação de ONGs para prestar serviços também contribuiu para uma melhor implementação do programa, pois esses grupos já possuíam profissionais capacitados em protocolos de intervenção. Dessa forma, o programa foi capaz de oferecer um acompanhamento rápido e personalizado aos beneficiários. De acordo com um estudo publicado pelo BID sobre o programa, intitulado Life Stories of At-Risk Youth in Jamaica (Histórias de Vida de Jovens em Situação de Risco na Jamaica, em tradução livre), não é incomum que os jovens envolvidos na iniciativa descrevam a equipe do programa como membros de sua família, a quem eles não gostariam de decepcionar.

IMPACTO

Dados sobre a criminalidade coletados para as comunidades participantes da iniciativa mostram que o número de homicídios e crimes violentos diminuiu mais de 60% entre 2002 e 2008, quando a primeira fase do programa de segurança cidadã foi concluída. No entanto, outra avaliação realizada pelo BID em 2010 disparou um alarme que indicou que esse resultado não poderia necessariamente ser atribuído ao projeto devido ao pequeno tamanho das amostras e aos dados limitados coletados. A avaliação também detectou os efeitos limitados

do programa sobre a violência doméstica e as taxas de abandono escolar, sugerindo que alguns problemas são graves demais e estão profundamente enraizados para poderem ser superados num primeiro passo – até mesmo para os beneficiários do programa. Por outro lado, a mesma avaliação mostrou que o programa ajudou a aumentar a boa vontade das comunidades beneficiadas em delatar crimes.

A Jamaica começou a implementar a segunda fase do programa em 2009, também com o apoio do BID. Nessa fase, o governo jamaicano está expandindo os serviços de prevenção ao crime – que atualmente estão sendo implantados por organizações comunitárias – e aperfeiçoando a governança em mais 28 comunidades. Durante essa fase, o governo da Jamaica também lançou um programa de capacitação profissional prática em parceria com a Força de Defesa da Jamaica.

PRINCIPAIS LIÇÕES

As avaliações do BID sobre o programa de segurança cidadã da Jamaica oferecem valiosas lições para a América Latina e o Caribe, especialmente num momento em que os governos da região têm aumentado seus investimentos em projetos de combate à violência. Um estudo recente estima que, em média, 13% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da região são perdidos por causa da violência.

Uma das lições a ser tirada desse programa é a seguinte: os países precisam fortalecer seus sistemas de informação, tornando-os mais confiáveis, para poderem mensurar o impacto de programas como esse e também para respaldar a tomada de decisões. Uma segunda lição ressalta a necessidade da realização de pesquisas para compreender e quantificar os determinantes da criminalidade e da violência na região e para que novos tipos de intervenções possam ser desenvolvidas e testadas.

As realizações da primeira fase do programa de segurança cidadã da Jamaica não podem ser subestimadas, especialmente quando se leva em consideração a forma como os serviços foram implementados. Projetos de segurança cidadã são, por natureza, complexos, pois envolvem a realização de diferentes tipos de intervenções destinadas a um grupo diversificado de beneficiários. Ainda há pouco conhecimento sobre as melhores maneiras de implementar esses projetos de forma eficaz.

A lição mais importante aprendida pela Jamaica é que a aceitação por parte da comunidade é vital para a implementação desse tipo de intervenção e para garantir sua sustentabilidade. O envolvimento de líderes comunitários e as relações que eles desenvolvem com os beneficiários e as equipes desses programas podem ajudar a garantir que os serviços mais necessários cheguem àqueles que mais precisam. ■

Líderes comunitários e autoridades do governo trabalham conjuntamente em programas de capacitação, educação e assistência aos jovens de Kingston.

Veja o Ministro de Defesa no deo.iadb.org

Veja em MapAmericas

Crédito verde de segunda linha

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PARA MPMES NA COLÔMBIA

Quase todas as cerca de 1,6 milhão de companhias da Colômbia são micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Se você perguntar aos proprietários dessas empresas qual é o maior entrave ao seu crescimento, a resposta será quase unânime: a falta de acesso ao crédito.

O crescimento das MPMEs é fundamental para a economia colombiana, já que são responsáveis por mais de 80% dos postos de trabalho e por 40% dos bens e serviços produzidos no país. No entanto, como muitas instituições financeiras enfrentam uma escassez de depósitos de longo prazo para financiar seus empréstimos, elas tendem a concentrar suas operações de crédito nas empresas de grande porte, que são bem capitalizadas e tidas como menos arriscadas.

Para resolver esse problema, a Colômbia vem expandindo a concessão de empréstimos por meio do Bancoldex, um banco de fomento estatal que repassa recursos para canalizar o crédito às empresas menores. Através de US$ 300 milhões em empréstimos do BID de longo prazo desde 2008, o Bancoldex canalizou o crédito por meio de instituições financeiras regulamentadas para financiar projetos de investimento e a reestruturação das cadeias produtivas e para promover o desenvolvimento comercial e das atividades de exportação das MPMEs.

De acordo com duas avaliações de impacto pelo BID, a estratégia do Bancoldex está funcionando. Os estudos mostram que as empresas que acessaram as linhas de investimento do Bancoldex obtiveram empréstimos maiores, com taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento mais longos do que as empresas que captaram empréstimos em outras instituições. Além disso, os estudos mostraram que as empresas beneficiárias têm experimentado aumentos na produção, no nível de emprego, nos investimentos e na produtividade.

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DA COLÔMBIA

1.533.704
microempresas – empresas com menos de 10 funcionários e menos de US$ 161.000 em ativos

47.729
pequenas empresas – companhias que empregam entre 11 e 50 funcionários e possuem ativos entre US$ 161.000 e US$ 1,6 milhão

7.955
médias empresas, que empregam entre 51 e 200 funcionários e têm ativos entre US$ 1,6 milhão e US$ 9,7 milhões

A Colômbia define as micro, pequenas e médias empresas de acordo com seu número de funcionários e o valor total de seus ativos, expressos como múltiplos do salário mínimo do país. Em 2013, o salário mínimo mensal da Colômbia estava em 589.500 pesos, o equivalente a US$ 323 (pela taxa de câmbio de 1,825 pesos por dólar).

SUSTENTABILIDADE

O BID também tem trabalhado em estreita colaboração com o Bancoldex para desenvolver uma estratégia de sustentabilidade ambiental e social, que inclui o aperfeiçoamento das operações do banco e o desenvolvimento de linhas de crédito para financiar projetos verdes. O Bancoldex criou uma equipe especial para gerenciar sua estratégia de sustentabilidade e desenvolveu sistemas internos para analisar oportunidades ambientais e sociais e os riscos que afetam sua carteira. O banco reservou cerca de US$ 90 milhões para financiar projetos verdes das MPMEs, incluindo na área de energias renováveis, eficiência energética, transportes sustentáveis, tratamento de água e de resíduos sólidos, controle da poluição local e programas de reciclagem. Em 2012, 58% das linhas destinadas a projetos verdes foram dedicadas a projetos de MPMEs.

O Bancoldex também tem sido inovador na concepção de instrumentos financeiros para projetos verdes. Um exemplo é a linha de

CHEFES DE EQUIPE: JOSÉ JUAN GOMES, JOSEG@IADB.ORG + ÁLVARO CONCHA, ALVAROCO@IADB.ORG + MARÍA NETTO, MNETTO@IADB.ORG

crédito de eficiência energética para o setor de serviços da Colômbia, desenvolvida em parceria com o BID e o Fundo de Tecnologia Limpa, que oferece uma série de instrumentos para que as instituições financeiras possam gerenciar melhor os riscos e a demanda por esse tipo de financiamento. Entre esses instrumentos estão uma linha de financiamento concedida em condições preferenciais, seguros relacionados à economia de energia, contratos padronizados para projetos de eficiência energética, além de análises técnicas, planos de monitoramento, relatórios e verificações de todos os projetos realizados por terceiros.

Ao se focar nas MPMEs e criar produtos inovadores para aumentar a sustentabilidade, o Bancoldex está ajudando a Colômbia a superar alguns dos maiores obstáculos ao seu desenvolvimento econômico. ■

Veja como funciona o financiamento verde no deo.iadb.org

BANCOLDEX E O BID : PRINCIPAIS RESULTADOS

U$300m	Financiamento total do BID entre 2008 e 2012
20.000	Número estimado de micro, pequenas e médias empresas beneficiárias entre 2008 e 2012
20%	Impacto sobre a produtividade e a competitividade das PMEs
30%	Aumento da produção
2,5x	Alavancagem de recursos do BID
3-5.45 anos	Impacto nos períodos de amortização para empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas no mercado colombiano

BANCOS DE FOMENTO MELHORAM O ACESSO AO CRÉDITO

Bancos de fomento estatais podem desempenhar um papel crucial na canalização de recursos públicos para empresas de micro, pequeno e médio porte. Até recentemente, no entanto, evidências para sustentar essa afirmação eram escassas. Na verdade, os poucos estudos que analisam o impacto dos empréstimos diretos concedidos a empresas por bancos estatais geralmente mostram que os benefícios desses financiamentos são inexistentes ou até mesmo negativos.

Duas avaliações de impacto produzidas pelo BID mostram que os resultados podem ser diferentes para bancos de fomento de segunda linha, como o Bancoldex da Colômbia, que canaliza recursos por meio de bancos comerciais a baixo custo para que possam ser emprestados às empresas. Os estudos, que estão entre os primeiros a utilizar dados de crédito e de empresas altamente desagregados, analisaram o impacto dos empréstimos concedidos pelo Bancoldex em relação ao acesso ao crédito e ao desempenho econômico das empresas beneficiárias ao longo da última década.

O primeiro estudo detectou que as empresas que recorreram às linhas de crédito do Bancoldex receberam empréstimos a taxas de juros mais baixas e com prazos mais longos do que as empresas que não o fizeram. Além disso, as empresas beneficiárias expandiram suas relações de crédito com outros intermediários financeiros, desfrutando de melhores condições de crédito muito tempo depois de terem recebido o empréstimo do Bancoldex.

O segundo estudo constatou que as empresas beneficiárias do setor manufatureiro aumentaram sua produção, seu nível de emprego, seus investimentos e sua produtividade durante os quatro anos posteriores à obtenção de seu primeiro empréstimo do Bancoldex. Os resultados foram significativos, variando de um aumento de cerca de 20% para o nível de emprego e a produtividade e de cerca de 30% para a produção.

Esses resultados mostram que o Bancoldex não substituiu o crédito que fontes privadas estariam dispostas a e seriam capazes de oferecer em condições semelhantes. Isto sugere que o Bancoldex contribui para um melhor acesso ao crédito. Mas o que torna os empréstimos do Bancoldex diferentes dos de outros bancos de fomento estatais?

O motivo do sucesso do Bancoldex tem dois lados. Primeiro, porque o Bancoldex não empresta diretamente para as empresas. Ao contrário de outras formas de apoio público direto às empresas, o crédito fornecido por bancos de fomento de segunda linha têm pouca probabilidade serem submetidos a pressões políticas. Os empréstimos são intermediados por bancos comerciais e por outras instituições financeiras privadas que assumem o risco da inadimplência e, portanto, têm todos os incentivos para realizar uma análise adequada de risco.

Segundo, o Bancoldex focaliza sua oferta em produtos com grande potencial de impacto no desempenho das empresas, especialmente para financiar projetos de longo prazo.

Os estudos também apontam algumas desvantagens dos bancos de fomento de segunda linha. Por exemplo: os intermediários financeiros podem estar mais dispostos a emprestar para empresas que supostamente apresentam os menores riscos e menos propensos a financiar aquelas que têm um histórico de crédito insuficiente, apesar do bom desempenho. A criação de linhas especiais direcionadas ao último tipo de empresas pode resolver esse problema.

INVESTIMENTO SEMENTE PÚBLICO

Imagine ir até seu supermercado local e comprar uma bandeja de peito de frango sem antibiótico – e sem ter que pagar mais por essa vantagem. Isso pode acontecer antes do que você imagina graças a um programa de inovação tecnológica do Peru.

Uma fórmula para a inovação

San Fernando, empresa líder no processamento de aves e suínos do Peru, desenvolveu o primeiro aditivo alimentar à base de vegetais do mundo, que estimula o crescimento mais acelerado de frangos livres de doenças. Para os consumidores, isso pode significar, no futuro, preços mais baixos para ter acesso a peitos de frango mais saudáveis. Para a San Fernando, a novidade poderá abrir caminho para a sua entrada no mercado europeu, que proíbe as importações de frangos tratados com antibióticos.

A empresa San Fernando uniu forças com uma universidade peruana e francesa para desenvolver o aditivo, que está em processo de patenteamento. A empresa, que existe há 60 anos, é uma das mais de 300 companhias

CHEFE DE EQUIPE: JUAN CARLOS NAVARRO, JUANCN@IADB.ORG

que desde 2007 receberam financiamento do FINCYT, um fundo de investimentos criado com recursos do BID e do governo peruano. Atualmente, o fundo, que conta com US$ 36 milhões em recursos, é uma das principais fontes disponíveis para que universidades, institutos e empresas do país financiem pesquisas científicas competitivas.

O programa foi concebido para ajudar o Peru a solucionar algumas das principais deficiências de mercado que minam sua capacidade de inovar e diversificar sua economia baseada em commodities: a escassez crônica de recursos aliada ao baixo nível das pesquisas científicas e tecnológicas e às fracas conexões existentes entre universidades e empresas. A consequência dessa situação era: em 2009, o Peru foi um dos países da América Latina que menos investiram em pesquisa e desenvolvimento, com um nível de investimento de apenas 0,14% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Esse percentual representa menos de um terço da média regional e fica bem abaixo dos 2% da média dos investimentos realizados pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O FINCYT oferece diferentes instrumentos financeiros, que vão desde projetos de inovação tecnológica para pequenas e médias empresas até o desenvolvimento de novos produtos e processos, pesquisa básica e aplicada e bolsas de estudo para graduação, mestrado e

Veja "Exportando conhecimento" para saber mais sobre esta parceria para fazer pesquisa no deo.iadb.org

APRENDA MAIS SOBRE OS INVESTIMENTOS DO FINCYT

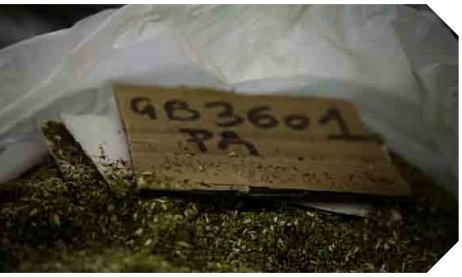
SUPER CAMARÕES

Em meados da década de 2000, as fazendas de produção de camarão de Tumbes, no Peru, como a Marina Azul AS, estavam perdendo participação no mercado doméstico para os camarões importados a preços mais baixos do Equador devido ao aumento dos custos com ração e a doenças. Com o financiamento e o apoio do programa de inovação tecnológica do Peru, os produtores se uniram à universidade e ao instituto de pesquisa local para desenvolver uma nova tecnologia que lhes permitiria produzir tipos específicos de micro-organismos e microflora que reduziriam a incidência de doenças e promoveriam o crescimento mais rápido dos camarões.

Graças à nova tecnologia, os produtores de camarão do Peru reduziram a quantidade de ração artificial, melhoraram a qualidade da água e diminuíram a incidência de infecções bacterianas. Atualmente, eles produzem larvas de camarão livres de doenças, que atendem toda a demanda doméstica, e substituíram o produto importado proveniente do Equador e da Colômbia. Como resultado, empresas como a Marina Azul estão produzindo camarões maiores em um período de tempo mais curto e aumentando sua receita e seus lucros.

FATOR DECISIVO NA LUTA CONTRA A TUBERCULOSE

O setor de saúde também se beneficiou do programa de inovação do Peru. Graças ao financiamento fornecido pelo programa de inovação tecnológica, a Universidade Cayetano Heredia (UPCH) desenvolveu um equipamento microscópico para



doutorado em ciência, tecnologia e inovação. Desde 2007, o FINCYT financiou US$ 12 milhões em projetos, incluindo 101 projetos de inovação corporativa e 71 projetos de pesquisa em universidades e centros de pesquisa.

Um dos principais objetivos do programa é estimular o investimento privado em inovação tecnológica. O FINCYT prestou assistência técnica para a formulação de projetos de inovação tecnológica e criou um processo de seleção competitivo, com critérios claros de elegibilidade e sem cofinanciamento reembolsável, que pode cobrir até 70% do custo do projeto. Este tipo de instrumento financeiro cria um incentivo para que empresas inovadoras participem do programa e invistam seus próprios recursos também.

Para melhorar a coordenação com as diferentes partes interessadas, o FINCYT criou um corpo diretivo formado por representantes de empresas, vários ministérios do governo, universidades e centros de pesquisa. O grupo realiza contatos e consultas regulares com a comunidade empresarial.

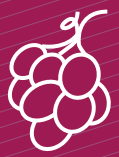
Por fim, o programa financiou a atualização dos equipamentos tecnológicos nas universidades e institutos de pesquisa, a disseminação de novas tecnologias e programas de capacitação de curta duração e serviços de consultoria para empresas que desejam atualizar sua capacidade tecnológica.

Ao investir em inovação tecnológica e tentar suprir as deficiências de mercado que impedem as empresas de investir em pesquisa e desenvolvimento, o Peru está não apenas ajudando empresas como a San Fernando a ter sucesso, mas também está criando as bases para uma economia mais produtiva e diversificada. ■

ajudar os profissionais da área médica a diagnosticar casos de tuberculose mais rapidamente em regiões remotas.

O equipamento pode substituir os caros microscópios digitais invertidos, que são usados para diagnosticar a tuberculose por meio do teste de Observação Microscópica de Susceptibilidade a Drogas, método de cultura descoberto pela UPCH no ano 2000 e que pode diagnosticar a doença pela análise dos padrões de crescimento de culturas de bacilos tratados com drogas específicas durante uma semana.

Com o novo equipamento microscópico, os agentes da área de saúde que atuam em campo podem tirar fotos das culturas usando seu próprio computador ou telefone celular e enviar diretamente as imagens para a UPCH em Lima, que pode fornecer um diagnóstico em menos de 48 horas. Antes desse projeto, o diagnóstico podia demorar até um ano. E ainda há mais por vir: a universidade está desenvolvendo um software capaz de analisar as imagens e fornecer diagnósticos em apenas alguns segundos.



UVAS SEM SEMENTES FORA DE ÉPOCA

Em Piura, na costa norte do Peru, uvas sem sementes estão prontas para a exportação entre setembro e novembro – quando a temporada das uvas já acabou para todos os outros grandes produtores mundiais. Como resultado, os produtores de uvas de Piura podem obter preços que são 80% mais elevados do que os preços que conseguiriam durante a temporada regular da fruta.

A região começou a colher essa vantagem competitiva depois que um produtor local de uvas, em parceria com a Universidade de Piura, identificou e desenvolveu processos para cultivar uvas sem sementes adaptadas ao solo e ao clima da região. A pesquisa recebeu apoio financeiro do programa de inovação tecnológica do Peru. As técnicas desenvolvidas – posteriormente reproduzidas por outros sete produtores da região – também reduziram os custos de produção devido ao fato de a variedade das uvas cultivadas na região consumir 23% menos nitrogênio, fósforo e potássio do que as uvas normais.

Como resultado desse avanço tecnológico, atualmente Piura é a região que registra o maior crescimento das safras de uvas sem sementes do Peru. De acordo com a Associação Peruana de Produtores de Uvas de Mesa, Piura deverá se tornar a maior produtora da fruta no Peru em 2016.

ÁGUA PARA O HAITI

REORGANIZAÇÃO DA OPERADORA DE ÁGUA DE PORT-AU-PRINCE

Durante mais de três anos após o devastador terremoto que assolou o Haiti em 2010, o engenheiro hidráulico Etienne Beauchum não conseguia encontrar um emprego estável, apesar de mais de dois terços da população que vive na região metropolitana de Port-au-Prince não possuir conexão com os serviços de abastecimento de água.

Em maio 2013, ele finalmente conseguiu um emprego com a empresa de abastecimento de água de Port-au-Prince (a Centre Technique d' Exploitation – CTE). Sua função: liderar uma equipe destacada para inspecionar as tubulações de água da cidade, procurar ligações clandestinas e ir de porta em porta para regularizar os serviços de abastecimento e as contas de água. "Este trabalho é gratificante, pois estou ajudando uma instituição local a se fortalecer ao conseguir mais clientes e também mais recursos", explicou Beauchum, 35, com orgulho.

Profissionais como Beauchum estão no centro de um ambicioso projeto apoiado pelo BID e pelo governo espanhol para modernizar a CTE e fornecer um serviço de abastecimento de água e saneamento básico financeiramente sustentável e confiável. A iniciativa faz parte de um projeto de vários milhões de dólares para expandir o acesso aos serviços de água potável e saneamento a 40%da população da capital haitiana, bem como para outras regiões do país.

Aumentar a oferta de água e a área de cobertura do serviço de saneamento básico é vital para o futuro econômico do Haiti, especialmente depois do terremoto ter interrompido os esforços do governo para reformular um setor que sempre sofreu com a falta de manutenção, de pessoal qualificado e de planejamento. Sem uma ação rápida, o Haiti estaria exposto a crescentes riscos de saúde e a um desastre ecológico em larga escala devido à crescente poluição detectada nos aquíferos das grandes cidades.

Veja em MapAmericas

Veja como o Haiti enfrenta os desafios do setor de água no deo.iadb.org

PROBLEMAS DE LONGA DATA

A situação da CTE era assustadora antes mesmo do terremoto. De acordo com uma pesquisa de 2007, a empresa tinha apenas 30 mil clientes ativos com conexões individuais de água em uma cidade onde vivem cerca de 500 mil famílias. Mai de 90% da água tratada de Port-au-Prince era perdida devido a conexões irregulares e a tubulações danificadas, e apenas 42%dos clientes pagavam suas contas de água.

Quilômetros de tubulações foram danificadas pelo terremoto, prejudicando a qualidade e a distribuição da água. Para piorar a situação, os clientes tinham deixado de pagar suas contas, obrigando a empresa de abastecimento a suspender o pagamento dos salários de seus funcionários durante vários meses.

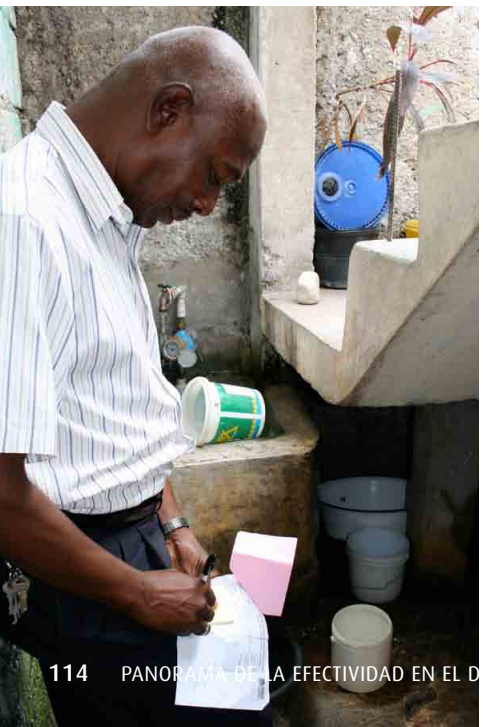
"A situação era desastrosa. Não havia nenhuma organização, nenhuma estrutura decente. As pessoas faziam um pouco de tudo e os nossos trabalhadores da área de construção civil faziam o que queriam", disse Emmanuel Molière, funcionário graduado da CTE. "Nós percebemos que não podíamos continuar esperando que outras pessoas fizessem o nosso trabalho, que era hora de nós assumirmos a responsabilidade. O objetivo principal é fazer a CTE ser bem-sucedida e tornar-se uma empresa de abastecimento de água autossuficiente".

TRANSFORMANDO A CTE

Por meio de um processo de licitação internacional, o consórcio formado pela Lyonnaise des Eaux e a Aguas de Barcelona foi contratado em 2011 para ajudar a CTE a melhorar sua eficiência operacional, reduzir as perdas de água e os prejuízos financeiros e a expandir a prestação de serviços de qualidade. De acordo com os termos do inovador contrato, com validade de três anos, consultores foram chamados para atuar como assessores da administração local, em vez de assumir o comando das operações da CTE de fato. Os contratos de trabalho firmados com esses consultores especificavam várias tarefas que precisavam ser cumpridas de acordo com os prazos pré-estabelecidos, além de oferecerem incentivos monetários baseados no cumprimento de metas específicas. A abordagem atribuiu poderes à gestão local para que fossem implementadas as mudanças necessárias e deu aos consultores alguns incentivos para que eles trabalhassem no sentido de atingir metas mensuráveis.

Como resultado dessa assistência técnica, a CTE implementou mudanças drásticas em sua gestão e estrutura organizacional, primeiro ao reduzir seu inchado quadro de funcionários por meio de um plano de aposentadoria antecipada voluntária e do fechamento de vagas após a demissão dos funcionários que as ocupavam.

Para atrair e reter talentos, a CTE criou um departamento de recursos humanos com pessoal qualificado e processos de contratação transparentes. Um sistema baseado na meritocracia foi criado para definir regras claras para as remunerações e as promoções, que agora são baseadas em avaliações semestrais de desempenho. A capacitação de técnicos e gerentes foi ampliada, proporcionando aos funcionários mais de 13 mil horas de aulas e capacitações entre 2011 e 2013, em comparação com menos de 300 horas em 2009.



CTE busca expandir os quiosques públicos para oferecer alternativa de agua potável aos rios contaminados

Além disso, um processo de contratação formal foi estabelecido, as vagas passaram a ser anunciadas dentro e fora da empresa e o departamento de RH começou a se envolver nos processos de entrevista.

A CTE também criou um departamento de atendimento ao consumidor, que lançou uma campanha – e contratou profissionais como Beauchum para implementá-la – para regularizar as ligações de água. Como resultado, o número de clientes pagantes aumentou significativamente e a receita da empresa saltou 35% entre 2011 e 2013.

Para melhorar o tratamento da água, a CTE aumentou o uso de cloro e reativou seu laboratório para avaliar a qualidade da água. Geradores de emergência foram comprados para manter as bombas de água funcionando e um plano de manutenção foi posto em prática para reduzir a dependência da rede elétrica, que só fornece energia durante algumas horas por dia.

Por fim, a empresa criou um departamento dedicado a ajudar as comunidades mais pobres. Desde 2010, o número de quiosques públicos de água disponíveis nesses bairros mais do que dobrou, e comitês comunitários foram criados para gerenciar esses quiosques e cobrar as devidas tarifas dos usuários para ajudar a tornar o serviço sustentável.

O DESAFIO DA ÁGUA E DO SANEAMENTO BÁSICO NO HAITI

8,5% das casas estão legalmente ligadas a um sistema de distribuição de água

32% da população utiliza água de rios e bebe água de nascentes

29% da população das áreas urbanas e 12% das áreas rurais têm acesso a saneamento básico

12% da população rural tem acesso a serviços de saneamento

0 O país não tem sistema de esgoto – nas casas da maioria das famílias existem apenas latrinas rudimentares ou simples buracos cavados na propriedade

Fonte: pesquisa domiciliar de 2003.

Veja a história de Emmanuel en deo.iadb.org

Veja o blog de fotografias no deo.iadb.org

TRABALHO EM ANDAMENTO

Apesar de todo o progresso que já foi alcançado, ainda há muito a ser feito antes que a CTE seja capaz de equilibrar as suas contas e expandir o serviço de abastecimento de água de maneira sustentável. A empresa ainda perde 30% de sua água tratada devido a tubos e tanques defeituosos, e cerca de 50%da água consumida não é cobrada, principalmente devido a ligações clandestinas. Infraestrutura adicional se faz necessária para melhorar a distribuição e a qualidade do abastecimento de água, que ainda tem um alto nível de contaminantes biológicos apesar da melhoria no tratamento.

O faturamento da CTE só cobre 60% dos custos operacionais, e a empresa ainda precisa de ajuda orçamentária do departamento nacional de água do Haiti, o DINEPA, para cobrir todos os outros custos relacionados às suas operações. Em um esforço para equilibrar suas contas até 2017, atualmente a CTE está tentando obter aprovação para simplificar suas tarifas de água e reajustá-las de acordo com a inflação, uma vez que elas ficaram congeladas durante os últimos 10 anos. Outras melhorias no desempenho operacional e financeiro da CTE vão depender da renovação do contrato de assistência técnica do consórcio em 2014.

Quanto a Beauchum, sua situação pessoal reflete a mesma mistura de avanços e retrocessos do próprio setor no qual ele trabalha. Ele tem um emprego, e a função que ele desempenha está ajudando a colocar sua empregadora em uma posição melhor para obter sucesso. Mas a casa de Beauchum foi destruída no terremoto, e ele, assim como muitos outros haitianos, ainda vive em um barraco temporário de um cômodo sem uma conexão de água. ■

Poder feminino

Mibanco ajuda microempresárias a expandir seus negócios

Mulheres empresárias são uma força poderosa no Peru. Além do Japão, o Peru é o único país do mundo onde as mulheres costumam abrir mais empresas do que os homens. O país latino-americano também tem um dos melhores ambientes de negócios de toda a América Latina e o Caribe para as mulheres empreendedoras.

No entanto, o formidável potencial empreendedor das mulheres peruanas se mantém tolhido devido ao acesso limitado a financiamentos e ao baixo nível de competência empresarial. As empresas delas ficam, muitas vezes, restritas ao setor de microempresas informais.

O Banco de la Microempresa SA (Mibanco), uma das principais instituições de microfinanças do Peru, está combatendo esse problema por meio da expansão dos financiamentos e do fornecimento de treinamento para as mulheres empreendedoras. O BID apoia o Mibanco por meio de sua Iniciativa Oportunidades para a Maioria e do Fundo Multilateral de Investimentos.

Desde 2010, o Mibanco concedeu empréstimos a mais de 95.519 mulheres microempreendedoras. Um quarto delas estava tomando um empréstimo pela primeira vez para financiar projetos destinados a melhorar as instalações de suas empresas ou à aquisição de novos equipamentos. O Mibanco concede empréstimos de médio prazo – por até cinco anos – que normalmente não requerem garantias se a quantia tomada for inferior a US$ 20.000. Esses empréstimos têm planos de quitação flexíveis para se adaptar ao ciclo renda dos clientes.

O Mibanco não fornece apenas financiamento, mas também capacitação gratuita a seus clientes em áreas como contabilidade, marketing e habilidades relacionadas à tomada de decisões. Após concluírem o treinamento, 80% dos participantes começaram a separar suas finanças pessoais das finanças empresariais e 70% começaram a preparar estratégias de crescimento para seus negócios.

Ambiente empresarial para mulheres empreendedoras na América Latina e no Caribe

Depois do Japão, o Peru é o único país do mundo onde as mulheres são mais propensas a começar negócios que os homens

Pontuação

Chile	**64.8**
Peru	**62.4**
Colômbia	**61.8**
México	**60.2**
Uruguai	**60.0**
Costa Rica	**56.8**
Argentina	**54.6**
Trinidad & Tobago	**53.9**
Panamá	**53.6**
Brasil	**53.3**
Republica Dominicana	**52.3**
Equador	**52.2**
Bolívia	**47.7**
Honduras	**47.7**
Nicarágua	**46.6**
Guatemala	**45.6**
El Salvador	**45.5**
Venezuela	**45.5**
Paraguai	**44.3**
Jamaica	**42.2**

Fonte:
WEVentureScope
www.weventurescope.com

O MiBanco também oferece uma capacitação mais longa e mais intensiva, que faz parte da iniciativa "10.000 Mulheres" do Goldman Sachs, para reforçar as competências empresariais das mulheres de mercados emergentes e em desenvolvimento. As participantes têm aulas para aprender a escolher os investimentos de capital mais adequados, gerenciar funcionários, controlar formalmente as receitas e despesas de suas empresas e desenvolver planos de negócios básicos. Muitas das 729 proprietárias de pequenas empresas que se formaram após essa capacitação intensiva relataram aumentos significativos em suas vendas e receitas.

Os programas de capacitação oferecidos pelo Mibanco receberam apoio financeiro do Fundo Multilateral de Investimentos do BID, que espera concluir em 2014 uma avaliação desses programas para identificar quais instrumentos, metodologias e modelos de capacitação são mais apropriados para atender às necessidades das empreendedoras.

Uma dessas beneficiárias é Maria Frisancho, uma fabricante de calçados e varejista do centro de Lima. Desde 2011, ela participou dos dois programas de capacitação do Mibanco e tomou empréstimos para abrir uma segunda loja de sapatos. A capacitação está ajudando Frisancho a formalizar sua empresa para poder vender seus sapatos em outras cidades do Peru.

"Se você não sabe como fazer as coisas, você tem medo de formalizar sua empresa", disse Frisancho, 53, que emprega cinco pessoas e vende, em média, 25 pares de sapatos por dia. "Agora eu entendo que preciso formalizar minha empresa para poder emitir notas fiscais, pois os clientes de fora de Lima precisam desse documento. Eu estou bastante confiante de que vou continuar crescendo após formalizar a minha empresa".

E o financiamento concedido pelo Mibanco também foi inovador. Em 2010, o banco recebeu o equivalente a US$ 36 milhões em empréstimos denominados em soles peruanos do BID e de um grupo de investidores de impacto (aqueles que aplicam recursos para solucionar problemas sociais e ambientais e também para gerar lucro), entre os quais a Calvert Social Investment Foundation e a Oikocredit Ecumenical Development Cooperative. A transação transformou o Mibanco na primeira organização de microfinanças da América Latina a obter um empréstimo de longo prazo em moeda local de um grupo de instituições financeiras internacionais. Uma subvenção adicional a título de assistência técnica concedida pelo BID, no valor de US$ 3 milhões, patrocina o programa de treinamento do Mibanco.Esse financiamento tem ajudado o Mibanco a crescer e tem permitido que clientes como Maria Frisancho tirem suas microempresas da informalidade e comecem a perceber o potencial de seus negócios. ■

MELHORES DADOS

VENEZUELA FORTALECE INSTITUTO DE ESTATÍSTICAS

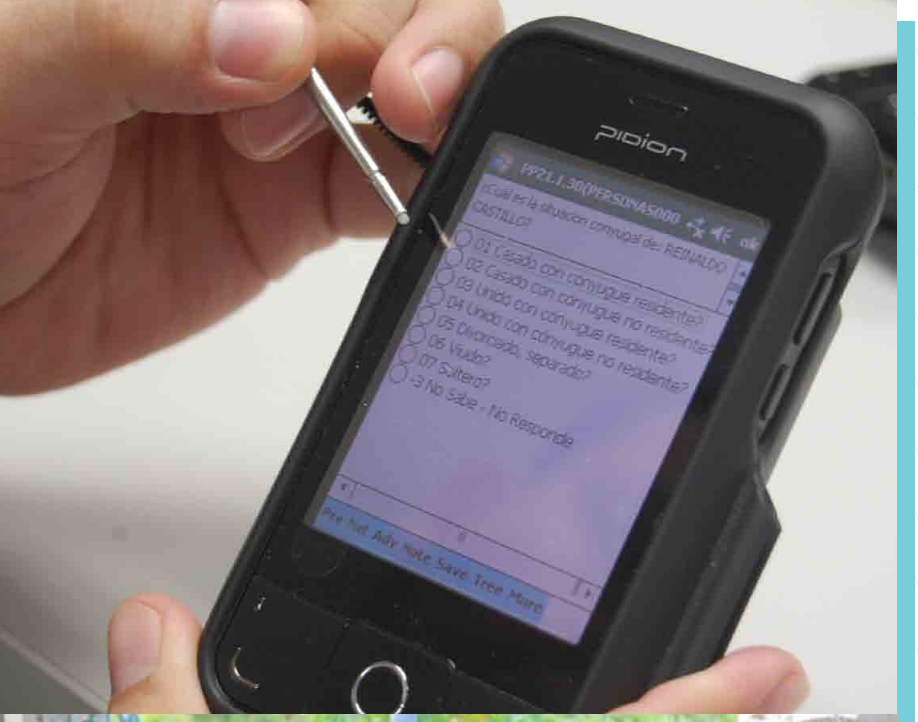
Informações estatísticas confiáveis e oportunas são a base para a definição de políticas públicas eficazes. Elas ajudam os governos a entender o que está acontecendo em diferentes áreas da economia e da sociedade, a selecionar prioridades, a estabelecer políticas e a medir impactos.

Para melhorar sua produção de estatísticas, a Venezuela criou o Instituto Nacional de Estadística (INE) em 2001, como parte de um plano abrangente para reorganizar a maneira como o país coleta, organiza, processa e divulga suas informações estatísticas.

O INE, que substituiu O Departamento Central de Estatísticas e Processamento de Dados, se tornou uma instituição juridicamente autônoma, responsável pelo sistema nacional de estatísticas do país e se reportando diretamente ao Ministério do Gabinete da Presidência.

Inicialmente, o INE enfrentou uma série de desafios, incluindo uma infraestrutura física e tecnológica inadequada e a ausência de processos, metodologias e falta de recursos humanos. Para superar essas dificuldades, o BID

Veja em MapAmericas



O BID COMEÇOU A TRABALHAR COM A VENEZUELA EM 2009 PARA REFORMAR A INFRAESTRUTURA, ATUALIZAR A PLATAFORMA TECNOLÓGICA E FORTALECER A PRODUÇÃO ESTADÍSTICA

começou a trabalhar com o INE em 2009 com a finalidade de melhorar sua infraestrutura, atualizar sua plataforma tecnológica e aumentar a produção de dados estatísticos.

Como resultado do projeto, o INE estabeleceu 18 locais de atuação para o INE em todo o país, reformou sede do instituo e atualizou a plataforma tecnológica de diversos escritórios e unidades de estatística. A agência desenvolveu ainda um sistema de gestão baseado em resultados, estabeleceu procedimentos e metodologias para a produção de estatísticas e lançou um novo site fácil de usar e para melhorar a acessibilidade do público aos dados.

Ainda como resultado do projeto, atualmente o INE utiliza o georreferenciamento em 95% dos mapas urbanos utilizados na produção de estatísticas-chave, que incluem as pesquisas domiciliares e os censos populacional e habitacional. Esse aperfeiçoamento do mapeamento permite ao governo calcular com mais precisão as populações que vivem de regiões específicas, garantindo que recursos adequados sejam transferidos para os governos locais e regionais.

O projeto também financiou um recenseamento-piloto em 2010, que permitiu ao INE testar os processos e as ferramentas que seriam utilizados no censo populacional, e está financiando o treinamento da equipe que coletará as informações. Esses testes e treinamentos visam melhorar a coordenação e a logística para garantir que a coleta e processamento de dados sejam realizados de acordo com os prazos pré-estabelecidos.

Ao fortalecer a principal agência de estatísticas da Venezuela, o projeto do BID está ajudando os responsáveis pela tomada de decisões do país a criar, monitorar e avaliar as políticas públicas com base em informações precisas e atualizadas. ■

PIONEIRO DO CRÉDITO VERDE

UMA OPORTUNIDADE PROMISSORA NO MAIOR BANCO DO PANAMÁ

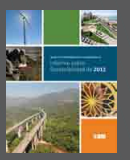
O crescimento da conscientização sobre as mudanças climáticas aumentou o interesse das empresas na melhoria da sustentabilidade ambiental de suas operações. Ciente dessa oportunidade de negócio, o Banco General, o maior banco do Panamá, decidiu lançar, em 2009, sua primeira linha de crédito "verde" com o apoio técnico e financeiro do BID.

Essa linha tem como alvo projetos de pequeno e médio porte relacionados à economia de energia e eficiência energética, à gestão integrada de resíduos, à água e ao tratamento de esgotos, à energia renovável e a outros investimentos cuja finalidade é mitigar as emissões de carbono, incluindo a construção de edifícios energeticamente eficientes. O Banco General também recebeu assistência técnica do BID que ajudou o banco a identificar oportunidades de negócios "verdes", capacitar pessoal, desenhar critérios de elegibilidade ecológicos e a medir o impacto dos projetos "verdes" no meio ambiente.

A iniciativa ajuda a preencher uma lacuna importante no financiamento de investimentos ecológicos, uma vez que governos e investidores internacionais geralmente concentram seus esforços em projetos de grande porte.

Em dezembro de 2012, o Banco General já havia concedido US$ 75 milhões para 14 projetos de energia renovável, tratamento de água, eficiência energética, bem como para a construção de edifícios comerciais com a certificação LEED, que juntos produziram mais de 140.000 MWh em energia renovável e evitaram a emissão de 68.724 toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano. O banco também fornece assistência técnica para ajudar as empresas a identificar potenciais projetos "verdes" e, em seguida, desenvolvê-los e implementá-los de modo que essas iniciativas cumpram os critérios de elegibilidade da linha de crédito "verde". Por fim, o Banco General também adotou medidas para melhorar a sua própria sustentabilidade, reduzindo o consumo de energia e de água em suas instalações.

Ao ajudar financiar projetos verdes, bancos comerciais como o Banco General do Panamá estão explorando não apenas uma oportunidade de negócio promissora, como também ajudando a ampliar as ações de sustentabilidade em toda a economia. Essa integração do financiamento "verde" aos negócios marca um passo importante nos esforços destinados a mitigar os efeitos da mudança climática. ■



Saiba mais sobre o Informe de Sustentabilidade

CHEFE DE EQUIPE: GEMA SACRISTAN, GEMAS@IADB.ORG

Um empregado de Casa Boller monta uma aeronave teleguiada que foi desenvolvida com o apoio do programa de inovação do Paraguai.

SALTO TECNOLÓGICO

PROGRAMA DE INOVAÇÃO DO PARAGUAI INCENTIVA A COMPETITIVIDADE

Até recentemente , o Paraguai tinha uma das taxas de investimento em pesquisa científica e inovação tecnológica mais baixas de todos os países da América Latina e do Caribe, que chegava a menos de 0,1% de seu Produto Interno Bruto (PIB). O país também não tinha profissionais capacitados para desenvolver atividades de pesquisa nem projetos de inovação.

Mas isso está mudando rapidamente, num momento em que projetos de inovação financiados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação começaram a dar frutos. O programa foi desenvolvido entre 2006 e 2013 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT) com o apoio do BID.

Usando o financiamento para a inovação, uma equipe liderada por Rodrigo Campos construiu o primeiro drone movido por controle remoto do país, que pesa aproximadamente 1,8 kg e é capaz de alcançar até 1.000 metros de altura, para realizar tarefas como o mapeamento de cidades e o monitoramento e a vigilância de cabeças de gado para prevenir roubos (assista ao vídeo).

Campos chamou o financiamento do CONACYT de "voto de confiança" em sua equipe, que gastou dois anos com pesquisa e desenvolvimento para concluir o projeto do drone. "Este é o começo de algo que pode se tornar muito maior", disse ele.

O principal objetivo do programa do CONACYT era aumentar o número de empresas e universidades capazes de inovar e alcançar avanços tecnológicos. O novo sistema de inovação (ou SNIP, segundo a sigla em espanhol) foi criado para melhorar a competitividade dos setores produtivos-chave do Paraguai e, como resultado, promover um maior desenvolvimento econômico e social para o país como um todo.

No total, o programa pioneiro financiou o desenvolvimento de 19 projetos de inovação em diversas áreas para gerar novos produtos e postos de trabalho, além de 37 projetos de pesquisa para melhorar a saúde pública e agregar valor aos recursos naturais locais. Para ajudar a eliminar a lacuna de recursos humanos do país em áreas de alta demanda, como as de ciência, tecnologia e gestão da tecnologia, o programa financiou 11 novos programas de graduação e doutorado e concedeu aproximadamente 83 bolsas de estudo para cursos de especialização e pós-graduação no exterior.

Os novos programas de mestrado e doutorado incluem estudos em Ciência do Solo e Gestão da Terra, Ciências Farmacêuticas, Gestão Ambiental, Informática, Ciências Biomédicas, Estatística e Metodologia de Pesquisa, entre outros.

O projeto está melhorando a capacidade de investigação do Paraguai por meio do financiamento de projetos para ampliar as fronteiras do conhecimento na região, incluindo aqueles destinados a estimular estudos experimentais com células-tronco para o tratamento da osteoartrite, a desenvolver modelos de computador para otimizar projetos de estradas e obras rodoviárias, a analisar a possibilidade do uso de ossos bovinos para desenvolver materiais que eliminam metais tóxicos da água e a melhorar o desempenho dos painéis solares fotovoltaicos para maximizar a quantidade e a qualidade da energia gerada.

Veja em MapAmericas

Veja o vídeo sobre o trabalho inovador da Conacyt no deo. iadb org

"Nós queremos ser um país competitivo, e isso significa que precisamos produzir mais e melhor", explicou o presidente do CONACYT, Héctor Dávalos. "Para fazer isso, nós precisamos inovar, e para inovar nós precisamos realizar pesquisas". ■

Feira "Lac Flavors" na Nicarágua em 2013

INTEGRAÇÃO COMPETITÍVA INTERNACIONAL A NÍVEL REGIONAL E MUNDIAL

NO CORAÇÃO DA OPORTUNIDADE

NICARÁGUA MELHORA A INTEGRAÇÃO CENTRO-AMERICANA

A Nicarágua está no coração da América Central, mas sua infraestrutura rodoviária ruim tem impedido o país de colher todos os benefícios proporcionados por sua localização estratégica.

CHEFE DE EQUIPE: ALFONSO SALAZAR, ASALAZAR@IADB.ORG

Esta página: 145 Km. de obras na estrada San Carlos-Acoyapa--Fronteira com a Costa Rica antes e depois do projeto

Página anterior: Construção de uma ponte de 360 metros de extensão que cruza o rio Santa Fé.

A estrada, que está localizada no sudeste da Nicarágua e liga o país com a Costa Rica, é especialmente importante para o comércio e o turismo, mas, até recentemente, essa via não era pavimentada e se encontrava em más condições. Uma viagem para percorrer os 146 km da rodovia de carro levava quase sete horas, a uma velocidade média inferior a 22 quilômetros por hora.

Essa situação começou a mudar desde que a Nicarágua concluiu a reforma e a pavimentação da estrada em 2012, com o apoio do BID e outras agências internacionais. O projeto, o maior relacionado a rodovias na Nicarágua das últimas quatro décadas, melhorou significativamente a circulação entre os estado de Chontales e Río San Juan.

Atualmente, com o tempo de viagem reduzido de sete para duas horas e meia, os custos de manutenção dos veículos caíram em 40% e o tráfego na estrada aumentou quase quatro vezes. A nova rodovia tem sido uma benção para as regiões de Chontales e do rio San Juan: o governo da Nicarágua informou que, entre 2006 e 2013, a produção agrícola nessas regiões quase triplicou e a produção pesqueira aumentou em um terço. Além disso, as receitas obtidas a partir do turismo saltaram de US$ 3,1 milhões para US$ 5,24 milhões.

A estrada Acoyapa-San Carlos-Fronteira com a Costa Rica, também reduziu drasticamente o tempo de viagem para se chegar a escolas e centros de saúde. Antes, costumava demorar, em média, uma hora para chegar a esses locais, enquanto atualmente leva apenas oito minutos.

Finalmente, a nova estrada também melhorará a integração da Nicarágua com os países vizinhos e o seu acesso aos mercados internacionais. Como parte do sistema rodoviário centro-americano, a estrada oferecerá uma nova opção para o tráfego internacional quando a construção de uma ponte sobre o rio San Juan, perto da fronteira com a Costa Rica, for concluída, em 2014. A ponte de 362 metros, que também está sendo co-financiada pela JICA, irá substituir o atual serviço particular de ferry, que tem disponibilidade limitada de transporte. Além disso , a estrada e a ponte acabarão por melhorar o acesso da Nicarágua aos portos localizados no Oceano Atlântico. Cargas provenientes do país e, especialmente, de Manágua, poderão ser despachadas mais eficientemente pelo porto de Puerto Limón, na Costa Rica.

Em suma, agora a Nicarágua está em posição de tirar o máximo proveito do que outrora era uma apenas oportunidade inexplorada: sua localização central. ■

Saiba mais sobre o Informe de Sustentabilidade

SE A COISA FUNCIONA, APRIMORE AINDA MAIS

CHILE DÁ MAIS UM PASSO PARA FACILITAR O COMÉRCIO EXTERIOR

O Chile é uma das economias mais abertas da América Latina e do Caribe. O país mantém acordos comerciais com 52 países, e o comércio exterior representa atualmente mais de 70% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Todos os anos, cerca de 85.000 empresas e pessoas físicas chilenas processam cerca de 1,4 milhão de transações relacionadas às operações de exportação e importação.

Apesar de todo esse sucesso, o sistema de comércio exterior do Chile ainda envolve uma burocracia considerável. Os exportadores gastam, em média, 22 dias apenas preparando toda a documentação, pois eles precisam obter a aprovação de até 19 agências governamentais diferentes, que não se comunicam umas com as outras e não têm procedimentos padronizados. Como resultado desses procedimentos complexos e enfadonhos, as empresas chilenas demoram o dobro do tempo registrado pela média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para concluir um processo de exportação.

Esta situação deverá mudar em breve como resultado de uma parceria firmada entre o Chile e o BID para implementar o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SICEX), uma plataforma eletrônica que integra todos os documentos e processos utilizados pelas agências governamentais do país e serve como uma janela única para processar todas as operações de comércio exterior. O projeto faz parte da ambiciosa agenda digital do Chile, que visa a ampliar o uso da tecnologia da informação para melhorar a prestação de serviços governamentais, aumentar a competitividade e reduzir os custos.

O projeto teve início em 2011 e a plataforma deverá estar totalmente implementada e funcionando em meados de 2014.

A plataforma permitirá que as partes envolvidas nas atividades de comércio exterior e de transporte das mercadorias forneçam informações e documentos padronizados por meio da utilização de um único ponto de entrada. Dessa forma, será possível satisfazer todos os requisitos das agências reguladoras relacionados à importação, à exportação e ao transporte de mercadorias. Se essas informações estiverem em formato eletrônico, os dados só terão que ser preenchidos uma única vez, economizando o tempo e o custo das empresas.

Veja "Uma janela única para Chile" para conhecer a nova plataforma comercial integrada do Chile no deo.iadb.org

De acordo com um estudo encomendado pelo governo chileno, essas janelas únicas reduzem os custos para o governo e para as empresas envolvidas com comércio exterior, além de diminuírem as exigências de tempo e simplificarem os procedimentos relacionados a licenças e a exigências das agências reguladoras. Ao utilizar o sistema de janela única, o Japão, por exemplo, reduziu o tempo necessário para inspecionar suas remessas marítimas em quase 7 horas. A Coréia do Sul também reduziu em um dia o tempo necessário para liberar mercadorias, enquanto as Ilhas Maurício diminuíram seu tempo de liberação de mercadorias de 4 horas para apenas 15 minutos (para declarações não litigiosas). No Chile, espera-se que o sistema de janela única reduza em até 50% os custos e o tempo de processamento das exportações.

Veja em MapAmericas

Até o final de 2013, o software do projeto deverá estar concluído, o que permitirá a implementação da plataforma em cinco das 15 agências que farão parte da janela única. Cerca de 100 pessoas já foram capacitadas para utilizar os módulos de serviços específicos da plataforma, incluindo o módulo-piloto de exportações e as diferentes funcionalidades de navegação.

O comércio exterior já está funcionando bem para o Chile. Ao promover o uso da tecnologia da informação para automatizar os processos governamentais, o país deixará o processo de comércio exterior ainda melhor, permitindo que o Chile aproveite ao máximo seus acordos comerciais e colha os benefícios de uma integração mais profunda com a economia mundial. ■

CHEFE DE EQUIPE: CAROLYN ROBERT, CAROLYNR@IADB.ORG

PERCURSO SEGURO

SURINAME MELHORA UMA VIA CRÍTICA

Percorrer de carro a distância de 140 quilômetros que separa Meerzorg, perto de Paramaribo, capital do Suriname, de Albina, na fronteira com a Guiana Francesa, era uma tarefa considerada árdua e até mesmo perigosa. O asfalto era muito esburacado, as pistas eram estreitas e as marcações e placas de sinalização eram escassas. Para piorar a situação, os motoristas muitas vezes eram obrigados a dirigir pelo centro da rodovia para evitar os vários buracos e fugir da vegetação que estava invadindo os acostamentos. Ao longo de certos trechos da estrada, o sistema de drenagem ruim e o baixo nível da estrutura do leito da estrada levavam a inundações durante tempestades, colocando em risco tanto o tráfego local quanto o de longa distância.

O Suriname começou a trabalhar com o BID e com outros doadores internacionais em 2008 para reabilitar a rodovia, que responde por quase 10% da rede nacional estradas de grande porte. Essa colaboração resultou no Projeto de Reabilitação do Corredor de Integração Meerzorg-Albina, a maior iniciativa a reunir vários doadores já realizada no Suriname. O projeto também foi um elemento fundamental para respaldar a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, pois está melhorando o acesso e as condições de tráfego no importante corredor econômico leste-oeste do país, que liga o Suriname à Guiana, a oeste, e à Guiana Francesa e ao Brasil, a leste.

Veja em MapAmericas

O projeto, que recebeu um financiamento complementar do BID em 2012, foi bem-sucedido ao possibilitar a ampliação e a reconstrução da estrada de acordo com as normas internacionalmente aceitas, bem como a construção de novas pontes, a reforma de galerias e o aperfeiçoamento da sinalização e dos cruzamentos urbanos. O financiamento também permitiu a implantação de melhorias adicionais ao longo da estrada, como calçadas, pontos de ônibus, rotatórias e ciclovias em áreas-chave para a segurança, tais como zonas escolares.

Mais de 90% do projeto já estava concluído no final de dezembro de 2013, incluindo os reparos ou atualizações em 127 km da estrada e em 14 pontes principais. Como resultado, os custos de manutenção dos veículos que circulam pela rodovia caíram mais de 10% e o tempo de viagem entre Meerzorg e a Guiana Francesa foi reduzido de uma média de 4 horas para 2,5 horas. Os motoristas não precisam mais dirigir no meio da estrada, nem desviar para evitar buracos ou se preocupar com o que a próxima curva poderá trazer. Graças ao projeto, dirigir por uma das estradas mais utilizadas do Suriname tornou-se uma atividade muito mais segura. ■

90%
completado em 09/2013

127 km
de estradas melhoradas e reabilitadass

14
Pontes importantes reparadas

–10%
no custo de uso dos veículos

Tempo de viagem reduzido para
2,5 hrs
em vez de 4hrs

Nicaragua

PROCOMER
EL ANGEL

Dominican
SOBRINO
al instante

Cocoa

Café
Molido

CHOCOLATE
Embajador

PROCOMER
EL ANGEL

Nicaragua

mamá

mamá
PRODUCTOS
mamá
Piña Colada

EL ANGEL
EL ANGEL

Novas Fronteiras

EXPORTADORES LATINO-AMERICANOS EXPANDEM SEUS MERCADOS

Até alguns anos atrás, a exportadora de verduras e legumes hondurenha Agroexportadora Dome tinha apenas um mercado externo para seus produtos: os Estados Unidos. Isso mudou quando a empresa familiar decidiu participar da LAC Flavors, uma feira de negócios anual que reúne empresas exportadoras de pequeno e médio porte de 10 países da América Latina e do Caribe e compradores estrangeiros originários de Estados Unidos, Canadá, China, Coréia do Sul e Japão.

Criada pelo BID em 2009, a LAC Flavors é um evento de negócios anual, onde exportadores obtém uma agenda individualiza de reuniões de negócios bilaterais com potenciais compradores. Essa agenda é criada a partir de um sistema inovador que "casa" cada vendedor com um potencial comprador utilizando como base em perfis e interesses específicos das empresas participantes. Os resultados falam por si mesmos: de acordo com pesquisas realizadas com os participantes do evento, mais de US$ 30 milhões em acordos de exportação foram gerados pela feira desde que ela teve início.

O evento tem como alvo empresas que vendem alimentos ou produtos étnicos com grande potencial de exportação. Para poder participar, as companhias passam por um processo de seleção gerenciado por agências de promoção de exportação em seus países de origem.

Depois de participar da LAC Flavors, a Agroexportadora Dome começou a exportar para várias regiões do Canadá, multiplicando por sete suas vendas ao exterior e diversificando seu portfólio de produtos alimentícios.

"Nossas vendas aumentaram e estamos conseguindo preços melhores", disse Ramón Domínguez, um dos proprietários da empresa.

Ao unir compradores e vendedores, e oferecer seminários inovadores e especializados em tendências de mercado, requisitos de importação e exportação, medidas fitossanitárias, de gênero e de comércio, entre outros, a LAC Flavors está ajudando a garantir que os benefícios da globalização cheguem às pequenas e médias empresas que constituem uma grande parcela do setor empresarial da América Latina e do Caribe. Empresas como a Agroexportadora Dome estão aproveitando essa oportunidade para crescer e prosperar. ■

Durante a feira "LAC Flavors" exportadores latino-americanos mostram seus produtos para compradores internacionais.

Programa de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre, Brasil

PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, RESPOSTA À MUDANÇA CLIMÁTICA, PROMOÇÃO DA ENERGIA RENOVÁVEL E AUMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Duda Mendes, um seringueiro brasileiro da reserva de Cachoeira no Acre, recebeu capacitação para o manejo sustentável.

A FLORESTA O MEU CAIXA ELETRÔNICO

Acre demonstra que manter a selva intacta é bom negócio

O maior desafio para promover o desenvolvimento da Amazônia brasileira é conciliar as necessidades igualmente urgentes de reduzir a pobreza e preservar a floresta tropical. O programa de desenvolvimento sustentável do estado do Acre pode ter encontrado uma maneira para enfrentar esse desafio.

CHEFES DE EQUIPE: EIRIVELTHON LIMA, ELIMA@IADB.ORG + JOHN HORTON, JOHNHO@IADB.ORG

Mais de uma década após ter começado a implementar o programa, o Acre diminuiu sua taxa de desmatamento e, ao mesmo tempo, reduziu a pobreza extrema em quase um terço. Além disso, a economia do estado cresceu a um ritmo superior ao dobro da média nacional.

QUAL TEM SIDO O SEGREDO DO SUCESSO DO ACRE?

Ele se baseia em uma ideia simples: manter a floresta intacta de modo que ela sirva para alimentar atividades econômicas viáveis para a população. E isso faz todo o sentido, pois os estimados 14 milhões de hectares de floresta do Acre cobrem 87% do território do estado. De acordo com essa estratégia, as comunidades que vivem na floresta podem colher ou extrair de forma sustentável produtos como látex, castanhas, frutas e madeira e, assim, limitar o impacto sobre o ecossistema e reduzir a pressão para vender suas terras ou cortar a floresta para criar gado ou viver da agricultura de subsistência.

"Nosso maior patrimônio é a floresta e precisamos aproveitá-la de forma inteligente e racional" , disse Márcio Veríssimo, secretário de planejamento do estado.

O Acre vem trabalhando com o governo federal e com diversas instituições de desenvolvimento há vários anos para financiar o seu projeto. O BID tem trabalhado com o Acre desde o começo do programa, no início do ano 2000, e o banco também tem ajudado o estado estabelecer as estruturas de sua economia baseada nas atividades florestais.

Durante a primeira fase de um projeto financiado pelo BID, concluída em 2010, o Acre criou cerca de 700 mil hectares de áreas de proteção ambiental integral (mais do que o dobro da área inicialmente prevista), expandiu suas áreas de conservação florestal (onde é permitido o uso sustentável) em mais de 1 milhão hectares e regularizou a propriedade e os direitos de uso da terra para mais de 18 mil pessoas. O projeto também aprimorou a fiscalização e a supervisão do estado em relação a seus recursos naturais por meio da capacitação e da criação de sistemas de informação e normas para prevenir e controlar a extração ilegal de madeira e o desmatamento.

O coordenador do Projeto, Carlos Ovidio, que também é secretário do Acre para Assuntos Estratégicos de Desenvolvimento Florestal, destacou a importância da formação de uma "força de trabalho altamente qualificada e técnica em um estado que, no início do projeto, tinha muito poucas condições para implementar suas próprias políticas".

INSTANTÂNEO SOBRE O DESEMPENHO DO ACRE

Menos desmatamento: a taxa de desmatamento diminuiu 71%, passando de 883 km2 ao ano em 2002 para 259 km2 ao ano em 2010.

Taxas de crescimento econômico mais aceleradas: entre 2003 e 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado cresceu, em termos reais, 44%, mais do que o dobro da média nacional.

Redução da extrema pobreza: a pobreza extrema recuou de 26% em 1999 para 18% em 2010.

Fonte : Governo do Estado do Acre.

Veja "O seringueiro sustentável" para conhecer como funciona o manejo sustentável com Antônio Teixeira Mendes e a sua relação com as cadeias produtivas no deo.iadb.org

SERINGUEIROS

Entre os que se beneficiaram com o projeto estão seringueiros como Antonio Texeira Mendes, que vive na Reserva Extrativista Cachoeira. O projeto ajudou Mendes demarcar sua propriedade, a mapear seus bens e a pôr em prática um plano para o manejo sustentável da floresta, que inclui a identificação de quais árvores de sua propriedade podem ser cortadas e quando.

Mendes também aprendeu a organizar sua produção de modo a ter uma fonte de renda contínua ao longo do ano. A venda de sua produção através de cooperativas, que eliminou o papel dos intermediários que, no a passado, usurpavam de grande parte do lucro da venda de produtos florestais da região.

"A floresta é o meu caixa eletrônico", disse Mendes, que é seringueiro desde os nove anos de idade. "Para mim, o plano de manejo florestal é como um professor para a minha vida e para as vidas de muitas pessoas. Nós passamos a compreender como a floresta funciona e como ela é fantástica para nós".

Veja o blog de fotografias no deo.iadb.org

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O projeto também ajudou comunidades a se organizarem para gerir conjuntamente os recursos florestais e para manter um diálogo constante com o governo do estado. Na Floresta Estadual Antimari, a única floresta pública do Brasil a ter recebido a certificação do Forest Stewardship Council, um grupo de 54 famílias está atualmente encarregado de supervisionar as empresas privadas que cortam as árvores de acordo com o plano de manejo sustentável da floresta.

Além de receberem dinheiro das empresas por seus serviços de vigilância, as famílias colhem legalmente castanhas da floresta. Durante a última década, a renda média dessas famílias saltou de R$ 200 para R$ 1.800 por mês, de acordo com João Camilo de Assis, um dos líderes comunitários da Floresta Antimari. Os direitos de exploração de um terreno de 900 hectares em Antimari atualmente valem R$ 100 mil, em contraste com apenas R$ 1.500 há uma década, de acordo com Assis.

Outra parte importante dessa equação era melhorar as estradas a fim de reduzir os custos com transporte para tornar os produtos da florestais mais competitivos. Usando um plano cuidadoso e ambientalmente correto, que envolveu a criação de áreas protegidas em locais estratégicos ao longo da estrada e a regularização da posse das terras, a primeira fase do projeto pavimentou 70 Km de uma das principais rodovias do estado, além de ter reformado e construído outros 45 km de estradas vicinais.

CADENAS DE VALOR

Depois de organizar a exploração sustentável dos produtos florestais, o Acre necessitava impulsionar a deman-

Estrada construída pelo projeto para melhorar o transporte na reserva florestal de Antimari.

MUDANDO PARADIGMAS

NEM TODAS AS ESTRADAS NA FLORESTA TROPICAL LEVAM AO DESMATAMENTO

Inicialmente, a pavimentação de 70 quilômetros da rodovia BR 364, do Acre, uma das principais artérias para o transporte no estado, provocou preocupações sobre um possível aumento do livre acesso a áreas de preservação.

O Acre conseguiu impedir que isso acontecesse por meio da criação de áreas protegidas em locais estratégicos ao longo da estrada antes do início das obras públicas e por meio da regularização da posse da terra para as comunidades que já viviam nessas áreas. Os moradores foram treinados para aprender a utilizar a floresta de forma sustentável e, ao mesmo tempo, o monitoramento e a aplicação da lei nessa área foram reforçados.

Os resultados desses esforços foram respaldados por uma análise de impacto de 2011, realizada pelo BID e por outras instituições. O estudo analisou o desmatamento no Acre entre 2000 e 2004 em vários tipos diferentes de áreas protegidas. O levantamento mostrou que a criação de áreas protegidas e destinadas ao uso sustentável ao longo de estradas que seriam reformadas, combinada com um melhor controle e fiscalização, é uma estratégia eficaz para evitar o desmatamento.

Veja "Nem todas as estradas levam ao desmatamento" no deo.iadb.org

"NOSSO MAIOR PATRIMÔNIO É A FLORESTA E PRECISAMOS APROVEITÁ-LA DE FORMA INTELIGENTE E RACIONAL"

-MÁRCIO VERÍSSIMO

da por eles. O estado construiu uma fábrica de preservativos, bem como um parque industrial para fabricar móveis com madeira certificada.

A fábrica de preservativos, financiada com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), é a primeira do mundo a utilizar exclusivamente o látex extraído de árvores nativas da Amazônia. Construída em 2008, a fábrica de compra 250 toneladas de látex por ano de 700 famílias, incluindo aquelas que vivem na Reserva Cachoeira, a preços que são três vezes maiores do que os praticados no mercado internacional. A fábrica fornece 100 milhões de preservativos por ano para o Ministério da Saúde do Brasil.

O parque industrial, inaugurado em 2004, contém um centro de desenho e instalações para a fabricação de móveis que são alugados por empresas privadas. O centro de desenho ajuda as empresas a desenvolver produtos e melhorar os processos de produção com o intuito de aumentar a eficiência e atender às normas internacionais.

O plano de gestão sustentável também tem sido uma benção para o setor florestal, especialmente para os produtos de madeira. Atualmente, o setor representa 19% da economia do Acre, emprega 36% da força de trabalho local e é responsável por metade das exportações internacionais do estado.

Para desenvolver ainda mais os negócios locais, em 2013 o BID aprovou um financiamento para a segunda fase do projeto, destinado a ajudar o Acre a desenvolver novas cadeias de valor baseadas nos produtos florestais e a atrair investidores privados para comprar concessões para usar suas florestas de maneira sustentável.

"Nosso plano é atrair mais investimentos privados para o estado de forma que possamos consolidar o desenvolvimento de uma economia verde" , concluiu Veríssimo, secretário de Planejamento do Acre.

MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA

O resultado final do plano de gestão sustentável do Acre e da melhoria das estradas e das cadeias de valor foi a drástica melhoria na qualidade de vida das comunidades que vivem na floresta. As florestas de Antimari e Cachoeira passaram a ter acesso à energia elétrica, a escolas primárias e aos serviços públicos de saúde. As cabanas com telhado de palha e sem paredes de outrora foram substituídas por casas maiores e mais resistentes, com vários quartos e banheiros.

"A vida na floresta melhorou muito", disse Mendes, que atualmente está construindo novos cômodos em sua casa com tijolos e argamassa. "Os seringueiros de hoje estão preservando a floresta, vivendo em harmonia, felizes, e faturando um bom dinheiro". ■

Veja "Como construir uma economia verde: lições do Acre" para entender mais sobre a importância do manejo sustentável da floresta Amazônica no deo.iadb.org

Carlos Ovídio (esquerda), Subsecretário para o desenvolvimento florestal e assuntos estratégicos, e Márcio Veríssimo (direita) Secretário de planejamento do Acre, afirmam que o projeto ajudou a romper paradigmas e construir capacidade institucional.

Um país precavido vale por dois

PARA COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA, PAÍSES TÊM QUE PENSAR GRANDE

A vulnerabilidade de El Salvador às mudanças climáticas tornou-se um problema sério devido ao aumento na intensidade e frequência das tempestades tropicais. Apenas nos últimos 10 anos, sete tempestades desse tipo atingiram o país, em comparação com a média de uma a cada dez anos nas décadas de 1960 e 1970.

Essas tempestades saturam o solo, causando inundações e deslizamentos de terra que provocam mortes e destroem partes importantes da infraestrutura. Esse tipo de desastre também gera gastos inesperados e reduz a receita fiscal, pressionando o orçamento do país e ameaçando sua estabilidade macroeconômica. Tudo isso, por sua vez, diminui a capacidade de El Salvador para reconstruir as infraestruturas danificadas e satisfazer as necessidades socioeconômicas da população.

Para aumentar a resiliência do país a esses desastres naturais, o governo percebeu que precisava fortalecer as finanças públicas de maneira que elas ficassem melhor posicionadas para poder planejar e reagir à emergências. Para alcançar essa meta, em 2011 El Salvador firmou uma parceria com o BID para implementar uma série de reformas abrangentes que, pela primeira vez na América Latina e no Caribe, combinaram medidas fiscais com ações específicas para adaptar a infraestrutura às consequências das mudanças climáticas.

Do ponto de vista fiscal, o objetivo das reformas era aumentar a receita obtida com a arrecadação de impostos para 17% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014, percentual que constituirá uma alta de mais de 5% em relação ao total arrecadado em 2009. Para essa atingir essa meta, o país criou um imposto sobre dividendos e um imposto mínimo sobre a receita das empresas. Adicionalmente se criaram unidades especiais responsáveis pelo gerenciamento de grandes contribuintes e da tributação de investimentos estrangeiros e do comércio internacional, com o fim de melhorar a arrecadação de impostos e reduzir a evasão fiscal. Além disso, o Ministério da Fazenda de El Salvador criou uma unidade dedicada

CHEFES DE EQUIPE: HILEN MEIROVICH, HILENM@IADB.ORG + JOSÉ LARIOS, JLARIOS@IADB.ORG

EL SALVADOR BUSCA SE PROTEGER CONTRA OS EFEITOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA COM REFORMAS FISCAIS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA

a identificar e mitigar os riscos financeiros e fiscais relacionados aos desastres naturais, de modo que o país tenha os recursos necessários para enfrentar os custos futuros inevitáveis como consequência das mudanças climáticas.

Outro aspecto das reformas tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade da infraestrutura do país aos desastres naturais. El Salvador atualizou sua política ambiental para gerar informações sobre a vulnerabilidade de diferentes territórios a fim de melhorar o planejamento, promover a conservação do solo e criar mecanismos para utilizar os recursos internacionais que apoiam projetos de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas. O país também aprovou uma lei que regulamenta o uso da terra para evitar a construção em áreas de alto risco e colocar em prática normas nacionais de edificação dotadas de procedimentos técnicos para a construção de infraestruturas que sejam mais resistentes.

O país também iniciou programas para adaptar sua infraestrutura física às mudanças climáticas, que incluem planos para reduzir a vulnerabilidade da área metropolitana de San Salvador às inundações e para restaurar paisagens e ecossistemas localizados em áreas agrícolas – uma medida fundamental em um país onde 75% do território esta afetado pela degradação do solo e a erosão.

Como os desastres naturais afetam setores de toda a economia e da sociedade, El Salvador criou mecanismos para aperfeiçoar a coordenação entre as diferentes agências de planejamento e mitigação do governo. Isso incluiu a criação de uma unidade no Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais para garantir o cumprimento de acordos internacionais, fornecer informações técnicas e coordenar, entre as diferentes agências governamentais, as atividades destinadas a responder às mudanças climáticas. Um desafio que ainda está na agenda de El Salvador é o de replicar a experiência do governo central no nível municipal.

Como resultado da experiência de El Salvador, outros países da América Central começaram a buscar abordagens mais abrangentes para lidar com o impacto dos desastres naturais. Além disso, uma rede regional de ministros da Fazenda foi criada para compartilhar experiências e discutir novas ideias.

Não existe uma formula mágica para resolver os graves problemas causados pelas mudanças climáticas, mas as reformas abrangentes adotadas por El Salvador mostraram que o aumento da resistência a eles começa quando propomos metas mais ambiciosas. ■

PASA

CONTINENTAL DE INGENIERIA
& COMERCIO

PASA

PEQUENAS SOLUÇÕES

GRANDE IMPACTO

MELHORES TECNOLOGIAS PARA AGRICULTORES POBRES NA BOLÍVIA

Apesar dos obstáculos, Carlos Pacheco não hesitou quando ficou sabendo de uma feira realizada pelo governo, onde ele poderia comprar tecnologias subsidiadas para aumentar e diversificar sua produção agrícola. No mesmo momento, Pacheco, que é produtor de batata e feijão e vive no estado de Potosí, decidiu que iria fazer a cansativa caminhada de oito horas até a feira através do altiplano boliviano — enfrentando temperaturas congelantes — a fim de comprar uma estufa.

O agricultor Carlos Pacheco assina documento durante a feira de Colquechaca que permitirá a ele receber uma transferência do governo para comprar uma estufa. Agricultores observam moedores de grãos que estão à venda na feira.

Veja a historia de Jaime Rivera, outro beneficiário, no deo.iadb.org.

AGRICULTORES DE SUBSISTÊNCIA ESCOLHEM AS TECNOLOGIAS QUE SE ADAPTAM ÀS SUAS NECESSIDADES ATRAVÉS DO PROJETO

"Quando eu fiquei sabendo da feira... Eu pensei que, com essas tecnologias, eu poderia sair da pobreza", disse Pacheco, 37. Ele pretende usar a estufa para cultivar frutas e legumes que, de outra maneira, não sobreviveriam às condições climáticas adversas do planalto andino.

Pacheco é um dos cerca de 14 mil pequenos agricultores que adquiriram de estufas a sistemas de irrigação e arados de metal até pequenos silos, equipamentos de moagem elétricos e outros tipos de tecnologias por meio do Creation of Rural Agricultural Food Initiatives (CRIAR) Project (Projeto para a Criação de Iniciativas Rurais de Alimentos Agrícolas – CRIAR) da Bolívia. Com a ajuda do BID, o projeto apoia a estratégia da Bolívia para aumentar a produtividade dos pequenos agricultores com o intuito de combater a pobreza na zona rural do país.

Existem mais de 600 mil desses agricultores na Bolívia, e quase a metade deles enfrentam situações de insegurança alimentar. A maioria não tem acesso a tecnologias modernas adaptadas para cultivar a terra na difícil geografia de planaltos e vales da Bolívia, de acordo com Nemesia Achacollo, ministra das Terras e do Desenvolvimento Rural da Bolívia.

Muitos usam métodos antiquados, que são uma das principais causas da degradação do solo na região – se calcula que cerca de 40 mil hectares de terras localizadas em zonas agrícolas bolivianas tornam-se improdutivas todos os anos por causa da infertilidade do solo.

Com o projeto CRIAR, o governo está fornecendo transferências de até US$ 900 a agricultores de subsistência cadastrados em 43 municípios e cinco estados para auxiliar na aquisição dessas tecnologias. O projeto também está fornecendo assistência técnica aos agricultores para que eles aprendam a usar e manter os equipamentos que estão comprando. Vinte e duas empresas privadas estão oferecendo cerca de 180 diferentes pacotes tecnológicos, que são vendidos em feiras organizadas pelo governo, como aquela da qual Pacheco participou na cidade de Colquechaca. Os beneficiários qualificados para participar do projeto têm que pagar cerca de 10% do custo da tecnolo-

Diferentes bombas de água em exibição durante a feira de Colquechaca. O agricultor Jaime Rivera conversa com um membro do projeto Criar sobre os benefícios das bombas de água movidas a energia solar.

Cristian Rivero, coordenador nacional do projeto, afirma que o projeto Criar supre as necessidades dos agricultores de subsistência.

Veja a entrevista com Cristian Rivero no deo.iadb.org

gia escolhida – o que não é um investimento pequeno para eles, uma vez que o percentual representa, em média, 30% de seu rendimento anual.

MELHORES PRÁTICAS

O CRIAR baseia-se em lições importantes tiradas de projetos similares que fornecem apoio direto aos agricultores da região. O projeto se concentra nos agricultores mais vulneráveis, mas sua elegibilidade não se baseia nas safras. Segundo explica Cristian Rivero, coordenador nacional do projeto, todos são elegíveis. No entanto, para receber o subsídio, os participantes devem possuir fazendas com menos de 35 hectares e estar em uma lista de produtores cadastrados elaborada pelas comunidades locais que, em conjunto com as autoridades locais, realizam a fiscalização para garantir a transparência do programa.

O mecanismo de execução do projeto – as feiras – é simples e permite que os agricultores elegíveis preencham a documentação necessária para receber o voucher do governo, decidam qual tecnologia é mais adequada às suas necessidades, realizem sua compra e recebam assistência técnica – tudo em um único dia. As empresas devem entregar os equipamentos em até 45 dias, embora esse prazo possa ser mais longo para algumas tecnologias e para certos locais. Em alguns casos, os participantes podem pegar a mercadora comprada na própria feira.

"O bom é que eles não disseram você tem que comprar isso ou aquilo'", disse Jaime Rivera, um agricultor da cidade de Zudañez que comprou um sistema de irrigação movido a energia solar por meio do projeto em 2012. "Ao contrário, eles permitiram que nós escolhêssemos livremente e de acordo com as nossas necessidades".

Veja a entrevista com a Ministra Achacollo no deo.iadb.org

Veja o blog de fotografias no deo.iadb.org

Veja em MapAmericas

Segundo dados do governo boliviano, os produtores de trigo que adquiriram sistemas de irrigação por meio do projeto estão usando a água de forma mais eficiente, o que lhes permitiu dobrar a área plantada e aumentar sua produção em 16% por hectare. No caso da batata, os agricultores que utilizam arados de metal comprados por meio do projeto ampliaram sua área plantada em 50% e aumentaram sua produção em um terço na comparação com os agricultores que usam arados de madeira. Descascadores de milho elétricos permitiram que os agricultores descascassem uma tonelada de milho em um único dia, em vez dos cinco dias anteriores, liberando mais tempo para que eles trabalhassem em outros cultivos.

A implementação da segunda fase do projeto, que começou em 2013, ajudará os pequenos produtores agrícolas a se organizar em cooperativas, além de desenvolver e financiar planos de negócios para que as cooperativas processem e comercializem suas safras.

Ao dar aos agricultores os meios para que eles aumentem sua própria produção, a Bolívia encontrou uma solução prática para combater a pobreza rural e melhorar a segurança alimentar da população mais vulnerável do país. ■

NA VANGUARDA

BELIZE MELHORA SUA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Durante anos, os resíduos sólidos da cidade de Belize foram descartados no lixão a céu aberto Mile 3, localizado ao largo da rodovia George Price em uma área instável de mangue e de baixa altitude. Urubus se banqueteavam com o lixo, e produtos químicos perigosos escorriam dos materiais em decomposição, poluindo o solo e os lençóis freáticos e deixando a população vizinha doente.

"Costumava haver grandes incêndios que duravam muito tempo. Às vezes por até uma semana. A fumaça chegava até aqui", disse Wilfred Murillo, que mora perto do antigo lixão. "Nós não conseguíamos respirar. O cheiro era ruim: o odor parecia uma mistura de peixes mortos, pneus queimados e baterias".

A situação mudou drasticamente em 2013, quando o governo concluiu a construção da primeira fase de um aterro sanitário em Mile 24 (milha 24), na mesma rodovia, um local mais seguro e apropriado. O lixão Mile 3 foi fechado e uma instalação moderna foi construída no mesmo local para a coleta e seleção do lixo antes de ele ser transferido para as unidades de aterro ou reciclagem.

Esta mudança colocou Belize na vanguarda da gestão de resíduos sólidos na América Central e no Caribe, já que atualmente cerca de metade da sua população tem acesso ao tratamento e ao descarte adequados dos resíduos sólidos.

Veja o blog de fotografias no deo.iadb.org

As obras fazem parte de um projeto financiado pelo BID para renovar a gestão de resíduos sólidos no Corredor Ocidental do país, onde estão localizadas as principais atrações turísticas de Belize. O projeto está eliminando uma das maiores ameaças ao desenvolvimento econômico de Belize: os lixões inadequados que servem as maiores cidades do país e aos destinos turísticos estão localizados perto de recifes de coral, ameaçando o meio ambiente e o turismo, que responde por 13% da economia do país.

Além de melhorar a gestão do descarte de resíduos sólidos da cidade de Belize, o projeto visa a aprimorar a coleta do lixo em San Ignacio/Santa Elena e nas ilhas de Ambergris e Caye Caulker. A iniciativa está financiando o fechamento de lixões a céu aberto nesses locais, além de melhorias nas operações de reciclagem e da construção de instalações de transferência de lixo para a coleta e a seleção dos resíduos. No futuro, o lixo dessas cidades deverá ser transferido para o novo aterro sanitário e para as empresas de reciclagem.

O projeto também está trabalhando em parceria com o governo para transformar a gestão do descarte de resíduos sólidos em um serviço viável por meio do apoio a estudos de viabilidade para a concepção de um sistema de recuperação de custos no qual os cidadãos pagariam uma taxa para cobrir as despesas com a coleta e o descarte do lixo.

Ao descartar e reciclar seus resíduos corretamente, Belize irá proteger suas deslumbrantes riquezas naturais, eliminar uma das maiores ameaças ao seu desenvolvimento econômico de longo prazo e proteger seus cidadãos, como Wilfred Murillo, para quem a vida perto de Mile 3 mudou para melhor nos últimos anos. ■

Veja em MapAmericas

RESULTADOS DO PROJETO

- Construção de uma estrada de acesso, de unidades para o descarte de resíduos sólidos e de resíduos perigosos e de lagoas de tratamento de lixiviados no aterro sanitário Mile 24.
- Encerramento das atividades do antigo lixão de Belize e construção de uma estação de transferência de resíduos sólido no mesmo local.
- Construção de uma estação de transferência de resíduos sólidos em San Ignacio/Santa Elena.
- Conclusão de estudos para avaliar a atual geração de resíduos sólidos e apoiar a criação de um sistema de pagamento para ajudar a custear os serviços de coleta e descarte de resíduos sólidos.

ILHAS ADAPTADAS À MUDANÇA CLIMÁTICA

O CARIBE COMO UM DESTINO TURÍSTICO NEUTRO EM TERMOS DE EMISSÕES DE CARBONO

O Caribe depende do turismo, mas o turismo depende do clima e de um meio ambiente limpo. Essa dependência mútua faz com que seja especialmente importante para as economias caribenhas fortalecer sua resiliência para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Mas os países do Caribe dependem tanto dos combustíveis fósseis para produzir energia elétrica que qualquer medida para reduzir as emissões de carbono da região pode ter um impacto direto sobre seus gastos com eletricidade.

Para enfrentar esse desafio, o BID mantém uma parceria com o Caribbean Community Climate Change Center (Centro de Mudanças Climáticas da Comunidade do Caribe) desde 2009 para ajudar as Bahamas, Belize, Guiana e Trinidad e Tobago a implementar medidas para mitigar o impacto das mudanças climáticas sobre a indústria do turismo.

O primeiro passo do programa foi desenvolver uma metodologia para avaliar a pegada de carbono do setor de turismo utilizando uma norma internacionalmente reconhecida para, em seguida, avaliar as tecnologias e abordagens que poderiam ser adotadas com a finalidade de reduzir as emissões de carbono da região.

O programa desenvolveu um conjunto de ferramentas online para medir a pegada de carbono batizado de Opções de Mitigação para os Gases do Efeito Estufa, que permite aos responsáveis pela elaboração de políticas públicas e às associações setoriais estimar e gerenciar os níveis de carbono ao longo do tempo. O programa é capaz de detalhar a pegada de carbono de um determinado componente do setor de turismo analisando, por exemplo, as fontes de energia utilizadas pelos hotéis ou pelos veículos que levam e trazem os turistas para seus destinos.

Como exemplo, esse conjunto de ferramentas mostrou que o setor de hospedagem é responsável pela maior parte das emissões de Caye Caulker, em Belize, e de Harbor Island, nas Bahamas, que são os destinos turísticos mais populares de seus respectivos países. A avaliação revelou que esse setor poderia reduzir suas emissões por meio da utilização de uma iluminação mais eficiente, do aumento da dependência de fontes de energia renováveis, da substituição de aparelhos de ar condicionado ineficientes e do uso de projetos arquitetônicos inteligentes. De acordo com os resultados obtidos, a aplicação dessas medidas apenas nesses dois destinos turísticos poderia reduzir em cerca de 3 milhões kgCO2e as emissões de carbono das Bahamas e em 36 milhões de kgCO2e em Belize.

Ao apontar diferentes opções para a mitigação das emissões, esse conjunto de ferramentas ajuda os responsáveis pela tomada de decisões a identificar melhor as oportunidades de investimento e as compensações, a priorizar as ações a serem adotadas e a desenvolver planos de mitigação de longo prazo. Com base nas avaliações realizadas, Belize e Bahamas estão trabalhando atualmente em um projeto destinado a atrair novas fontes de financiamento para investimentos que beneficiam o clima e que poderão transformar Caye Caulker e Harbor Island em resorts resistentes às mudanças climáticas e com baixas emissões de carbono.

As lições aprendidas com esse esforço poderiam beneficiar outros setores da economia do Caribe, pois essas ferramentas podem ser aplicadas a diferentes ramos de atividade econômica e, assim, respaldar uma abordagem abrangente no tratamento das questões ambientais. As ilhas que lidam com o clima de maneira inteligente não são apenas ambientalmente mais espertas: elas também defendem suas fontes de energia, são economicamente sustentáveis e, dessa forma, se mantêm cada vez mais competitivas em um mundo afetado pelas mudanças climáticas. ■

VIRANDO O JOGO

Ecoturismo para ajudar a proteger a Mata Atlântica

Foto superior: Este mapa é um dos materiais de marketing que o projeto ajudou a desenvolver para promover o turismo em vários parques do estado de São Paulo.

Durante a maior parte de sua vida adulta, Aparecido Alves da Silva ganhava a vida se aventurando em um parque estadual localizado nas proximidades do município de Sete Barras, no Estado de São Paulo, para cortar palmeiras ilegalmente e, depois, extrair o palmito, iguaria tão apreciada pelos brasileiros e pelos amantes da gastronomia de todo o mundo.

Essa atividade exaustiva – muito comum entre as comunidades pobres que vivem no entorno de vários parques paulistas – prejudica os esforços do governo para proteger o pouco que resta da Mata Atlântica no estado de São Paulo, que possui uma indústria manufatureira e um setor canavieiro mundialmente reconhecidos. (consulte o infográfico)

No entanto, um programa de desenvolvimento do ecoturismo financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está começando a reverter essa situação. Ao aumentar o número de visitas a seis parques estaduais e fornecer treinamento aos residentes dessas áreas, o programa ampliou as oportunidades econômicas das populações locais e aumentou a conscientização do público em relação à preservação do meio ambiente (consulte o boxe).

O programa financiou obras de infraestrutura, como a construção de centros para visitantes, a instalação de sinalização e a abertura de trilhas, para tornar os parques mais acessíveis aos turistas. Logotipos e outros materiais de divulgação relacionados aos parques têm sido criados e promovidos para facilitar a venda, por parte das agências de turismo, desses destinos para os paulistanos que querem passar finais de semana fora da cidade.

Silva, um dos moradores locais que receberam capacitação, parou de cortar palmeiras e agora as planta – juntamente com mandioca e árvores de frutas tropicais – em seu pomar, que antes estava abandonado. Sil-

Veja "Uma nova alternativa para proteger a Mata Atlântica" no deo.iadb.org

A sinalização e infraestrutura do parque Carlos Botelho foi financiada pelo projeto.

Veja o blog de fotografias no deo.iadb.org

va pretende vender seus produtos em cidades próximas.

"Eu estou tentando mudar e aplicar o que aprendi nos cursos", disse ele. "Eu não quero mais ter problemas com a exploração ilegal".

O programa também capacitou 944 empresas locais, ajudando-as a descobrir a melhor forma de atender os turistas, e fortaleceu a capacidade de 15 governos municipais para desenvolver ainda mais o turismo na região. O projeto foi realizado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

INFRAESTRUTURA E MARKETING

Como resultado do programa, o aperfeiçoamento da infraestrutura e das táticas de marketing ajudou a au-

MATA ATLÂNTICA DO BRASIL

Está entre os biomas mais ameaçados do mundo

Lar de 122 milhões de brasileiros, ou 61% da população do país

Abriga aproximadamente 60% de todos os animais e plantas do Brasil em risco de extinção

E muito importante para o meio ambiente do país:

Contém sete das nove bacias hidrográficas mais importantes do Brasil

Tem mais de 20.000 espécies de plantas, das quais 8.000 são endêmicas

Contém sete das nove bacias hidrográficas mais importantes do Brasil

Ajuda a regular o clima

Fonte : SOS Mata Atlântica e Brasil Escola, www.brasilescola.com

mentar as visitas aos parques públicos em 40% entre 2007 e 2012. "Foi um divisor de águas em termos de promoção dos parques", explicou Aelson Apolinário, dono de uma agência de turismo que fica perto do Parque Estadual Carlos Botelho, localizado a 250 quilômetros a sudoeste da cidade de São Paulo. Graças ao programa, agora o parque tem um novo centro de visitantes e uma trilha acessível para deficientes em cadeiras de rodas.

"No passado, a única coisa que eu vendia eram visitas a Carlos Botelho. Com o projeto, agora eu comercializo pacotes de viagem. Atualmente, o interesse vai além de Carlos Botelho e abarca as comunidades e sua cultura, bem como outros parques estaduais", disse Apolinário.

Com mais produtos para vender, agências de turismo como a de Apolinário são capazes de manter os turistas nos parques e nas cidades vizinhas durante mais tempo, aumentando os gastos dos visitantes. A despesa média nos parques saltou mais de 50% entre 2004 e 2012, passando a 6,38 reais por visitante.

Talvez o impacto de longo prazo mais significativo do programa tenha sido o fato de que os governos da região aprenderam que a visitação pública, em vez de ser um obstáculo à preservação do meio ambiente, pode realmente ajudar na preservação, explicou José Luiz Camargo Maia, gerente do Parque Estadual Carlos Botelho. De acordo com Maia, como resultado, "o ecoturismo e o turismo convencional agora são vistos como uma ferramenta para ajudar a preservar nossas áreas de conservação". ■

Conheça mais sobre o turismo nos parques paulistas no deo.iadb.org

Acima: Aparecido Silva parou de cortar palmeiras depois de participar no programa de capacitação do projeto. Abaixo: José Luiz Camargo Maia, gerente do parque estadual Carlos Botelho, afirma que o ecoturismo ajudou a preservar a Mata a Atlântica.

POR TRÁS DOS NÚMEROS : AS PESSOAS FAZEM UM PROJETO ACONTECER

Veja a história de Aguiar no deo.iadb.org

Geraldo Aguiar, um líder comunitário, na sua horta perto do parque estadual Carlos Botelho.

Fornecer capacitação a comunidades próximas de parques remotos muitas vezes é uma tarefa que envolve lidar com uma infraestrutura de comunicação deficiente e com viagens por longas distâncias. Para superar esses obstáculos, o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica de São Paulo contou com a ajuda dos líderes comunitários.

Geraldo Aguiar, que é dono de um pequeno pomar no bairro de Rio Preto, no município de Sete Barras, desempenhou um papel crucial nessa tarefa, indo de porta em porta para convidar seus vizinhos a participar do projeto. Sessenta pessoas da comunidade de Aguiar concluíram os cursos oferecidos pelo programa em Rio Preto em 2011.

"Eu fiquei sabendo sobre o programa na internet e pensei que ele seria bom para a minha comunidade. Por isso, eu comecei a trabalhar duro para fazer com que todos participassem", disse Aguiar. "Eu abracei a causa".

"O maior benefício foi abrir a mente das pessoas", continuou ele. "Rio Preto é uma comunidade marginalizada, pois a maioria das famílias daqui vive da extração ilegal de palmito. Esses cursos mostraram a eles que há outras maneiras de ganhar a vida".

DEO Panorama da eficácia no desenvolvimento 2013

desenvolvimento **eficaz**

© 2014 Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N. W.
Washington, D.C. 20577
www.iadb.org/pub

O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © 2014 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados. Pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

Catalogação na fonte fornecida pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Panorama da eficácia no desenvolvimento 2013.
p. cm.
Inclui referências bibliográficas.

1. Projetos de desenvolvimento econômico—América Latina—Avaliação. 2. Projetos de desenvolvimento econômico—Região do Caribe— Avaliação. 3. Assistência econômica—América Latina—Avaliação. 4. Assistência econômica—Região do Caribe—Avaliação. 5. Banco Interamericano de Desenvolvimento—Avaliação. I. Banco Interamericano de Desenvolvimento.
HD75.9.D48 2014
338.9 D488—dc22
IDB-AR-107

COORDENAÇÃO

Cristina Pombo, Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento
Romina Nicaretta, Escritório de Relações Externas

DIREÇÃO DE ARTE Jeremiah Zabal & Cinthya Cuba de Zabal
DESIGN GRÁFICO E LAYOUT neograph
IMAGENS Patricia Rincón Mautner. Páginas 50, 51, 52, 54–58, 102, 104–107, 130, 132–135, 138–141, 145–147
IMPRESSO POR Mosaic Printing
IMPRESSO EM United States of America

BID

deo.iadb.org